

SOCIOLOGIA

VOL. XLIII | JANEIRO-JUNHO 2022

Diogo Guedes Vidal
Cláudia Oliveira Fernandes
Ricardo Cunha Dias
Paulo Castro Seixas
Nelson Barros
Helena Vilaça
Rui Leandro Maia
Guilherme Rego da Silva
Carlos Manuel Gonçalves

Pedro Martins
Odete Pereira
João Areosa
Roney Gusmão
Ana Maria Gonçalves dos Santos Davi
Arão Elias Cardoso
Jorge Cerdeira
Sofia Alexandra Cruz



SOCIOLOGIA

REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS DA

UNIVERSIDADE DO PORTO

VOL. XLIII | JANEIRO-JUNHO

2022

DIRETOR:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

CONSELHO DE REDAÇÃO:

António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

CONSELHO EDITORIAL:

Alice Duarte, FLUP/IS-UP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Ana Paula Marques, ICS-UM; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/IS-UP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco (UPV)/Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva (CEIC), Espanha; Bernard Lahire, École Normale Supérieure de Lyon (ENSL)/“Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations” (Centre Max Weber), França; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hermes da Costa, CES; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Lígia Ferro, IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CIE; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Vítor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

INDEXAÇÃO:

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em SciELO; DOAJ; European Index for the Humanities and the Social Sciences (ERIH PLUS); Fonte Académica (EBSCO Publishing); Redalyc.org; Google Scholar; CAPES Periódicos; Open Science Directory (EBSCO Publishing); Latindex; Sherpa / Romeo; Sociology Source Ultimate; EZB; Erih Plus; Ulrichsweb; Worldcat OCLC; Journals for Free; Academic Journals Database

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc43>

SUMÁRIO

EDITORIAL	4
ARTIGOS	
Os jardins da cidade: um olhar sociológico sobre o mapeamento do comportamento humano dos utilizadores do Jardim da Corujeira Diogo Guedes Vidal, Cláudia Oliveira Fernandes, Ricardo Cunha Dias, Paulo Castro Seixas, Nelson Barros, Helena Vilaça e Rui Leandro Maia.....	5
Percepções de riscos ocupacionais: o caso dos <i>Riggers</i> Pedro Martins, Odete Pereira e João Areosa	31
Diplomados universitários e satisfação com o trabalho Carlos Manuel Gonçalves, Jorge Cerdeira e Sofia Alexandra Cruz	54
Por uma nova textualidade performativa: <i>voguing</i> como lugar de memória Roney Gusmão	85
Religião e mídia: o caso da reportagem “O Segredo dos Deuses” sobre a Igreja Universal do Reino de Deus Ana Maria Gonçalves dos Santos	106
RECENSÕES	
AFOONSO, Almerindo J., e PALHARES, José A. (2019). <i>Entre a Escola e a Vida. A condição de jovem para além do ofício de aluno</i> . Vila Nova de Gaia, Fundação Manuel Leão Guilherme Rego da Silva	125
ZAQUEU-HIGINO, Paulo Victor <i>et al.</i> (2021), <i>Catolicismo, Quo vadis?</i> <i>Os rumos da Igreja Católica</i> , Juiz de Fora, Brasil: Editora Resistência Acadêmica Davi Arão Elias Cardoso	129
SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES	133
ESTATUTO EDITORIAL	154
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS	157

EDITORIAL

O primeiro artigo apresenta-nos uma abordagem sociológica bem peculiar sobre o comportamento humano no contexto espacial do jardim urbano. A investigação desenvolvida pelos autores centrou-se no Jardim da Corujeira situado na cidade do Porto. A relação dos utilizadores com o espaço permite dar conta das desigualdades e das lutas por justiça ambiental. Segue-se um texto que toma por objetivo principal a análise de riscos dos *riggers* que trabalham na indústria de espetáculos e eventos ao vivo. Utilizando o inquérito por questionário obteve-se a caracterização da atividade daqueles trabalhadores, as suas perceções sobre os riscos e uma hierarquia dos mesmos nas vertentes emocional e cognitiva. O terceiro artigo versa sobre a satisfação dos mestres da Universidade do Porto sobre o seu trabalho. A partir de um inquérito por questionário aos que concluíram os seus cursos no ano letivo de 2016/17 são equacionados as características, tipos e determinantes da satisfação com o trabalho.

Os dois últimos artigos debruçam-se sobre outros temas atuais. Relação entre os média e a Igreja Universal do Reino de Deus em Portugal é o tema do primeiro. Não é propriamente um estudo extensivo, mas centrado numa reportagem televisiva. A análise efetuada discorre sobre a reportagem em si e a polémica que originou e que envolveu diversas publicações da imprensa nacional. Sobressaem as plurais dimensões que enformam as relações entre aquelas duas instituições sociais. Por sua vez, o interesse do outro texto dirige-se para a comunidade LGBT estadunidense no que respeita à midiaticização do voguing como expressão cultural underground. O autor discorre como *vogar* o é um de resistência e se inscreve nos processos de reconfiguração das questões de gênero.

Finalmente o volume XVIII apresenta duas recensões. A primeira realizada por Guilherme Rego da Silva sobre a obra de Almerindo Afonso José Palhares e a outra da autoria de Davi Arão Elias Cardoso acerca de Paulo Victor Zaqueu-Hihino *et al.*

Boa leitura!

Carlos Manuel Gonçalves

VIDAL, Diogo Guedes; FERNANDES, Cláudia Oliveira; DIAS, Ricardo Cunha; SEIXAS, Paulo Castro; BARROS, Barros; VILAÇA, Helena e MAIA, Rui Leandro (2022), “Os jardins da cidade: um olhar sociológico sobre o mapeamento do comportamento humano dos utilizadores do Jardim da Corujeira”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLIII, pp. 5-30
DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc43a1>

Os jardins da cidade: um olhar sociológico sobre o mapeamento do comportamento humano dos utilizadores do Jardim da Corujeira

Diogo Guedes Vidal

Unidade de Investigação UFP em Energia, Ambiente e Saúde
Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa
Centre for Functional Ecology, Laboratório Associado TERRA,
Departamento de Ciências da Vida da Universidade de Coimbra

Cláudia Oliveira Fernandes

InBIO-Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva, CIBIO
Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

Ricardo Cunha Dias

Centro de Administração e Políticas Públicas
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Paulo Castro Seixas

Centro de Administração e Políticas Públicas
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Nelson Barros

Unidade de Investigação UFP em Energia, Ambiente e Saúde
Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa

Helena Vilaça

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Rui Leandro Maia

Unidade de Investigação UFP em Energia, Ambiente e Saúde
Universidade Fernando Pessoa

Resumo

Este artigo apresenta um olhar sociológico sobre o Jardim da Corujeira, localizado na cidade do Porto, aplicando a técnica do mapeamento do comportamento humano aos seus utilizadores. Para tal, conjugaram-se variáveis sociais, ambientais e espaciais que permitiram identificar regularidades de comportamentos sociais que, por um lado, traduzem a relação dos utilizadores com o espaço e, por outro, evidenciam pistas para intervenções futuras no jardim. Estes resultados evidenciam o potencial do mapeamento do comportamento humano para uma leitura sociológica dos jardins da cidade como espaços que reproduzem desigualdades e lutas por justiça ambiental e justiça socioespacial urbana.

Palavras-chave: Jardins urbanos; Mapeamento do comportamento humano; Usos e apropriações do espaço público.

The city gardens: a sociological view at the mapping of the human behavior of users of Corujeira Garden

Abstract

This article presents a sociological reading at Corujeira garden, located in the city of Porto, applying the technique of mapping human behaviour to its users. To this end, social, environmental, and spatial variables were combined to identify regularities of social behaviour that, on the one hand, reflects the relationship between users and the space and, on the other hand, show clues for future interventions in the garden. These results show the potential of mapping human behaviour for a sociological reading of the city's gardens as spaces that reproduce inequalities and struggles for environmental justice and urban socio-spatial justice.

Keywords: Urban gardens; Mapping of human behaviour; Uses and appropriations of public space.

Les jardins de la ville : un regard sociologique sur la cartographie du comportement humain des usagers du Jardin de Corujeira

Résumé

Cet article présente un regard sociologique sur le jardin da Corujeira, situé dans la ville de Porto, appliquant la technique de cartographie du comportement humain à ses utilisateurs. À cette fin, des variables sociales, environnementales et spatiales ont été combinées pour identifier des régularités de comportement social qui, d'une part, reflètent la relation entre les utilisateurs et l'espace et, d'autre part, donnent des indices pour de futures interventions dans le jardin. Ces résultats montrent le potentiel de la cartographie des comportements humains pour une lecture sociologique des jardins de la ville comme espaces reproduisant les inégalités et les luttes pour la justice environnementale et la justice socio-spatiale urbaine.

Mots-clé: Jardins urbains; Cartographie du comportement humain ; Usages et appropriations de l'espace public.

Los jardines de la ciudad: una mirada sociológica a la cartografía del comportamiento humano de los usuarios del Jardín de Corujeira

Resumen

Este artículo presenta una mirada sociológica al jardín da Corujeira, ubicado en la ciudad de Oporto, aplicando la técnica de mapeo del comportamiento humano a sus usuarios. Para ello, se combinaron variables sociales, ambientales y espaciales para identificar regularidades de comportamiento social que, por un lado, reflejen la relación entre los usuarios y el espacio y, por otro lado, den pistas para futuras intervenciones en el jardín. Estos resultados muestran el potencial del mapeo del comportamiento humano

para una lectura sociológica de los jardines de la ciudad como espacios que reproducen desigualdades y luchas por la justicia ambiental y la justicia socioespacial urbana.

Palabras clave: Huertos urbanos; Mapeo del comportamiento humano; Usos y apropiaciones del espacio público.

1. Introdução

A Sociologia, enquanto ciência, interessa-se pela observação da vida social. No entanto, fruto de constrangimentos de tempo nas investigações em curso, bem como de uma maior dificuldade de validação de dados recolhidos com recurso a metodologias qualitativas, as técnicas de observação são, com regularidade, substituídas pela aplicação de inquéritos por questionário e, em alguns casos, por entrevistas. Neste quadro, a Sociologia tem perdido a capacidade de capturar as práticas sociais em tempo real, as quais, em face dos desafios contemporâneos, complexos e intrincados nas múltiplas dimensões da esfera social, originam problemáticas sociológicas, também elas dotadas de complexidade, que são difíceis de captar sem uma observação fenomenológica (Arborio, 2007). A observação pode ser considerada a base para a compreensão da vida social quotidiana, uma vez que todos somos observadores de “comportamentos” (entendendo o conceito enquanto comportamento social e/ou humano, ou seja, com ou sem interação com outrem) e, simultaneamente, objetos dessa mesma observação. A esta interação interpretativa mútua entre as ciências sociais e as atividades que constituem o seu objeto de estudo, Giddens (2013) chama de “dupla hermenêutica”.

De entre os desafios contemporâneos mais prementes, os socioambientais têm ganho maior expressividade e atenção por parte da comunidade científica, fruto de um discurso de emergência climática e narrativas de sustentabilidade, de perda da biodiversidade e dos inequívocos impactos na saúde pública e ambiental (Artaxo, 2020). As preocupações ambientais, que se consolidaram na Sociologia essencialmente a partir da década de 70 do século XX, com a chamada era do “Ecologismo” (Seixas, Dias, e Vidal, 2020), foram destacadas pela nova ecologia humana desenvolvida por Catton e Dunlap (1978), a qual se centra na interação entre o ambiente físico, a organização social e o comportamento humano. Apesar de recente, porém, esta consolidação paradigmática da relação humanos-natureza colheu contributos, ainda que de forma latente, dos clássicos da Sociologia.

Karl Marx, na sua obra “O Capital” ([1867] 2017), referia uma “fenda irreparável” no processo interdependente do metabolismo social, um metabolismo prescrito pelas leis naturais da

própria vida, muito relacionadas com o esgotamento do solo e com o “roubo da terra”. Já Émile Durkheim (1893), na sua procura por autonomizar a realidade social, não a consegue isentar, enquanto objeto de estudo, da sua circunstância natural e até explica o desenvolvimento e a mudança, da simplicidade mecânica à complexidade orgânica e respetiva divisão do trabalho e coesão social, por uma “função ecológica” em que território, recursos e comunicações se articulam. Por seu turno, Max Weber ([1923] 1991), com a sua Sociologia compreensiva, contribuiu para que a relação humanos-natureza se equacionasse na sua dimensão metodológica, em termos da relação entre ações e valores sociais (Schmidt, 1999).

Perante o agravamento dos desafios socioambientais e a sua relação com a vida nas cidades, afigura-se como necessário que a sociologia e outras Ciências Sociais, sobretudo aquelas que se debruçam sobre o planeamento urbano, deem continuidade à readaptação de técnicas e métodos capazes de responderem a tais desafios. Tal deve acontecer num quadro socioecológico, onde se analise a interação entre os sistemas sociais e naturais (Olmos-Martínez e Ortega-Rubio, 2020), atualmente enquadrados pela era do Antropocénico (Crutzen e Stoermer, 2000).

Ora, é nesta lógica que o presente trabalho propõe um olhar sociológico sobre os jardins da cidade através do Mapeamento do Comportamento Humano (MCH) dos seus utilizadores. Acresce a este objetivo uma discussão relevante sobre a possibilidade de se integrar esta técnica, amplamente usada pela psicologia ambiental e arquitetura paisagista, na investigação sociológica. Não se trata de desvalorizar as técnicas até agora aplicadas no campo sociológico, muito pelo contrário. O que se propõe é a integração de uma nova técnica que permita, quando em conjunto com as demais ou em triangulações metodológicas, potenciar os dados recolhidos e analisá-los de forma integrada. Para ilustrar esta proposta, utiliza-se como objeto de estudo o Jardim da Corujeira, na cidade do Porto, exemplificando-se a aplicação do MCH, a par das suas potencialidades, dúvidas e desafios que emergem da sua aplicação, bem como o seu contributo para a revitalização do legado da Escola de Chicago.

2. Enquadramento teórico

2.1 O legado da Sociologia e das Ciências Sociais para o Mapeamento do Comportamento Humano

A conjugação de variáveis sociais e ecológicas para a interpretação de fenómenos sociológicos deriva de um quadro socioecológico, ou seja, da incorporação da relação sociedade-

natureza como componente que afeta integralmente a evolução do ecossistema (Fitzhugh, Butler, Bovy e Etnier, 2019; Kluger, Gorris, Kochalski, Mueller e Romagnoni, 2020).

Paralelamente, a Sociologia tem fornecido importantes referenciais que podem ajudar a melhor compreender a relação entre os comportamentos humanos e o meio ambiente, especialmente nos espaços urbanos. Nesse sentido, a Escola de Chicago, que se consolidou no início do século XX, desenvolveu a sua abordagem tendo por base uma Ecologia Humana (Bulmer, 1984; York e Mancus, 2009). Na verdade, e na linha do que Schmidt (199) refere, pode ser identificada na Escola de Chicago uma “(pré)sociologia do ambiente”, dado o seu importante contributo no reconhecimento do impacto do ambiente físico nas comunidades humanas, ainda que ação humana sobre o ambiente biofísico não seja equacionada. Liderados por Robert E. Park e Ernest Burgess, os estudos desenvolvidos pelos académicos desta Escola resultaram em avanços significativos no método sociológico, nomeadamente de cariz etnográfico e, até mesmo, antropológico, com destaque para o desenho de hipóteses durante a própria investigação, em vez de estas serem definidas *à priori*. Do ponto de vista teórico, a Escola de Chicago teve particular interesse na forma como o comportamento humano é moldado pelas estruturas sociais e pelos ambientes físicos, influenciados por um certo darwinismo social e pelo conceito de “ecologia” de Ernest Haeckel, que o propôs, em 1866, para designar a ciência que estuda as relações entre seres vivos e meio ambiente (Park, 1915). Esta corrente de pensamento sociológico serviu de mote à exploração e aplicação do mapeamento de pessoas e lugares enquanto técnica de pesquisa da Sociologia Urbana.

Enquadrada pela complexidade inerente ao mosaico sociocultural norte-americano, e entendendo a cidade como um laboratório vivo (Jaynes et al., 2009), a Escola de Chicago cedo percebeu que a disposição de determinados espaços e lugares não derivavam de um processo meramente natural (Park, Burgess, & McKenzie, 1925), mas que se podiam encontrar padrões espaciais que reproduziam comportamentos sociais mais latos. Park foi jornalista metade da vida e conta-se que já como professor universitário todas as manhãs marcava num mapa os crimes que lia no jornal, usando assim a técnica do mapeamento para caraterizar padrões do que na altura se chamava ‘patologia social’ (Breslau, 1990).

Sobre o entendimento das dinâmicas do espaço urbano, Lefebvre (1974) refere que as cidades são uma construção humana, espaço de (re)produção, controlo e dominação, tendencialmente desigual na sua forma de organização. Nesta lógica, este método de mapeamento assume uma dimensão ecológica ao permitir estudar a distribuição humana nas cidades, bem como as interações que derivam e/ou determinam essa mesma distribuição (Owens, 2012). O contributo deste método é vasto e os estudos revelaram padrões e regularidades sociais que

explicaram fenómenos como as desigualdades sociais, a “guetização”, a estigmatização e as barreiras à mobilidade social vertical.

Mais recentemente, a aplicação do método da Escola de Chicago mostrou que os problemas de saúde estão fortemente associados às características sociais das comunidades e bairros, sendo necessário tratar os contextos da comunidade como unidades importantes de análise *per se*, exigindo o desenvolvimento de novas estratégias e abordagens (Sampson, 2003). Assim, a observação direta é fundamental para o avanço de conhecimento socioecológico (Park e Burgess, 1921; Sampson e Raudenbush, 1999; Whyte, 1988), sobretudo no quadro da complexidade fenomenológica das interações sociais contemporâneas. Tal como Abbott (1997) demonstra, o contributo da Escola de Chicago foi importante na observação do espaço público para além de variáveis abstratas, nomeadamente dos seus sons, dos sentimentos dos transeuntes sobre determinados espaços e do próprio mobiliário urbano.

O reconhecimento do método ecológico na Sociologia e nas ciências sociais foi, de certa forma, revisitado por Kevin Lynch (1960). Na sua obra, o autor destaca a forma como percebemos a cidade e as suas partes constituintes num extenso estudo em três cidades norte-americanas, no qual as pessoas foram questionadas sobre a sua perceção de cidade, como estruturavam a imagem que possuíam dela e como a organizavam. No campo da Psicologia, Moreno (1941) desenvolveu, no mesmo período que a Escola de Chicago, a sociometria enquanto método quanti-qualitativo para medir as relações sociais. Tal método foi explorado nos estudos sobre a relação entre as estruturas sociais e o bem-estar psicológico, sendo que as preferências de cada indivíduo são mapeadas, resultando num diagrama complexo, mas bastante útil no campo do planeamento urbano (Seixas, Baptista, e Dias, 2020). Assim, a socioecologia pode ser útil tanto na compreensão das interações complexas que moldam os sistemas sociais e ecológicos, quanto para fornecer conhecimento a ser usado no planeamento e gestão da paisagem urbana (Abbott, 2020).

O legado da Escola de Chicago, do ponto de vista teórico-metodológico, é, notoriamente, relacionável com o MCH. Ainda que conceptualmente o MCH se tenha desenvolvido mais no campo da Psicologia social e ambiental, os primeiros registos da aplicação do método, embora distantes de uma consolidação enquanto método validado, remontam à década de 60 do século XX, quando Weiss e Boutourline (1962) observaram e registaram o movimento dos visitantes da *Century 21 Exposition* em Seattle. Também Barker (1968), no seu livro “*Ecological Psychology: Concepts and Methods for Studying the Environment of Human Behavior*”, dava conta da necessidade de desenvolver uma técnica capaz de observar o comportamento humano em ambientes naturais. Esta técnica deveria ser livre de intrusão, garantindo que as observações registadas fossem reações espontâneas aos elementos naturais dos ambientes em causa (Sanoff e Coates, 1971).

Foi na década de 1970 que o MCH se afirmou enquanto técnica no campo da Psicologia ambiental, nomeadamente no estudo de Ittelson et al. (1970). A sua proposta, similar ao que Sampson e Raudenbush (1999) referiram ao aplicarem o método de Chicago, é o de uma observação sistemática tendo por base a influência do espaço, aqui entendido enquanto espaço físico, no comportamento dos indivíduos. Contudo, os trabalhos realizados no campo da Psicologia ambiental centravam-se na pessoa, que é uma das abordagens do MCH utilizada quando o objetivo é o de conhecer as atividades de um indivíduo ou grupo em relação a um determinado local ou horário (Ng, 2015). Do ponto de vista sociológico, em que o objetivo é o de estabelecer padrões e identificar regularidades das relações sociais, a abordagem do MCH mais adequada talvez seja a centrada no local/lugar, ou seja, aquela que procura conhecer como os indivíduos/grupos se movem, interagem e se relacionam num determinado ambiente, considerando os elementos que constituem esse mesmo espaço (Ng, 2015).

Ainda que exista uma diversidade de estudos que demonstram a potencialidade do MCH na análise sociológica, este método é sobretudo utilizado do campo Arquitetura Paisagista (Goličnik e Ward Thompson, 2010; Zacharias, Stathopoulos, e Wu, 2004) e da Psicologia (Cosco, Moore, e Islam, 2010; Cox, Loebach, e Little, 2018). Como revelado pela revisão sistemática da literatura realizada por Klein et al. (2018), de um universo de 14 estudos analisados, 8 eram do campo da Arquitetura/Planeamento Urbano, 5 da Psicologia e apenas 1 tem referência ao campo da Sociologia e Antropologia. Mesmo assim, ainda que o estudo de Smith et al. (2014) tenha sido considerado como do campo da Sociologia, o mesmo não traduz a mobilização da teoria social para a interpretação dos resultados, demonstrando a clara lacuna que há por preencher nesta área.

2.2. Os jardins urbanos enquanto objeto sociológico

Sendo as cidades espaços de grande aglomeração populacional, caracterizados pela diversidade, densidade e heterogeneidade (Wirth, 1938), a presença da natureza nos mesmos tem despertado interesse por parte de investigadores de diversas áreas. De entre os diversos elementos naturais presentes nas cidades, os jardins de acesso público com funções maioritariamente recreativas são dos mais estudados pelos serviços de ecossistemas que proporcionam. Para além das importantes funções de regulação e moderação ambiental (Haines-Young e Potschin, 2018), muito trabalho tem valorizado as funções culturais (Jennings, Larson, e Yun, 2016; Vidal et al., 2022), ou seja, os benefícios intangíveis/imateriais que os indivíduos podem obter do contacto com estes espaços, ainda que estes sejam considerados como de difícil mensuração ou estudo (Fish, Church, & Winter, 2016). Apesar de muitos estudos já comprovarem os importantes benefícios destes espaços para a saúde mental (Sarkar, Webster, e Gallacher, 2018; Vidal,

Fernandes, Viterbo, Barros, e Maia, 2020), na coesão social de comunidades mais vulneráveis (Jennings e Bamkole, 2019; Muqueeth, 2021) e na saúde física dos utilizadores (Squillacioti, Bellisario, Levra, Piccioni, e Bono, 2019), na maioria dos casos o poder público local, geralmente responsável pela gestão e manutenção destes espaços, ainda negligencia o valor socioecológico dos mesmos (Dias, Vidal, Seixas, e Maia, 2020).

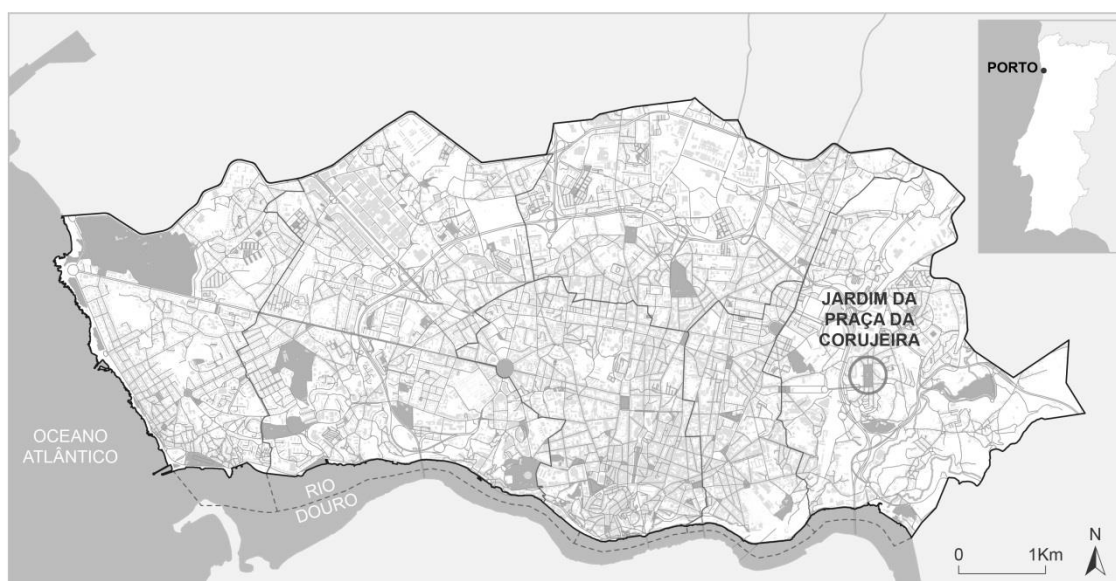
Os jardins também têm sido negligenciados no debate sociológico. Só mais recentemente estudos do campo da Sociologia da infância e do ambiente dedicaram-se a estes espaços, aplicando a teoria social para interpretar as dinâmicas que neles decorrem (Castro Seixas, Tomás, e Giacchetta, 2020; Gonzalez e Seixas, 2020; Vidal et al., 2021b). Os jardins representam um importante elo de ligação entre o urbano e o natural, mas o seu surgimento não deriva de um processo natural. Mesmo no caso de jardins históricos, a sua transformação ao longo do tempo e o seu estado atual é resultado das transformações sociais da envolvente, da qual os indivíduos também são parte integrante. Parafraseando Lefebvre (1974), se a cidade é um produto desigual, então os jardins e a sua distribuição também se inscrevem nesta lógica. Estudos recentes evidenciam isso mesmo ao dar conta de que a quantidade e qualidade destes espaços variam consoante o mosaico socioeconómico das áreas da cidade, revelando fenómenos de injustiça ambiental (Hoffmann, Barros, e Ribeiro, 2017; Mears, Brindley, Maheswaran, e Jorgensen, 2019; Vidal et al., 2021a). Perante esta realidade, a interpretação dos usos dos jardins e da apropriação do espaço público podem representar um campo de investigação sociológica bastante fértil e pouco explorado.

Este olhar para os jardins para além do “verde” remete-nos para o conceito de “heterotopia” que Foucault (1986) aplica a espaços que têm mais significado ou relações sociais do que as que são visíveis, ou seja, reforçando a necessidade de desconstruir o lugar para efetivamente conhecê-lo. Desse modo, a aplicação da teoria sociológica na interpretação dos usos dos jardins e da forma como os comportamentos dos seus utilizadores são moldados pelo desenho e elementos que o constituem será objeto de discussão no decorrer das próximas secções.

3. Estratégia metodológica

A demonstração da aplicação do MCH tem como objeto de estudo o Jardim da Corujeira, um jardim público situado na freguesia de Campanhã, na zona oriental da cidade do Porto, Portugal (Figura 1).

Figura 1. Localização geográfica do Jardim da Praça da Corujeira, Porto, Portugal



Do ponto de vista sociodemográfico, o jardim localiza-se numa freguesia que apresenta um declínio demográfico consistente, traduzindo-se, segundo Alves (2012), numa perda de 10 mil habitantes entre 1991 e 2001. Acresce o facto da freguesia de Campanhã ter uma elevada taxa de incidência de desemprego (três vezes maior do que as freguesias ocidentais da cidade do Porto), com 43,0 % da população a residir em habitações sociais (Alves, 2016). É, segundo a revisão do Plano Diretor Municipal (2018), a freguesia da cidade do Porto com a menor percentagem de residentes a possuir ensino superior completo (11,0 %). Este padrão está em concordância com a classificação da cidade em *clusters* de privação socioeconómica e ambiental, integrando a freguesia de Campanhã o *cluster* de alta privação.

Relativamente às características do jardim, o mesmo tem uma forma geométrica de configuração retangular, com quase 2 hectares. A sua paisagem verde é dominada pela presença massiva de plátanos centenários, sendo responsáveis pela produção de sombra intensa durante a primavera e o verão que limita o crescimento de vegetação mais rasteira. A vegetação neste jardim é pouco diversa, estando presentes alguns arbustos, observando-se ainda algumas áreas revestidas por prado baixo. O jardim é contornado por um passeio largo, com estacionamento para automóveis a circundar todo o espaço, sendo atravessado por um caminho principal e por 10 outros pequenos caminhos diagonais que ligam as principais artérias envolventes. Relativamente ao mobiliário urbano, este espaço é dotado de muitos lugares de descanso (bancos) ao longo do caminho principal e das áreas limites a norte e a sul, proporcionando momentos de repouso, relaxamento e socialização, ainda que carecendo de manutenção e conservação. Da visita ao local

sublinha-se a presença de lixo sobre os prados, sobretudo na proximidade das árvores, refletindo uma manutenção deficiente do espaço (Vidal et al., 2021a). Existe ainda uma pequena ponte que atravessa um canal sem água, um pavilhão polivalente cuja cobertura funciona como um espaço aberto e de onde é possível ver todo o jardim. O pavimento dos caminhos, em cimento, encontra-se em bom estado de conservação, o que favorece a mobilidade. No centro deste jardim, duas pequenas “praças” conectam os diferentes caminhos diagonais.

A aplicação da técnica de MCH obedeceu às etapas propostas por Ittelson et al. (1970) que se encontram descritas na tabela 1.

Tabela 1. Etapas da aplicação do Mapeamento do Comportamento Humano

Etapas		Descrição
1	Criação do mapa de base	O mapa deve conter todos os elementos que podem influenciar ou determinar o comportamento dos utilizadores.
2	Definição das categorias de observação e respetivos códigos	As categorias devem ser precisas e alinhadas com os objetivos do estudo. Uma possível estratégia para reduzir categorias que podem não se aplicar ao objeto de estudo é realização de algumas rondas livres no espaço. A cada categoria deve corresponder um código a ser utilizado no momento da observação.
3	Desenvolvimento de um cronograma de observação	A observação deve ser sistemática e obedecer a intervalos fixos ou aleatórios. O objetivo principal é o de observar cada vez que uma área é utilizada, distribuindo as sessões ao longo do dia para minimizar a probabilidade de observar as mesmas pessoas.
4	Definição do procedimento de observação	A definição deve ser baseada nas características do espaço e nas rondas livres realizadas <i>à priori</i> . De forma a reduzir a probabilidade de ser entendido como um intruso, o observador pode alterar a rotina e a rota de observação.
5	Treino do observador e pré-teste	O treino do observador é importante para que o mesmo se familiarize com as categorias de observação e com o próprio espaço. O pré-teste é útil para identificar certos problemas relativos ao protocolo e categorias que podem precisar de um ajuste.

A definição de um protocolo prévio é essencial para a validação dos resultados do MCH. A criação de um mapa de base (Etapa 1) representa uma das etapas mais importantes, sendo sobre ele que os registos dos utilizadores de um determinado espaço e os seus respetivos comportamentos serão efetuados. Posteriormente, a definição das categorias a observar e os seus códigos (Etapa 2) irão determinar a qualidade da recolha dos dados. Desse modo, é essencial que se defina, desde logo, para cada categoria, que elementos a compõem, de forma a tornar o processo de recolha replicável por outros investigadores, i.e. um utilizador que é categorizado como estando apenas a atravessar um espaço significa que o mesmo o utiliza apenas como local de passagem, não permanecendo no mesmo. Ainda nesta etapa, deve ser elaborada uma grelha de

registo das observações simples e que permita uma anotação rápida das mesmas. Não menos importante é a definição do cronograma de observação (Etapa 3), que deve ser desenhado tendo em conta a envolvente, as características do espaço e dos próprios utilizadores. Assim, o investigador deve ponderar qual o melhor período para realizar as observações tendo em conta a diversidade de possíveis utilizadores por forma a conseguir registar o máximo de comportamentos possíveis.

A definição do procedimento de observação (Etapa 4) deve ter por base as rondas livres realizadas pelo investigador aquando do momento de conhecimento do espaço a observar. Dependendo das características do espaço, em termos de desenho e dimensão, o tempo de cada observação e o procedimento sistemático devem ser ponderados de forma a contornar a possibilidade de observar duas vezes o mesmo utilizador ou, por outro lado, do observador ser reconhecido enquanto tal, podendo resultar numa alteração das dinâmicas comportamentais dos utilizadores. Naturalmente, os constrangimentos decorrentes do processo de observação devem ser registados para que possam ser considerados na interpretação dos resultados. Do ponto de vista ético, caso os observados se sintam constrangidos ou, de certa forma, verem invadida a sua privacidade, o observador deve respeitar e explicar o procedimento em causa ou, em último caso, cessar o mesmo. Relativamente ao número de observações a registar e dado o cariz qualitativo do MCH, a recolha de dados termina quando a saturação teórica for atingida, ou seja, quando nenhum novo comportamento for registado (Bloor e Wood, 2006). A última etapa, a do treino do observador e da aplicação do pré-teste (Etapa 5), será o momento de familiarização do observador com o objeto de estudo e com o próprio instrumento. Permitirá ainda identificar a necessidade de possíveis ajustes à grelha de observação e às próprias categorias, bem como a definição do tempo necessário para a realização das rondas ao espaço.

Depois de recolhidos os dados, os mesmos foram analisados através do SPSS versão 25.0, aplicando o teste do qui-quadrado para verificar uma possível associação entre as variáveis sociodemográficas dos utilizadores do jardim e os comportamentos observados.

4. Resultados e discussão

4.1 Usos do espaço

Foram registadas 175 observações no Jardim da Praça da Corujeira entre agosto e novembro de 2020 (12 visitas ao espaço), distribuídas ao longo das manhãs e tardes durante a semana (6) e fim de semana (6).

O perfil sociodemográfico da envolvente do Jardim da Praça da Corujeira é indicador dos seus potenciais utilizadores. Localizado na zona oriental da cidade, ainda que menos envelhecida

do que as freguesias do centro histórico da cidade, este jardim é maioritariamente usado por idosos (42,3 %), conforme mostra a figura na tabela 2. Perante o seu grau de privação socioeconómico e ambiental, bem como das características dos seus utilizadores, este espaço poderia desempenhar um papel importante ao oferecer a possibilidade de realizar atividades recreativas e de socialização, fomentando a coesão social e contribuindo para o bem-estar dos seus utilizadores (Elands, Peters, e Vries, 2018; Jennings e Bamkole, 2019), situação que já acontece no Jardim de Arca de Água, na freguesia de Paranhos da mesma cidade (Freguesia de Paranhos, 2021).

Por outro lado, o MCH é revelador de que se trata de um jardim com uma frequência relativamente reduzida o que, de certa forma, é um indicador interessante uma vez que não existe grande disponibilidade de outros jardins na proximidade, sendo de esperar maior afluência. Esta constatação pode estar relacionada, com o facto de o jardim não estar inserido numa artéria movimentada da cidade com fluxos constantes de pessoas, ou pelo excesso de sombra e manutenção deficiente ou, ainda, pela sensação de insegurança. Acresce que este espaço encontra-se numa zona limítrofe da cidade, considerada como pouco “nobre”, esquecida e negligenciada da esfera das políticas públicas, uma tendência que já vem de longe e que parece persistir (Guerra, 1992). Contudo, é de salientar que a atual configuração deste jardim sofrerá uma mudança profunda. Encontra-se já planeada uma requalificação deste espaço que procurará ter em consideração os seus problemas sociais, a degradação do espaço público, os constrangimentos viários que condicionaram a vivência social, económica e habitacional da zona, equacionando a massa arbórea existente com a mais-valia do mesmo e incorporando zonas de maior acessibilidade para todos.

Os dados da tabela 2 evidenciam ainda um determinado perfil de utilizadores: a maioria é do género masculino (56,6%), idosos (42,3%), frequentando o espaço acompanhados (70,9 %), normalmente por mais uma pessoa (44,4%). É um espaço maioritariamente usado da parte da manhã (67,4%) e em dias de sol (87,4%), provavelmente devido ao seu arvoredo denso que proporciona espaços de sombra por todo o jardim. O jardim é utilizado, predominantemente, para conversar (52,0%) e, ao nível de mobilidade, os seus utilizadores preferem ficar sentados (57,1%), algo que poderá estar relacionado com a faixa etária (idosos) que mais utiliza o espaço.

Tabela 2. Perfil dos utilizadores do Jardim da Praça da Corujeira

Variáveis		n	%
Género	Feminino	76	43,4
	Masculino	99	56,6
Grupo etário	Criança	17	9,7
	Adolescente	1	0,6
	Jovem adulto	29	16,6
	Adulto	54	30,9
	Idoso	74	42,3
Status	Acompanhado (n pessoas)	124	70,9
	2	55	44,4
	3	16	12,9
	4	33	26,6
	5	6	4,8
	6	13	10,5
	8	1	0,8
	Sozinho	51	29,1
Comportamento	Atravessar	12	6,9
	Conversar	91	52,0
	Fotografar	2	1,1
	Brincar/Jogar	16	9,1
	Ler/Estudar	1	0,6
	Observar	23	13,1
	Passear o cão	7	4,0
	Utilizar o telemóvel	23	13,1
Tipo de atividade física	A caminhar	60	34,3
	Sentado	100	57,1
	Parado (em pé)	15	8,6
Período do dia	Manhã (9:00 am – 13:00 pm)	118	67,4
	Tarde (13:00 pm – 19:00 pm)	57	32,6
Condições climáticas	Sol	153	87,4
	Nevoeiro	8	4,6
	Sol encoberto	14	8,0
Total		175	100

Para além de conversar, é possível verificar que o uso da tecnologia se estende até ao espaço público através da utilização do telemóvel (13,1%). Estudos futuros sobre os usos do espaço público devem considerar esta dimensão, nomeadamente para tentar perceber de que forma a utilização de tecnologias móveis, como o caso do telemóvel, influencia o comportamento e uso no e do espaço público (Smaniotto Costa et al., 2019).

Na figura 2 está representado o MCH dos 175 utilizadores observados, tendo em conta o seu género e faixa etária. Uma análise dos dados é reveladora de uma tendência clara para o espaço ser maioritariamente utilizado através dos seus caminhos e mobiliário urbano, neste caso os bancos. Uma segunda tendência revela que a parte sul do jardim é a mais utilizada, enfatizando que as áreas ensolaradas são mais desejadas pelos utilizadores. Durante as observações realizadas *in loco* foi possível constatar que estas zonas a sul são regularmente usadas pelos mesmos grupos

de idosos, em predominância do género masculino, para conversar e socializar. Em contextos de isolamento social e privação socioeconómica, os espaços verdes de acesso público, quando qualificados, criam oportunidades de socialização e lazer para os mais idosos (Artmann *et al.*, 2017; Wen, Albert, e Von Haaren, 2018).

A presença de árvores de grande porte, tal como confirmado por Goličnik e Ward Thompson (2010), é um elemento importante no jardim, uma vez que é junto delas, seja ao redor ou por debaixo, que os utilizadores se posicionam, independentemente de preferirem sol ou sombra. Na verdade, os benefícios das árvores são múltiplos e vão muito para além da moderação ambiental, fomentando a coesão social, o bem-estar e o sentimento de “proteção” dos utilizadores (Turner-Skoff e Cavender, 2019). A este respeito, o jardim em estudo apresenta uma considerável cobertura arbórea, dominada por árvores maduras, altas e caducifólias que dão sombra, principalmente durante o verão.

Figura 2. Mapeamento dos utilizadores do Jardim da Praça da Corujeira (n=175) de acordo com o seu género e faixa etária



A tabela 3 apresenta os dados relativos à existência de uma associação entre o nível de atividade física dos utilizadores do jardim e os seus comportamentos.

Tabela 3. Associação entre o tipo de atividade física dos utilizadores do jardim e os seus comportamentos

Comportamento	Tipo de atividade física (%)		
	A caminhar	Parado (em pé)	Sentado
Atravessar	100,0	0,0	0,0
Conversar	16,5	11,0	72,5
Fotografar	0,0	100,0	0,0
Brincar/Jogar	87,5	12,5	0,0
Ler/Estudar	0,0	0,0	100,0
Observar	26,1	0,0	73,9
Passear o cão	100,0	0,0	0,0
Utilizar o telemóvel	26,1	4,3	69,6

$$\chi^2 (df=14, n=175) = 99,052, p < 0,001$$

Os resultados compilados na tabela 3 demonstram que comportamentos como conversar (72,5 %), ler/estudar (100 %), observar (73,9 %) e usar o telemóvel (69,6 %) são mais frequentes em utilizadores que estão sentados ($p < 0,001$). Ainda que não se possa afirmar o porquê desta associação, talvez o facto de ser um jardim frequentado mais por idosos e, também, pela manutenção deficiente da vegetação herbáceas, possam ser algumas das explicações possíveis. Sobre o estado do jardim, num estudo anterior foi identificado que o mesmo apresentava um défice de manutenção acentuado, tanto no mobiliário urbano como nos elementos naturais, bem como alguns problemas de limpeza (Vidal et al., 2021a). Esse “desleixo” leva-nos a questionar também o cuidado dos utilizadores com a limpeza destes espaços. Pode, porventura, evidenciar um fraco sentido de apropriação ou o baixo sentido cívico em relação ao espaço público em resultado do perfil socioeconómico da envolvente que é reproduzido pelos utilizadores, o que deve ser considerado pelos responsáveis autárquicos nas campanhas pela manutenção deste jardim. Acresce a sensação de insegurança sentida, por vezes, durante as observações realizadas, fator que também pode condicionar o uso do espaço e explicar, em parte, a reduzida frequência associada ao mesmo.

4.2. Dúvidas, desafios e potencialidades do Mapeamento do Comportamento Humano na investigação sociológica

Tendo em conta o facto de ser um jardim onde a diversidade de utilizadores é reduzida, a presença do observador começou a ser notada, exigindo a adoção de novas estratégias de inserção no espaço e constituindo, nessa medida, um dos principais desafios do trabalho de campo. A literatura sobre o MCH considera o mesmo como uma técnica não intrusiva que permite observações de comportamentos como reações espontâneas aos elementos naturais (Sommer e Sommer, 2002). No entanto, perante um jardim de reduzida dimensão e em que a frequência dos utilizadores é, também ela, reduzida, bem como a sua diversidade, garantir tal condição torna-se um problema, mas também um estímulo. Assim, e de forma a contornar a situação, foi necessário alterar rotas e horários, e, por vezes, não “entrar” no jardim, posicionando-se, o observador, nos seus limites físicos. Tais opções acarretaram, inevitavelmente, dúvidas do ponto de vista ético. Impõe-se questionar até que ponto a observação não consentida de comportamentos dos utilizadores é correta? Não seria eticamente mais correto que o observador fosse identificado enquanto tal, mesmo que isso implicasse uma alteração no comportamento dos utilizadores? Por outro lado, o registo dos comportamentos no mapa e na grelha, em termos sociodemográficos, não passa de uma aproximação que em nada identifica os observados, dado que apenas se registam o género e o grupo etário. Ainda assim, tais questionamentos devem ser considerados e refletidos, tal como acontece em todas as técnicas que envolvem pessoas.

Ao nível das potencialidades, o MCH dos utilizadores do Jardim da Corujeira permitiu a identificação de padrões que podem, por um lado, servir de base para intervenções ao nível da requalificação do espaço e, por outro, perceber até ponto a envolvente sociodemográfica é condicente com o estado de conservação do jardim em termos de mobiliário urbano e elementos naturais. Acresce a possibilidade desta técnica em revitalizar o método da Escola de Chicago e de mapear padrões de relações sociais e grupos que surgem no espaço urbano por força das relações de poder. Assim, à semelhança do que a Escola de Chicago fez sobre a explicação ecológica do crime, o MCH dos jardins poderá ser útil para esboçar uma explicação socioecológica de desigualdades ambientais e sociais dentro da cidade que contribuem para a formação de “cidades dentro de cidades” (Park, 1936).

5. Conclusões

O presente trabalho propôs a integração do MCH na investigação sociológica através da sua aplicação aos jardins da cidade. Por meio de um exercício de revitalização da abordagem etnográfica da Escola de Chicago sobre o espaço e até mesmo de mapeamento, foi possível identificar pontos em comum com o MCH, estabelecendo pontes que combinem a aplicação desta técnica e a teoria sociológica.

A escolha do Jardim da Corujeira, localizado na freguesia de Campanhã da cidade do Porto, serviu como caso de estudo, identificando um perfil de utilizador e padrões de comportamento que são moldados pelos elementos físicos presentes nesse espaço. É também revelador de que a localização do jardim em muito condiciona o seu estado e os seus potenciais utilizadores, sendo a envolvente uma variável importante para a aplicação do MCH. Por outro lado, e em face das vantagens indicadas pela literatura, considerar o MCH como uma técnica não intrusiva requer cuidado. Uma maior ou menor intrusão da técnica pode estar dependente do contexto de estudo (do espaço e das suas características), daí ser necessária uma flexibilidade na construção do protocolo de observação. Acrescem os dilemas éticos, inerentes à aplicação de qualquer técnica que envolva pessoas, mas que importa sempre acautelar de forma a garantir que o indivíduo observado se sinta confortável. Contudo, percebeu-se que a aplicação do MCH, apesar de pouco evasiva da privacidade do observado, uma vez que se registam unicamente o seu género e faixa etária (numa lógica de aproximação), bem como a sua localização aproximada no espaço e tipo de atividade física, pode ser um desafio em espaços reduzidos e pouco frequentados onde a presença do observador facilmente é notada. Em todo o caso, a técnica continua a ser especialmente útil, pois as observações relacionadas com o comportamento registam apenas as condutas ou atitudes mais comuns em espaços públicos. É de salientar que a tecnologia pode vir a revolucionar este método, por exemplo, através do registo com *drones*, ou mesmo com *apps* de telemóvel ou relógios digitais que registam a localização e percursos feitos pelos utilizadores do espaço. Um dos inconvenientes associados é de apenas registar os utilizadores que tiverem essas aplicações, podendo ficar uma parcela importante destes por registar. Perante a velocidade da revolução tecnológica, seguramente que num futuro próximo esta desvantagem será diluída.

Na pesquisa sociológica, o MCH oferece a oportunidade de combinar variáveis sociais e ecológicas e de analisar como se influenciam mutuamente. Não deixa de ser importante a combinação e triangulação de técnicas por forma a garantir que o objeto sociológico é analisado pelos seus diversos prismas. Sendo um dos princípios da Escola de Chicago estudar as relações do indivíduo com o meio envolvente, descrevendo os aspetos sociais de adaptação, o mesmo pode ocorrer com o MCH dos jardins.

Por fim, os resultados deste trabalho levantam um conjunto de questões: de que forma o jardim se adapta aos seus utilizadores, ou vice-versa? Será este um processo unidirecional? Será o estado de conservação/manutenção de um jardim reflexo do meio social e económico da envolvente? Até que ponto os usos de um determinado jardim traduzem as relações sociais da envolvente? A realização do MCH em jardins na mesma freguesia, como o Parque Oriental, poderá ajudar a esclarecer melhor algumas das questões levantadas, dado que diferem substancialmente no desenho, na vegetação, na dimensão e no cuidado com a manutenção. Assim, são vários os questionamentos que ficam em aberto e que certamente importarão discutir em estudos futuros.

Agradecimentos

Diogo Guedes Vidal e Ricardo Cunha Dias são financiados pelo Fundo Social Europeu, por Fundos Nacionais do MCTES e pelo Programa Operacional de Capital Humano através das Bolsas com a referência SFRH/BD/143238/2019 e SFRH/BD/135804/2018, respetivamente, atribuídas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. Diogo Guedes Vidal, Nelson Barros e Rui Leandro Maia agradecem ainda à Unidade de Investigação UFP em Energia, Ambiente e Saúde, I&D reconhecida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

Bibliografia

- ABBOTT, Andrew (1997), "Of Time and Space: The Contemporary Relevance of the Chicago School", *Social Forces*, 75(4), pp. 1149. <https://doi.org/10.2307/2580667>
- ABBOTT, Andrew (2020), "The Chicago School and City Planning", *Civic Sociology*, 1(1), pp.14106. <https://doi.org/10.1525/001c.14106>
- ALVES, Sónia (2012), "The Patterns of Unemployment and the Geography of Social Housing", *International Journal of Social, Human Science and Engineering*, 6(11), pp. 259–267.
- ALVES, Sónia (2016), "Spaces of inequality: It's not differentiation, it is inequality! A socio-spatial analysis of the City of Porto", *Portuguese Journal of Social Science*, 15(3), pp. 409–431. https://doi.org/10.1386/pjss.15.3.409_1
- ARBORIO, Anne-Marie (2007), "L'observation directe en sociologie: quelques réflexions méthodologiques à propos de travaux de recherches sur le terrain hospitalier", *Recherche en Soins Infirmiers*, 90(3), pp. 26–34. <https://doi.org/10.3917/rsi.090.0026>
- ARTAXO, Paulo (2020), "As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas", *Estudos Avancados*, 34(100), pp. 53–66. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.005>

VIDAL, Diogo Guedes; FERNANDES, Cláudia Oliveira; DIAS, Ricardo Cunha; SEIXAS, Paulo Castro; BARROS, Barros; VILAÇA, Helena e MAIA, Rui Leandro (2022), "Os jardins da cidade: um olhar sociológico sobre o mapeamento do comportamento humano dos utilizadores do Jardim da Corujeira", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLIII, pp. 5-30

ARTMANN, Martina; CHEN, Xianwen; IOJĂ, Cristian; HOF, Angela; ONOSE, Diana; PONÍZY, Lidia; LAMOVŠEK, Alma Zavodnik; BREUSTE, Jürgen (2017), "The role of urban green spaces in care facilities for elderly people across European cities", *Urban Forestry & Urban Greening*, 27, pp. 203–213. <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2017.08.007>

BARKER, Roger (1968), *Ecological Psychology*, Stanford, Stanford University Press.

BLOOR, Michael; WOOD, Fiona (2006), *Keywords in Qualitative Methods*, London, SAGE Publications Ltd.

BRESLAU, Daniel (1990), The Scientific Appropriation of Social Research: Robert Park's Human Ecology and American Sociology, *Theory and Society*, 19(4), pp. 417–446.

BULMER, Martin (1984), *The Chicago school of sociology: Institutionalization, diversity, and the rise of sociological research*, Chicago, University Chicago Press.

CASTRO SEIXAS, Eunice; TOMÁS, Catarina; GIACCHETTA, Niccolò (2020), "Os jardins/parques urbanos de Lisboa pelo olhar de Adultos e pela ação das crianças", *Práxis Educacional*, 16(40), pp. 134–163. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i40.6890>

CATTON, William; DUNLAP, Riley (1978), "Environmental Sociology: a New Paradigm", *The American Sociologist*, 13, pp. 41–49.

COSCO, Nilda; MOORE, Robin; ISLAM, Mohammed (2010), "Behavior mapping: a method for linking preschool physical activity and outdoor design", *Medicine and Science in Sports and Exercise*, 42(3), pp. 513–519. <https://doi.org/10.1249/MSS.0b013e3181cea27a>

COX, Adina; LOEBACH, Janet; LITTLE, Sarah (2018), "Understanding the Nature Play Milieu: Using Behavior Mapping to Investigate Children's Activities in Outdoor Play Spaces", *Children, Youth and Environment*, 28(2), pp. 232–261. <https://doi.org/10.7721/chilyoutenvi.28.2.0232>

CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene (2000), "The 'Anthropocene.'", *41 Global Change Newsletter*, pp. 17–18.

DIAS, Ricardo Cunha; VIDAL, Diogo Guedes; SEIXAS, Paulo Castro; MAIA, Rui Leandro (2020), "Os Espaços Verdes e as Preocupações com a Sustentabilidade nos Planos Diretores Municipais de 3ª Geração: Análise Comparativa das Áreas Metropolitanas em Portugal", *CIDADES Comunidades e Territórios*, 41, pp. 84–99. <https://doi.org/10.15847/cct.dec2020.041.art04>

DURKHEIM, Émile (1893), *The Division of Labour in Society*, Paris, Presses Universitaires de France.

ELANDS, Birgit; PETERS, Karin; VRIES, Sjerp de (2018), "Promoting social cohesion—increasing well-being", in VAN DEN BOSCH, Matilda & BIRD, William (Eds.), *Oxford Textbook of Nature and Public Health: The role of nature in improving the health of a population*, Oxford, Oxford University Press, pp. 116–122. <https://doi.org/10.1093/med/9780198725916.003.0044>

FARIA, Alexandra; OLIVEIRA, Carlos; ROCHA, Eugénia; LAGE, Graça; GOMES, Marta (2018), *Pessoas e atividades: Demografia e desenvolvimento social*, Porto, Direção Municipal de Urbanismo da Câmara Municipal do Porto.

FISH, Robert; CHURCH, Andrew; WINTER, Michael (2016), "Conceptualising cultural ecosystem services: A novel framework for research and critical engagement", *Ecosystem Services*, 21, pp. 208–

VIDAL, Diogo Guedes; FERNANDES, Cláudia Oliveira; DIAS, Ricardo Cunha; SEIXAS, Paulo Castro; BARROS, Barros; VILAÇA, Helena e MAIA, Rui Leandro (2022), "Os jardins da cidade: um olhar sociológico sobre o mapeamento do comportamento humano dos utilizadores do Jardim da Corujeira", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLIII, pp. 5-30

217. <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2016.09.002>

FITZHUGH, Ben; BUTLER, Virginia; BOVY, Kristine; ETNIER, Michael (2019), "Human ecodynamics: A perspective for the study of long-term change in socioecological systems", *Journal of Archaeological Science: Reports*, 23, pp. 1077–1094. <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2018.03.016>

FOUCAULT, Michel (1986), "Of other spaces", *The City: Critical Essays in Human Geography*, 16(1), pp. 22–27. <https://doi.org/10.2307/464648>

FREGUESIA DE PARANHOS (2021), Centro de Convívio da Gruta de Arca de Água. Consultado maio 14, 2021, em <https://www.jfparanhos-porto.pt/pt/pages/centro-de-convivio-da-gruta-de-arca-de-agua>

GIDDENS, Anthony (2013), *A constituição da sociedade*, São Paulo, Martins Fontes.

GOLIČNIK, Barbara; WARD THOMPSON, Catharine (2010), "Emerging relationships between design and use of urban park spaces", *Landscape and Urban Planning*, 94(1), pp. 38–53. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2009.07.016>

GONZALEZ, Sara Calado; SEIXAS, Paulo Castro (2020), "O paradoxo do parque infantil e a criança em nós: reflexões de um tempo interrompido", in CASTRO SEIXAS, Eunice (Ed.), *Crianças na Cidade em Tempos de COVID-19: Reflexões a Partir da Investigação em Espaços Públicos no Porto e em Lisboa*, Porto, Universidade do Porto (pp. 34–41).

GUERRA, Paula (1992), "Tecido urbano actual - continuidade ou descontinuidade?", *Sociologia: Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*, 2, pp. 145–175.

HAINES-YOUNG, Roy; POTTSCHIN, Marion (2018), *Common International Classification of Ecosystem Services (CICES) V5.1 and Guidance on the Application of the Revised Structure*, Nottingham, Fabis Consulting Ltd.

HOFFMANN, Elaine; BARROS, Henrique; RIBEIRO, Ana Isabel (2017) "Socioeconomic inequalities in green space quality and Accessibility—Evidence from a Southern European city", *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 14(8), pp.916. <https://doi.org/10.3390/ijerph14080916>

ITTELSON, William; RIVLIN, Leanne; PROSHANSKY, Harold (1970), "The Use of Behavioural Maps in Environmental Psychology", PROHANSKY, Harold; ITTELSON, William & RIVLIN, Leanne (Eds.), *Environmental Psychology: Man and his Physical Setting*, New York, Holt, Rinehart & Winston, pp. 658–668.

JAYNES, Gerald; APTER, David; GANS, Herbert; KORNBLUM, William; HOROWITZ, Ruth; SHORT, James; SUTTLES, Gerald; WASHINGTON, Robert (2009), "The Chicago School and the roots of urban ethnography: An intergenerational conversation with Gerald D. Jaynes, David E. Apter, Herbert J. Gans, William Kornblum, Ruth Horowitz, James F. Short, Jr, Gerald D. Suttles and Robert E. Washington", *Ethnography*, 10(4), pp. 375–396.

JENNINGS, Viniece; BAMKOLE, Omoshalewa (2019), "The Relationship between Social Cohesion and

VIDAL, Diogo Guedes; FERNANDES, Cláudia Oliveira; DIAS, Ricardo Cunha; SEIXAS, Paulo Castro; BARROS, Barros; VILAÇA, Helena e MAIA, Rui Leandro (2022), "Os jardins da cidade: um olhar sociológico sobre o mapeamento do comportamento humano dos utilizadores do Jardim da Corujeira", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLIII, pp. 5-30

- Urban Green Space: An Avenue for Health Promotion", *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 16(3). pp. 452. <https://doi.org/10.3390/ijerph16030452>
- JENNINGS, Viniece; LARSON, Lincoln; YUN, Jessica (2016), "Advancing sustainability through urban green space: Cultural ecosystem services, equity, and social determinants of health", *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 13(2), pp. 196. <https://doi.org/10.3390/ijerph13020196>
- KLEIN, Camila; KUHNEN, Ariane; FELIPPE, Máira; SILVEIRA, Bertiele (2018). "Place-centered or person-centered? Considerations about the behavioral mapping approach", *Trends in Psychology*, 26(2), pp. 605–616. <https://doi.org/10.9788/TP2018.2-03En>
- KLUGER, Lotta; GORRIS, Phillipe; KOCHALSKI, Sophia; MUELLER, Miriam; ROMAGNONI, Giovanni (2020), "Studying human–nature relationships through a network lens: A systematic review", *People and Nature*, 2(4), pp. 1100–1116. <https://doi.org/10.1002/pan3.10136>
- LEFEBVRE, Henri (1974), *La production de l'espace*, Paris, Anthropos.
- LYNCH, Kevin (1960), *A imagem da cidade*, Lisboa, Edições 70.
- MARX, Karl (2017), *O Capital*, Lisboa, Edições 70.
- MEARS, Meghann; BRINDLEY, Paul; MAHESWARAN, Ravi; JORGENSEN, Anna (2019), "Understanding the socioeconomic equity of publicly accessible greenspace distribution: The example of Sheffield, UK", *Geoforum*, 103, pp. 126–137. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2019.04.016>
- MORENO, Jacob (1941), "Foundations of Sociometry: An Introduction", *Sociometry*, 4(1), pp. 15–35.
- MUQUEETH, Sadiya (2021), "Parks: A vital community condition", *Parks Stewardship Forum*, 37(1), pp. 106–117. <https://doi.org/10.5070/p537151742>
- NG, Cheuk (2015), "Behavioral mapping and tracking", in GIFFORD, Robert (Ed.), *Research Methods for Environmental Psychology*, Nova Jersey: John Wiley & Sons, pp. 29–51. <https://doi.org/10.1002/9781119162124.ch3>
- OLMOS-MARTÍNEZ, Elizabeth; ORTEGA-RUBIO, Alfredo (2020), "Socioecology" in ORTEGA-RUBIO, Alfredo (Ed.), *Socio-ecological Studies in Natural Protected Areas*, Cham. Springer, pp. 3–17. https://doi.org/10.1007/978-3-030-47264-1_1
- OWENS, Boyce Robert (2012), "Mapping the City: Innovation and Continuity in the Chicago School of Sociology, 1920–1934", *The American Sociologist*, 43(3), pp. 264–293. <https://doi.org/10.1007/s12108-012-9160-7>
- PARK, Robert (1915), "The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the City Environment", *American Journal of Sociology*, 20(5), pp. 577–612.
- PARK, Robert (1936), "Human Ecology", *American Journal of Sociology*, 42(1), pp. 1–15.
- PARK, Robert; BURGESS, Ernest (1921). *Introduction to the Science of Sociology*, Chicago, Chicago University Press.
- PARK, Robert; BURGESS, Ernest; MCKENZIE, Roderick (1925), *The city: Suggestions for investigation of human behavior in the urban environment*, Chicago, University of Chicago Press.

VIDAL, Diogo Guedes; FERNANDES, Cláudia Oliveira; DIAS, Ricardo Cunha; SEIXAS, Paulo Castro; BARROS, Barros; VILAÇA, Helena e MAIA, Rui Leandro (2022), "Os jardins da cidade: um olhar sociológico sobre o mapeamento do comportamento humano dos utilizadores do Jardim da Corujeira", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLIII, pp. 5-30

SAMPSON, Robert (2003), "The neighborhood context of well-being", *Perspectives in Biology and Medicine*, 46(3 Suppl), p. S53-64.

SAMPSON, Robert; RAUDENBUSH, Stephen (1999), "Systematic social observation of public spaces: A new look at disorder in urban neighborhoods", *American Journal of Sociology*, 105(3), pp. 603–651. <https://doi.org/10.1086/210356>

SANOFF, Henry; COATES, Gary (1971), "Behavioral Mapping: An Ecological Analysis of Activities in a Residential Setting", *Environmental Studies*, 2(1–4), pp. 227–235. <https://doi.org/10.1080/00207237108709471>

SARKAR, Chinmoy; WEBSTER, Chris; GALLACHER, John (2018), "Residential greenness and prevalence of major depressive disorders: a cross-sectional, observational, associational study of 94 879 adult UK Biobank participants", *The Lancet. Planetary Health*, 2(4), pp. e162–e173. [https://doi.org/10.1016/S2542-5196\(18\)30051-2](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(18)30051-2)

SCHMIDT, Luísa (1999), "Sociologia do ambiente: genealogia de uma dupla emergência", *Análise Social*, 34(150), pp. 175–210.

SEIXAS, Paulo Castro; BATISTA, Luís; DIAS, Ricardo Cunha (2020), "Territorial sociometries of citizen participation: Kernel maps as a support tool for municipal strategic planning", *Urbe*, 12, pp. e20190249. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.E20190249>

SEIXAS, Paulo Castro; DIAS, Ricardo Cunha; VIDAL, Diogo Guedes (2020), "Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos", *Sociologia: Revista Da Faculdade de Letras Da Universidade Do Porto*, 39(1), pp. 56–83. <https://doi.org/10.21747/08723419/soc39a4>

SMANIOTTO COSTA, Carlos; ŠUKLJE ERJAVEC, Ina; KENNA, Therese; DE LANGE, Michiel; IOANNIDIS, Konstantinos; MAKSYMIUK, Gabriela; DE WAAL, Martijn (2019), *CyberParks – The Interface Between People, Places and Technology*, Cham, Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-13417-4>

SMITH, William; MOORE, Robin; COSCO, Nilda; WESOLOSKI, Jennifer; DANNINGER, Tom; WARD, Dianne; TROST, Stewart; RIES, Nicole (2014), "Increasing Physical Activity in Childcare Outdoor Learning Environments: The Effect of Setting Adjacency Relative to Other Built Environment and Social Factors", *Environment and Behavior*, 48(4), pp. 550–578. <https://doi.org/10.1177/0013916514551048>

SOMMER, Robert; SOMMER, Barbara (2002), "Mapping and trace measures", in SOMMER, Robert & SOMMER, Barbara (Eds.), *A practical guide to behavioural research: Tools and techniques*, New York, NY: Oxford University Press, pp. 63–79.

SQUILLACIOTI, Giulia; BELLISARIO, Valeria; LEVRA, Stefano; PICCIONI, Pavilio; BONO, Roberto (2019), "Greenness Availability and Respiratory Health in a Population of Urbanised Children in North-Western Italy", *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(1), pp. 108. <https://doi.org/10.3390/ijerph17010108>

TURNER-SKOFF, Jessica; CAVENDER, Nicole (2019), "The benefits of trees for livable and sustainable

VIDAL, Diogo Guedes; FERNANDES, Cláudia Oliveira; DIAS, Ricardo Cunha; SEIXAS, Paulo Castro; BARROS, Barros; VILAÇA, Helena e MAIA, Rui Leandro (2022), "Os jardins da cidade: um olhar sociológico sobre o mapeamento do comportamento humano dos utilizadores do Jardim da Corujeira", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLIII, pp. 5-30

communities", *Plants, People, Planet*, 1(4), pp. 323–335. <https://doi.org/10.1002/ppp3.39>

VIDAL, Diogo Guedes; DIAS, Ricardo Cunha; OLIVEIRA, Gisela Marta; DINIS, Maria Alzira Pimenta; FILHO, Walter Leal; FERNANDES, Cláudia Oliveira; BARROS, Nelson; MAIA, Rui Leandro (2022), "A Review on the Cultural Ecosystem Services Provision of Urban Green Spaces: Perception, Use and Health Benefits", in FILHO, Walter Leal; VIDAL, Diogo Guedes; DINIS, Maria Alzira Pimenta & DIAS, Ricardo Cunha (Eds.), *Sustainable Policies and Practices in Energy, Environment and Health Research*, Cham, Springer, pp. 287–331. https://doi.org/10.1007/978-3-030-86304-3_18

VIDAL, Diogo Guedes; FERNANDES, Cláudia Oliveira; VITERBO, Lilian Monteiro Ferrari; BARROS, Nelson; MAIA, Rui Leandro (2020), "Espaços verdes urbanos e saúde mental: uma revisão sistemática da literatura", in PEREIRA, Henrique; MONTEIRO, Samuel; ESGALHADO, Graça; CUNHA, Ana & LEAL, Isabel (Eds.), *Actas do 13º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde*, Lisboa, ISPA, pp. 427–436).

VIDAL, Diogo Guedes; FERNANDES, Cláudia Oliveira; VITERBO, Lilian Monteiro Ferrari; BARROS, Nelson; MAIA, Rui Leandro (2021a), "Combining an Evaluation Grid Application to Assess Ecosystem Services of Urban Green Spaces and a Socioeconomic Spatial Analysis", *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 28(4), pp. 291–302. <https://doi.org/10.1080/13504509.2020.1808108>

VIDAL, Diogo Guedes; FERNANDES, Cláudia Oliveira; VITERBO, Lilian Monteiro Ferrari; VILAÇA, Helena; BARROS, Nelson; MAIA, Rui Leandro (2021b), "Usos e Percepções sobre Jardins e Parques Públicos Urbanos: Resultados Preliminares de um Inquérito na Cidade Do Porto (Portugal)", *Finis terra - Revista Portuguesa de Geografia*, 56(116), pp. 137–157. <https://doi.org/10.18055/FINIS19813>

WEBER, Max (1991), *Histoire économique — Esquisse d'une histoire universelle de l'économie et de la société*, Paris, Éditions Gallimard.

WEISS, Roberto; BOUTOURLINE, Serge (1962), *Fairs, Pavilions, Exhibits, and Their Audiences*. Local de publicação não identificado, Editora não identificada.

WEN, Chen; ALBERT, Christian; VON HAAREN, Christina (2018), "The elderly in green spaces: Exploring requirements and preferences concerning nature-based recreation", *Sustainable Cities and Society*, 38, pp. 582–593. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2018.01.023>

WHYTE, William (1988), *City: Rediscovering the Center*, New York, Doubleday.

WIRTH, Louis (1938). Urbanism as a Way of Life. *The American Journal of Sociology*, 44(1), pp. 1–24.

YORK, Richard; MANCUS, Philip (2009), "Critical Human Ecology: Historical Materialism and Natural Laws", *Sociological Theory*, 27(2), pp. 122–149. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9558.2009.01340.x>

ZACHARIAS, John; STATHOPOULOS, Ted; WU, Hanqing (2004), "Spatial Behavior in San Francisco's Plazas: The Effects of Microclimate, Other People, and Environmental Design", *Environment and Behavior*, 36(5), pp. 638–658. <https://doi.org/10.1177/0013916503262545>

Diogo Guedes Vidal (autor de correspondência). Doutorando em Ecologia e Saúde Ambiental na Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa (Porto-Portugal). Investigador no projeto PHOENIX “The rise of citizens voices for a greener Europe” no Centre for Functional Ecology – Science for People & the Planet, Laboratório Associado TERRA, Departamento de Ciências da Vida da Universidade de Coimbra (Coimbra-Portugal). Endereço de correspondência: Universidade Fernando Pessoa, Praça de 9 de Abril 349, 4249-004 Porto, Portugal. Email: diogoguedesvidal@hotmail.com

Cláudia Oliveira Fernandes. Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (Porto-Portugal). Investigadora da InBIO-Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva, CIBIO (Porto-Portugal). Endereço de correspondência: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, R. do Campo Alegre s/n, 4169-007 Porto, Portugal. Email: cofernandes@fc.up.pt

Ricardo Cunha Dias. Bolseiro de Doutoramento FCT no ISCSP-UL (Lisboa-Portugal). Investigador do CAPP (Lisboa-Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, R. Almerindo Lessa, 1300-666 Lisboa, Portugal. Email: rdias@iscsp.ulisboa.pt

Paulo Castro Seixas. Professor Associado com Agregação no ISCSP-UL (Lisboa-Portugal). Investigador do CAPP (Lisboa-Portugal) e do CITTA (Porto-Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, R. Almerindo Lessa, 1300-666 Lisboa, Portugal. Email: pseixas@iscsp.ulisboa.pt

Nelson Barros. Professor Associado da Universidade Fernando Pessoa (Porto-Portugal). Investigador da Unidade de Investigação UFP em Energia, Ambiente e Saúde (Porto-Portugal). Endereço de correspondência: Universidade Fernando Pessoa, Praça Nove de Abril 349, 4249-004 Porto, Portugal. Email: nelson@ufp.edu.pt

Helena Vilaça. Professora Associada com Agregação no Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Investigadora do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n. 4150-564 Porto, Portugal. Email: hvilaca19@gmail.com

VIDAL, Diogo Guedes; FERNANDES, Cláudia Oliveira; DIAS, Ricardo Cunha; SEIXAS, Paulo Castro; BARROS, Barros; VILAÇA, Helena e MAIA, Rui Leandro (2022), “Os jardins da cidade: um olhar sociológico sobre o mapeamento do comportamento humano dos utilizadores do Jardim da Corujeira”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLIII, pp. 5-30

Rui Leandro Maia. Professor Associado Convidado da Universidade Fernando Pessoa (Porto-Portugal). Investigador da Unidade de Investigação UFP em Energia, Ambiente e Saúde (Porto-Portugal) e do CITCEM (Porto-Portugal). Endereço de correspondência: Universidade Fernando Pessoa, Praça Nove de Abril 349, 4249-004 Porto. Portugal. Email: rlmaia@ufp.edu.pt

Artigo recebido em 30 de junho de 2021. Aprovado para publicação em 19 de fevereiro de 2021

Percepções de riscos ocupacionais: o caso dos *Riggers*

Pedro Martins

Escola Superior de Ciências Empresariais
Instituto Politécnico de Setúbal

Odete Pereira

Escola Superior de Ciências Empresariais
Instituto Politécnico de Setúbal

João Areosa

Escola Superior de Ciências Empresariais
Instituto Politécnico de Setúbal
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
Universidade Nova de Lisboa

Resumo

Este artigo tem como principal objetivo avaliar as percepções de riscos dos *riggers*, na indústria de espetáculos e eventos ao vivo. Também foi caracterizada a sua atividade e os seus riscos ocupacionais. A metodologia utilizada foi a aplicação de um questionário *on-line* aos *riggers*. Recolheram-se 163 respostas válidas, cujos respondentes provinham de 27 nacionalidades, num universo de aproximadamente 1000 trabalhadores. Nos resultados obtidos destaca-se a especial preocupação dos *riggers* em relação aos riscos ergonómicos e organizacionais. Foi efetuada uma hierarquização dos riscos, tanto na sua componente emocional como cognitiva. O trabalho em altura e as tarefas associadas à suspensão de equipamentos são percecionadas como as de maior risco.

Palavras-chave: Percepções de riscos, *Riggers*, Riscos ocupacionais.

Occupational risk perceptions: the case of the Riggers

Abstract

This paper aims to assess the risk perceptions of riggers in the live entertainment industry. Their activity and occupational risks were also characterized. The methodology used was the application of an online questionnaire to riggers. 163 valid responses were obtained, whose respondents came from 27 nationalities, in a universe of approximately 1000 workers. In the results obtained, the special concern of riggers in relation to ergonomic and organizational risks is highlighted. A hierarchy of risks was carried out, both in its emotional and cognitive components. Working at heights and tasks associated with suspending equipment are perceived as the highest risk.

Keywords: Risk perceptions, Riggers, Occupational risks.

Perceptions des risques professionnels: le cas des Riggers

Résumé

Cet article vise à évaluer les perceptions du risque des gréeurs dans l'industrie du spectacle vivant et du divertissement. Leur activité et leurs risques professionnels ont également été caractérisés. La méthodologie utilisée était l'application d'un questionnaire en ligne aux gréeurs. 163 réponses valides ont été obtenues, dont les répondants venaient de 27 nationalités, dans un univers d'environ 1000 travailleurs. Dans les résultats obtenus, la préoccupation particulière des gréeurs vis-à-vis des risques ergonomiques et organisationnels est mise en évidence. Une hiérarchie des risques a été réalisée, tant dans ses composantes émotionnelles que cognitives. Le travail en hauteur et les tâches associées à la suspension d'équipements sont perçus comme le risque le plus élevé.

Mots-clés : Perceptions du risque, *Riggers*, Risques professionnels.

Percepciones de riesgos laborales: el caso de los Riggers

Resumen

Este artículo tiene como objetivo evaluar las percepciones de riesgo de los aparejadores en la industria del entretenimiento y el entretenimiento en vivo. También se caracterizaron su actividad y riesgos laborales. La metodología utilizada fue la aplicación de un cuestionario en línea a los aparejadores. Se obtuvieron 163 respuestas válidas, cuyos encuestados procedían de 27 nacionalidades, en un universo de aproximadamente 1000 trabajadores. En los resultados obtenidos se destaca la especial preocupación de los aparejadores en relación a los riesgos ergonómicos y organizativos. Se llevó a cabo una jerarquía de riesgos, tanto en sus componentes emocionales como cognitivos. El trabajo en alturas y las tareas asociadas con la suspensión de equipos se perciben como el mayor riesgo.

Palabras-clave: Percepciones de riesgo, Aparejadores, Riesgos laborales.

Introdução

O objetivo principal deste trabalho foi caraterizar e descrever a perceção dos riscos pelos profissionais de *riggering* na indústria dos espetáculos ao vivo. Todavia, será também efetuada uma descrição da atividade, bem como dos seus principais riscos. Nesta indústria, os *riggers* são os profissionais da área técnica que se dedicam à instalação e remoção de equipamentos suspensos, nomeadamente, movimentar, suspender ou segurar objetos. Dentro das áreas técnicas, estes trabalhadores são aqueles que se encontram mais expostos a riscos elevados (alguns deles muito específicos), para além de desempenharem um papel importante para a segurança de toda a equipa técnica e artística.

As tarefas dos *riggers* são executadas em altura, literalmente por cima de todos os outros trabalhadores. Estas ações implicam a manipulação de peças soltas, criando situações de possíveis quedas de objetos. Do ponto de vista da segurança, há necessidade imperativa de gerar perímetros

seguros (zonas de exclusão), de modo a evitar lesões por queda de objetos. Na indústria dos espetáculos é normal atribuir ao trabalhador a responsabilidade de não deixar cair qualquer objeto, e se o fizer (o que acontece algumas vezes, regra geral sem grandes consequências), este é severamente recriminado. Esta é uma prática quase generalizada a nível global e que está relacionada ao cumprimento de prazos “apertados” de produção. Contudo, é pertinente lembrar que as pressões organizacionais e de gestão para acelerar a produção fazem normalmente aumentar o número de erros, falhas, incidentes e acidentes (Areosa, 2021a).

As possibilidades da prevenção de riscos passam hoje pela capacidade de integrar muito do que é produzido e transmitido pela investigação realizada na área da segurança ocupacional, incluindo o estudo dos fatores humanos e da investigação de acidentes (Areosa, 2020). Por vezes, é desconcertante a dicotomia entre o conhecimento disponibilizado pela ciência e os procedimentos reais, colocados em prática na indústria dos espetáculos ao vivo. É evidente a persistência de abordagens algo desatualizadas, em que a fácil apreensão dos modelos deterministas, prevalece sobre abordagens mais recentes no campo da segurança ocupacional. Este facto parece estar em contraponto com o elevado conhecimento adquirido e aplicado na outra vertente da segurança de eventos, que é a gestão de multidões. Esta faceta da segurança de espetáculos ganha maior expressão mediática pela evidência do seu potencial catastrófico, agravado pela crescente ameaça do terrorismo.

Uma eventual falha na produção pode rapidamente transformar-se numa catástrofe, devido à grande proximidade entre o público e o palco, cenário onde tudo acontece. Exemplo disso são os colapsos de estruturas temporárias em eventos de grande dimensão, sejam palcos ou estruturas de apoio, como sucedeu, designadamente, em: Atlantic City (2000 e 2003), Abbotsford (2008), Indiana (2011), Pukkelpop (2011), Toronto (2012), Esteio (2017). Em Portugal, entre vários, refira-se o colapso da bancada do circo Chen (Lisboa, 2009) e Optimos Alive (Algés, 2011). São ainda de realçar incêndios como: Andanças (Sines, 2016) e em Espanha o Tomorrowland (Barcelona, 2017). Estas situações ilustram as diversas ocorrências, em que a catástrofe esteve eminente ou chegou mesmo a consumir-se, havendo assim casos em que ocorreram várias mortes e algumas centenas de feridos, bem como milhões de Euros de prejuízo em danos materiais.

Tarefas e riscos na atividade dos *Riggers*

A profissão de *rigger* não é uniforme, há múltiplas *desigualdades globais* (Costa, 2012) que podem influenciar o seu trabalho. As tarefas desempenhadas pelos *riggers* apresentam algumas particularidades distintivas dos restantes profissionais do setor. A atividade de *rigging* revela níveis elevados de exposição ao risco para estes profissionais, sabendo que consequências de um eventual erro humano podem ser severas. Contudo, o erro humano é cada vez mais entendido como resultado das condições em que os trabalhadores são colocados e não tanto como um aspeto de natureza individual (Areosa, 2021b). Para melhor se entender os riscos associados à atividade dos *riggers* é necessário conhecer as especificidades das suas tarefas. Um técnico de *rigging* deve estar habilitado ao desenvolvimento das seguintes ações: 1- Trabalhar em altura e executar em segurança as tarefas requeridas; 2- Suspender elementos técnicos (iluminação, som, cenário, entre outros); 3- Instalar e operar sistemas motorizados de elevação de cargas; 4- Conectar a cablagem elétrica requerida pelos sistemas de elevação; 5- Operar plataformas móveis para elevação de pessoas; 6- Instalar sistemas anti queda de proteção coletiva, e garantir o uso apropriado destes em conjunto com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), por parte de todos os elementos da equipa de produção envolvidos em trabalhos em altura; 7- Montar e garantir a estabilidade de estruturas temporárias (sistemas treliçados autoportantes); 8- Garantir a criação de zonas de exclusão sempre que existam trabalhos em altura realizados por cima de pessoas (CHRC, 2007; Live Performance Austrália, 2018).

Do ponto de vista da atividade dos *riggers*, dever-se-á ter em conta que o peso médio em equipamento suspenso por uma produção de dimensão média ronda as 30 a 40 toneladas, sendo comum uma grande produção ultrapassar as 60 toneladas de equipamento. Tal representa uma apreciável quantidade de equipamento a suspender, o que faz com que seja extremamente raros uma produção manter em digressão uma equipa de *riggers* de dimensão suficiente para suprir as necessidades do espetáculo. A solução é recorrer a equipas locais altamente especializadas, normalmente denominadas por *house riggers*. Estes são técnicos que normalmente estão vinculados à sala de acolhimento e que assistem a equipa de *riggers* da produção, na montagem dos sistemas de *rigging*. Usando o exemplo dos grandes concertos, verifica-se que o tempo de permanência de uma produção, no mesmo local (cidade), raramente vai além de 18 horas. Ou seja, a produção chega ao local do espetáculo de manhã, monta toda a estrutura, apresenta a performance, desmontando no final e segue para o próximo destino.

Para que tudo isto seja possível dentro dos tempos exigidos e em segurança, existe uma padronização de procedimentos, conhecimentos e competências, que são exigidos de forma equivalente a qualquer *rigger*, em qualquer ponto do globo. Este facto tem óbvias repercussões a

nível da homogeneização dos métodos de trabalho, requisitos técnicos e de segurança. Não é, portanto, espectável uma diferença relevante entre o perfil e competências dos técnicos de *rigging* à escala global, aplicável ao universo de indivíduos que exercem esta atividade de forma continuada.

Através da descrição de tarefas anteriormente apresentada, pode-se concluir que a atividade normal dos técnicos de *rigging* está associada a diversos riscos, alguns deles considerados os mais relevantes do setor. O *rigging* é por isso considerado, em diversos países, como uma atividade profissional de alto risco (Live Performance Austrália, 2018). Na indústria dos espetáculos a segurança deve ser prioritária, considerando em especial a sua componente itinerante. Não obstante desse facto, e à semelhança de outras indústrias, também este setor apresenta riscos mais ou menos específicos e transversais a qualquer produção, independentemente da sua natureza. Na tabela 1 apresenta-se uma sistematização dos principais riscos desta profissão (Martins, 2017; The Purple Guide, 2016; OiRA, 2017; MEAA, 2001).

Tabela 1. Riscos comuns da indústria dos espetáculos ao vivo

Riscos Físicos	Riscos Químicos	Riscos Ergonómicos	Riscos de Acidente	Riscos Psicossociais
Ruído; Raios laser; Riscos elétricos.	Risco de incêndio; Efeitos especiais e pirotecnia; Poeiras e substâncias perigosas.	Movimentação manual de cargas; Carga horária elevado; Iluminação inadequada; Ritmos excessivos.	Organização do trabalho; Equipamentos de trabalho (máquinas); Trabalho em altura; Riscos mecânicos; Suspensão de pessoas; Suspensão de equipamentos; Condições meteorológicas adversas; Estruturas temporárias.	<i>Stress</i> ; Pressão para cumprir prazos apertados; Precaridade laboral.

Fonte: Martins (2017)

Segundo Rundmo (2000), a priorização de objetivos de produção pode gerar uma maior aceitabilidade da violação das regras de segurança, mostrando que há um efeito direto entre o compromisso da gestão de topo com a segurança e os comportamentos de segurança dos trabalhadores. Ou seja, numa organização onde não são afetados recursos suficientes à segurança ou em que a pressão dos objetivos produtivos é priorizada, é expectável que os trabalhadores aceitem e cometam mais violações de segurança. Esta premissa fica igualmente sustentada pela teoria do fator humano dos acidentes, nomeadamente em relação aos determinantes das violações situacionais nos atos inseguros (Areosa, 2020).

Voltamos a sublinhar que os profissionais de *rigging* da indústria dos espetáculos ao vivo atuam perante contextos de risco muito elevado, por isso são formados e instruídos para que o seu

desempenho seja uniformizado, a partir de informação igualmente padronizada. Porém, estes trabalhadores quando confrontados com situações ligeiramente atípicas¹ revelam alguma dificuldade em processar a informação e adaptar-se, optando ao invés por adotar os procedimentos padrão mais próximos da situação que lhes é apresentada (Amalberti, 2016), resultando por vezes em situações de elevado risco. A opção para contrariar este cenário seria uma formação mais sólida e abrangente, que carece de mais tempo e investimento. Resultaria assim na formação de técnicos mais capazes, mas também mais caros, algo que se afasta do paradigma atual na indústria de produção de espetáculos, em que a sensação é que há uma ausência de acidentes relevantes favorecendo uma “ilusão de controlo” e uma “sobre confiança” no sistema instituído. Por outras palavras, há uma espécie de *otimismo irrealista* (Weinstein, 1980).

As percepções de riscos dos trabalhadores: enquadramento teórico e conceptual

O modo como o conhecimento científico é transmitido nas sociedades é um fator importante para a compreender a formulação das percepções de riscos dos trabalhadores. Em certos casos, o conhecimento produzido pela ciência atual tende a democratizar-se e converte-se em senso comum. Giddens (1994) designa por *dialética do controlo* a reapropriação do conhecimento científico por parte dos atores leigos. Podemos afirmar que as percepções de riscos são uma forma particular de conhecimento e são também uma construção individual, social e cultural (Douglas e Wildavsky, 1982; Sjöberg, Moen e Rundmo, 2004) que refletem a história pessoal, valores, crenças e ideologias; representam a forma como as pessoas pensam, analisam e classificam as ameaças a que estão sujeitas ou que simplesmente têm conhecimento (Areosa, 2014). Por outras palavras, traduzem a visão do mundo dos diferentes atores sociais (Vaughan, 1996). O modo como os não especialistas vêem os riscos remetem para a sua avaliação subjetiva quanto à possibilidade de um determinado acidente ocorrer, em conjunto com a ponderação da severidade das suas consequências (Sjöberg, Moen e Rundmo, 2004).

Há determinados aspetos que influenciam as percepções de riscos dos trabalhadores, nomeadamente: a forma como os riscos são ampliados ou atenuados socialmente (Kasperson et al., 1988); a habituação ou familiaridade com os riscos pode gerar uma falsa sensação de segurança (os riscos mais familiares tendem a ser subavaliados, enquanto os riscos menos conhecidos surgem como sobrevalorizados) (Slovic, 1987); os riscos que se transformaram em acidentes tendem a ser mais percecionados (Areosa, 2014); a elevada percepção de controlo sobre

¹ A propósito deste aspeto é importante referir que qualquer trabalho incorpora dificuldades, obstáculos e incertezas difíceis de antecipar pelas regras, normas e procedimentos formais. Há sempre imprevistos e falhas. O trabalho real é, regra geral, mais complexo do que aquilo que foi previsto pelos mentores da organização do trabalho (Wisner, 2003; Dejours, 2012; Szelwar, 2015; Mendes, 2018).

o risco tende a diminuir a percepção sobre a sua gravidade (Slovic, 2000); a exposição ao risco afeta mais os outros do que a nós próprios (otimismo irrealista ou sensação de invulnerabilidade) (Weinstein, 1980); os riscos que causam efeitos imediatos (acidentes de trabalho) geram mais medo, por comparação com os riscos cujos efeitos surgem apenas a longo prazo (doenças profissionais) (Slovic, 1987, 2000; Areosa, 2011).

As percepções dos trabalhadores evidenciam uma influência nos processos de tomada de decisão perante uma situação de incerteza (Loewenstein, Weber, Hsee e Welch, 2001). A interpretação e julgamento que cada indivíduo faz dos riscos, estão associados à forma como as pessoas valorizam esses riscos, afetando o seu nível de aceitação (Slovic e Weber, 2002). É importante compreender a percepção de riscos laborais a partir dos próprios ambientes de trabalho, bem como das culturas profissionais em que estão inseridas (Martin, 2003). Sabemos que as percepções de riscos podem influenciar os comportamentos e afetar as possibilidades de ocorrência de acidentes (Arensa, 2012a). Paralelamente, os riscos não percecionados pelos trabalhadores são riscos incapazes de moldar os seus comportamentos. Este aspeto torna o estudo das percepções de riscos um fator fundamental para compreender os níveis de segurança dentro das organizações.

É pertinente referir que viver requer, por inerência, alguma convivência com perigos e riscos (Olteidal, Moen, Klempe e Rundmo, 2004), já que os riscos são, de certo modo, omnipresentes (Arensa, 2021a), embora sejam percecionados de forma diferente por pessoas diferentes. As percepções de riscos estão relacionadas com diversas conceções de conhecimento, as quais, por vezes, desafiam os limites da compreensão das ciências (Sjöberg, Moen e Rundmo, 2004). Ao nível da análise dos riscos há uma separação clara entre a compreensão racionalista dos riscos, por parte dos especialistas, e a percepção dos riscos dos não especialistas (Beck, 2015). A análise baseada na ciência determina os “riscos reais” e a população (generalidade dos indivíduos), em que se encontra a massa trabalhadora, “perceciona os riscos” (Beck, 1992). Paralelamente, o próprio risco contém elementos subjetivos que contribuem para a criação da percepção (Slovic e Weber, 2002).

As percepções são assim entendidas como a forma dos não especialistas (leigos) compreenderem os fenómenos associados ao risco (Arensa, 2014). Perante o olhar de alguns especialistas, os leigos comportam-se de forma equivalente a “caloiros de engenharia”, são ignorantes, mas bem-intencionados, dedicados, mas descontextualizados (Beck, 1992), e tendem a ver riscos onde eles não existem, ou a não os ver quando eles existem (Sjöberg, Moen e Rundmo, 2004). No entanto, alguns autores defendem que pode não existir uma diferença tão marcante entre estas duas formas de conhecimento (Slovic, 2000; Arensa, 2012b; 2014). Os especialistas nas suas análises baseiam-se também em modelos teóricos, com estruturas subjetivas orientadas para a suposição, dependentes de julgamentos (Slovic e Weber, 2002), e da própria percepção individual

de quem executa a análise (Areosa, 2012b), estando assim igualmente sujeitos a enviesamentos (Slovic, 2000). No final do século passado, Slovic, Fischhoff e Lichtenstein (1982) chamavam a atenção para este fator, considerando que não seria expectável a dissipação das divergências científicas. Afinal, a ciência não é *una*, nem tem um pensamento monolítico.

Apesar de socialmente menos valorizados, os saberes ligados ao senso comum têm vindo a ganhar importância (Slovic, 2000; Areosa, 2014). As percepções de riscos, também denominadas por riscos subjetivos (Martin, 2003), começam a ser consideradas como um tipo particular de cognição, e ganham relevância na área da segurança ocupacional (Areosa, 2012a), sob a forma da participação dos trabalhadores nos processos de análise, identificação e avaliação dos riscos.

Os riscos subjetivos exercem influência nos processos de tomada de decisão individual (Loewenstein, Weber, Hsee e Welch, 2001), sabendo que para a própria pessoa eles são absolutamente reais e objetivos (Areosa, 2012b). O estudo da percepção de riscos pelos trabalhadores torna-se então pertinente, já que essas percepções podem influenciar comportamentos e, por consequência, afetar as possibilidades de ocorrência de acidentes (Areosa, 2012a; 2017). É igualmente pertinente a necessidade de compreender as razões que levam a que determinadas pessoas valorizem mais uns riscos em detrimento de outros (Douglas e Wildavsky, 1982; Slovic e Weber, 2002), uma vez que parece haver uma ligação entre os “julgamentos” que as pessoas fazem dos riscos e os fatores que determinam o seu nível aceitação. Estes são de resto os dois componentes subjetivos do conceito de risco, em que a percepção se avalia de forma qualitativa e a aceitabilidade de forma quantitativa (Rohrmann, 1999). A compreensão dos determinantes da percepção do risco pode ainda promover um melhor entendimento das medidas necessárias à prevenção dos acidentes (Olteidal, Moen, Klempe e Rundmo, 2004).

As percepções são, porém, quase sempre incompletas ou parciais, representando apenas uma parte dos riscos existentes e a forma como eles são entendidos por cada pessoa (Areosa, 2012b; 2014). Não só não é possível a um indivíduo reconhecer todos os riscos a que se encontra exposto (Douglas e Wildavsky, 1982; Olteidal, Moen, Klempe e Rundmo, 2004), como também existem riscos que continuam inevitavelmente desconhecidos, por serem novos ou inexplorados (Beck, 1992; Perrow, 1999; Areosa, 2014). É ainda possível que se dê algum enviesamento perceptivo por parte de cada indivíduo (Areosa, 2012b). Este desvio pode estar associado a: informação deficiente ou errónea, erros de interpretação de informação ou recurso a atalhos mentais (Williamson e Weyman, 2005).

Ao confrontar um trabalhador com a necessidade de avaliar o seu nível de exposição a determinado risco ou à possibilidade de este resultar em acidente, o trabalhador recorre a processos cognitivos ou julgamentos racionais. No entanto, ao questionar um trabalhador sobre o seu nível de preocupação com essas fontes de risco, é expectável que este recorra a processos

ligados a componentes emocionais. Nesta linha de pensamento, alguma literatura sugere que as percepções estão separadas em dois componentes, o emocional e o cognitivo, havendo uma relação de interdependência (Rundmo, 2000; Kahneman, 2012). Slovic e Peters (2006) sugerem que a componente emocional representa a forma predominante de análise dos riscos por parte dos indivíduos no seu dia-a-dia. Este mecanismo já foi apelidado por *heurística do afeto* (Kahneman, 2012). Já o processo cognitivo apresenta processos analíticos mais morosos com caminhos lógicos e menos automáticos.

Para concluir, é importante mencionar que estudo da percepção de riscos tem sido essencialmente dominado por duas abordagens distintas, nomeadamente o paradigma psicométrico, com ênfase no indivíduo e nos fatores psicológicos (Sjöberg, Moen e Rundmo, 2004), e a teoria cultural do risco, que enquadra as percepções no âmbito dos contextos coletivos, sociais e culturais (Douglas e Wildavsky, 1982; Rippl, 2002). Todavia, são escassos os trabalhos que tentam integrar simultaneamente os contextos coletivos e individuais, bem como a forma como ambos interagem (Williamson e Weyman, 2005).

Metodologia utilizada na pesquisa

Ao nível metodológico o estudo agora apresentado caracteriza-se por ser um trabalho de natureza aplicada, transversal no tempo e quantitativo em termos de abordagem. O instrumento usado é o “Questionário sobre Percepções e Atitudes Face ao Risco” de Pereira (2010), adaptado à realidade do universo observado. Foram incluídos e ajustados os riscos específicos da indústria dos espetáculos ao vivo, determinados em: MEAA (2001); Martins (2017); OiRA (2017); The Purple Guide (2016). A pesquisa foi feita em três fases: A primeira envolve a identificação do problema, e objetivos a atingir, procede a pesquisa bibliográfica e define hipóteses e variáveis. Uma segunda fase, de natureza descritiva, especifica a amostra e as características do instrumento de análise. E, uma terceira fase procede à recolha, análise e discussão dos dados obtidos.

O questionário foi aplicado a uma amostra não probabilística de conveniência, tendo em certa medida beneficiado de algum efeito da categoria de amostras designadas por “bola de neve”, já que foi solicitado a alguns participantes chave que distribuíssem o *link* do questionário dentro das suas zonas de influência direta. O questionário incidiu sobre uma amostra constituída, exclusivamente, por profissionais de *rigging*. Os técnicos abrangidos pela amostra não representam qualquer organização específica, tendo na sua maioria como elemento comum, somente, a atividade profissional que desempenham.

O instrumento foi colocado *on-line* através da plataforma “*Google Forms*”, sendo disponibilizada uma versão em inglês e uma versão em português. A abordagem aos participantes

realizou-se através da disponibilização do *link* do questionário por contacto pessoal, direto através das redes sociais, e de contacto em grupo por via do fórum *on-line*, “*Safety in Aerial Arts*”. O cariz facultativo da participação e a extensão considerável do questionário poderá ter limitado a adesão de participantes. Obtiveram-se as respostas de 163 técnicos de suspensão de equipamentos, *riggers*, da indústria dos espetáculos ao vivo, para um universo aproximado de 1000 indivíduos contactados. A amostra representa um total de 27 nacionalidades, sendo os EUA (com 53 respostas) e Portugal (31), os mais representados, seguidos de Reino Unido (13), Austrália (11), Brasil (8) e Nova Zelândia (5). Os restantes países têm um número de respostas inferior às anteriormente apresentadas. Deve ainda ser salientado que a amostra de 31 indivíduos, referente a Portugal, representa mais de 90% do universo total de técnicos de *rigging* existentes no país (dados APR – Associação dos Profissionais de *Rigging*).

O instrumento

O questionário é constituído por três dimensões de análise, correspondentes a: Dados sociográficos; Determinantes pessoais da percepção do risco e Riscos específicos da indústria dos espetáculos ao vivo. Estando estas dimensões subdivididas em escalas e subescalas de análise.

A secção dedicada aos dados sociográficos é composta por 10 itens informativos relativos a dados pessoais e profissionais, designadamente: nacionalidade dos participantes, sexo e idade, anos de experiência profissional, localidade das carreiras, vínculo contratual, função hierárquica, experiência de acidentes e sua gravidade, e finalmente, vivência de acidentes com terceiros.

Procedeu-se à avaliação das componentes Emocional e Cognitiva da Percepção de Riscos Específicos da indústria dos espetáculos e eventos ao vivo. Estas subescalas foram, igualmente, pontuadas numa escala de Likert, variável entre 1 e 7, em que 1 corresponde a nenhuma preocupação/exposição e 7 corresponde a elevada preocupação/exposição. A tabela 2 apresenta uma síntese destas subescalas, as quais se encontram com maior detalhe no Anexo.

Tabela 2. Caracterização das subescalas relativas aos componentes Emocional e Cognitivo, da Percepção de Riscos Específicos na indústria dos espetáculos e eventos ao vivo

Escalas	Nº de itens	Média das respostas	Desvio padrão	α de Cronbach
Exposição a riscos específicos (componente cognitiva)	20	4,88	0,98	0,90
Exposição a riscos físicos	2	4,62	1,49	0,70
Exposição a riscos químicos	2	4,29	1,54	0,66
Exposição a riscos ergonómicos	2	5,55	1,39	0,78
Exposição a riscos de acidente	12	4,86	1,04	0,85
Preocupação com riscos específicos (componente emocional)	20	5,28	1,09	0,92
Preocupação com riscos físicos	2	5,19	1,51	0,74
Preocupação com riscos químicos	2	5,14	1,52	0,64
Preocupação com riscos ergonómicos	2	5,75	1,44	0,81
Preocupação com riscos de acidente	12	5,26	1,20	0,89

Relativamente aos Determinantes Pessoais da Percepção do Risco, foram consideradas 24 subescalas, num total de 96 itens em que os participantes pontuaram cada item numa escala de Likert variável entre 1 e 7, em que 1 corresponde a total discordância com a influência do determinante na atitude pessoal do participante face ao risco. Em oposição o valor 7 corresponde a total concordância com o pressuposto da afirmação formulada em cada item. As subescalas e respetivos coeficientes α de Cronbach, são as seguintes: Procura de experiências ($\alpha = 0,92$); Inércia, falta de tempo ou meios ($\alpha = 0,80$); Estimativa do risco ($\alpha = 0,80$); Voluntarismo ($\alpha = 0,73$); Conhecimento/novidade ($\alpha = 0,67$); Ilusão de controlo ($\alpha = 0,64$); Número de indivíduos afetados ($\alpha = 0,86$); Severidade/efeito imediato ou remoto ($\alpha = 0,79$); Memorização ($\alpha = 0,67$); Ancoragem/supressão ($\alpha = 0,67$); Negação ($\alpha = 0,55$); Irrelevância de evitar o risco ($\alpha = 0,62$); Retrospectiva ($\alpha = 0,85$); Recompensas ($\alpha = 0,75$); Compensação do risco percebido ($\alpha = 0,92$); Reatância/resistência ($\alpha = 0,76$); Influência social ($\alpha = 0,72$); Sobre confiança ($\alpha = 0,83$); Atração pelo risco ($\alpha = 0,82$); Locus de controlo interno ($\alpha = 0,50$); Locus de controlo externo ($\alpha = 0,78$); Mudanças ($\alpha = 0,81$); Impulsividade ($\alpha = 0,88$); Ansiedade ($\alpha = 0,86$).

Dados obtidos

As pontuações dos participantes nos componentes Cognitivo e Emocional da Percepção de Riscos Específicos, da atividade dos *riggers* na indústria dos espetáculos e eventos ao vivo, correspondem aos valores presentes nas tabelas 3 e 4, as quais apresentam uma ordenação descendente, com base nos valores das médias obtidas:

Tabela 3. Pontuação média da componente cognitiva (exposição) dos riscos específicos

Risco específico	Média	Desvio Padrão
Trabalho em altura	6,14	1,35
Movimentação manual de cargas	5,71	1,39
Cargas horárias excessivas	5,66	1,59
Movimentação de cargas suspensas	5,64	1,65
Montagem de estruturas temporárias	5,57	1,46
Ritmos excessivos de trabalho, pressão para cumprimento de prazos	5,44	1,47
Trabalho com plataformas elevatórias de pessoas	5,39	1,78
Trabalho em condições de iluminação reduzida	5,33	1,56
Trabalho em zonas expostas a queda de objetos	5,21	1,82
Riscos associados a máquinas ou equipamentos em movimento	5,03	1,62
Má organização do trabalho (indefinição de competências, mau planeamento geral, etc)	4,99	1,74
Ruído elevado ou pressão sonora	4,95	1,53
Trabalho com corrente elétrica, possível exposição a choque elétrico	4,63	1,84
Fatores meteorológicos (sol, vento, chuva, etc)	4,59	1,82
Poeiras ou substâncias perigosas para a saúde	4,48	1,84
Ambientes com fraca ventilação ou ar viciado	4,29	1,85
Risco de incêndio (elétrico, efeitos especiais, etc)	4,09	1,72
Trabalho com equipamentos deficientes ou desadequados	3,82	1,87
Falta de formação específica	3,67	1,75
Uso de equipamentos de proteção individual inadequados ou não uso	2,95	1,91

Destaca-se que os três valores mais elevados das médias apresentadas na tabela 3 são os seguintes: Trabalho em altura (6,14); Movimentação manual de cargas (5,71) e Cargas horárias excessivas (5,66).

Tabela 4. Pontuação média da componente emocional (preocupação) dos riscos específicos

Risco específico	Média	Desvio
Cargas horárias excessivas	5,95	1,46
Trabalho em altura	5,84	1,62
Trabalho em zonas expostas a queda de objetos	5,66	1,64
Má organização do trabalho (indefinição de competências, mau planeamento geral, etc.)	5,56	1,61
Ritmos excessivos de trabalho, pressão para cumprimento de prazos	5,55	1,67
Montagem de estruturas temporárias	5,44	1,61
Ruído elevado ou pressão sonora	5,36	1,55
Movimentação manual de cargas	5,34	1,57
Movimentação de cargas suspensas	5,27	1,77
Poeiras ou substâncias perigosas para a saúde	5,21	1,79
Riscos associados a máquinas ou equipamentos em movimento	5,17	1,73
Trabalho com equipamentos deficientes ou desadequados	5,15	1,95
Risco de incêndio (elétrico, efeitos especiais, etc.)	5,07	1,74
Trabalho com corrente elétrica, possível exposição a choque elétrico	5,05	1,80
Ambientes com fraca ventilação ou ar viciado	5,02	1,83
Uso de equipamentos de proteção individual inadequados ou não uso	5,02	2,18
Trabalho com plataformas elevatórias de pessoas	5,00	1,86
Falta de formação específica	4,99	1,92
Trabalho em condições de iluminação reduzida	4,99	1,77
Fatores meteorológicos (sol, vento, chuva, etc.)	4,93	1,85

Já os três valores mais elevados das médias apresentadas na tabela 4 são os seguintes: Cargas horarias excessivas (5,95); Trabalho em altura (5,84) e Trabalho em zonas expostas a queda de objetos (5,66). Procedeu-se, posteriormente, ao mesmo tipo de análise, relativamente às influências significantes entre Variáveis Sociográficas e componente Racional e Emocional da Perceção dos Riscos Específicos. Os resultados estão presentes, respetivamente, nas tabelas, 5 e 6.

Tabela 5. Valores de significância entre variáveis sociográficas e componente racional da percepção dos riscos específicos

	Variáveis Sociográficas	Coefficientes Padronizados Beta (β)	Significância
Exposição a Riscos Específicos (total global)	Sexo	-0,23	0,03
	Idade	-0,36	0,00
	Trabalho Local ou internacional	-0,31	0,00
Exposição a Riscos físicos	Sexo	-0,36	0,00
	Idade	-0,33	0,01
	Presenciou acidentes	0,23	0,04
Exposição a Riscos Químicos	Idade	-0,31	0,03
Exposição a Riscos Ergonómicos	Idade	-0,33	0,02
Exposição a Risco de acidente	Idade	-0,28	0,02
	Contrato de trabalho	0,21	0,05
	Trabalho local ou internacional	-0,34	0,00

Tabela 6. Valores de significância entre variáveis sociográficas e componente emocional da percepção dos riscos específicos

	Variáveis Sociográficas	Coefficientes Padronizados Beta (β)	Significância
Preocupação com Riscos Químicos	Acidentes sofridos	0,24	0,04

Foi ainda realizada a análise da influência entre Componentes da Percepção de Riscos Específicos e os resultados das subescalas relativas aos Determinantes gerais da percepção de riscos pelos *riggers*, com recurso à regressão linear, com $p \text{ value} \leq 0,05$. Os resultados com dados significativos estão presentes na tabela 7.

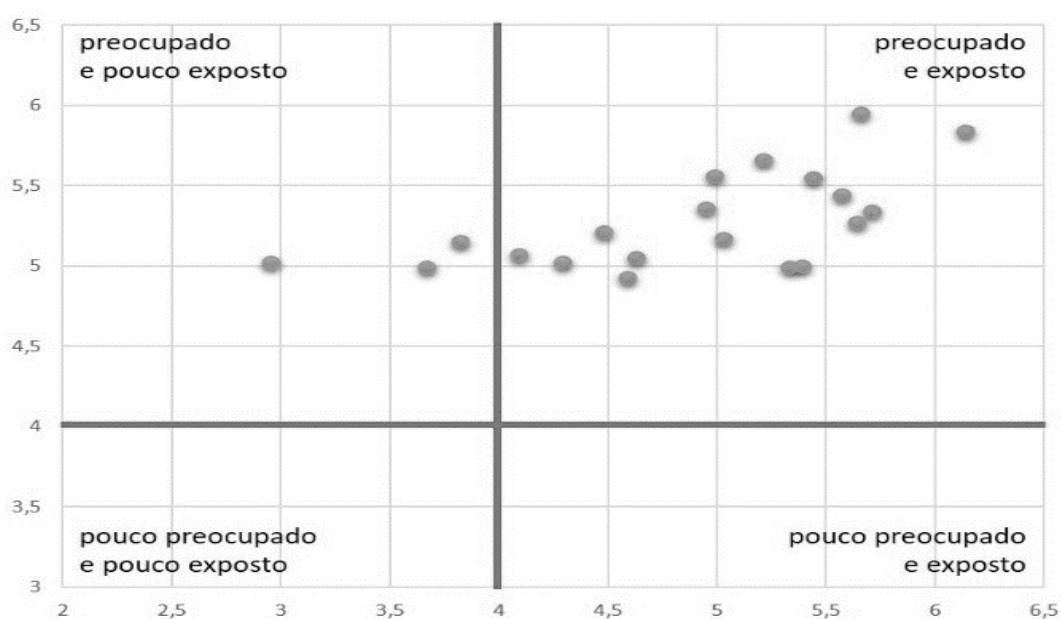
Tabela 7. Relações significantes entre Componentes dos Riscos Específicos e Determinantes da Percepção dos Riscos

	Determinantes da Percepção dos Riscos	Coefficientes Padronizados Beta (β)	Significância
Exposição a Riscos Específicos	Estimativa do Risco	-0,19	0,02
	Mudanças	-0,20	0,03
	Impulsividade	0,38	0,00
	Inércia, falta de tempo ou meios	0,28	0,00
Preocupação com Riscos Específicos	Influência Social	0,20	0,04
	Indivíduos Afetados	0,35	0,00

Discussão dos dados obtidos

A abordagem global dos dados obtidos, evidencia que a componente emocional da percepção do risco encontra maior expressão nos indivíduos face à componente racional. Este fenómeno está descrito por vários estudos (Rudmo, 2000; Slovic e Peters, 2006). Os autores referem que os indivíduos utilizam predominantemente processos de avaliação emocional, principalmente porque estes processos são automáticos e não carecem da complexidade das análises racionais e lógicas da componente cognitiva. Esses dados são interpretáveis nas tabelas anteriores e mais clarificados com recurso ao diagrama presente na figura 1.

Figura 1. Dispersão de resultados das componentes, cognitiva e emocional da percepção dos riscos específicos



Foi, no entanto, possível identificar exceções a esta “regra”, nomeadamente para os riscos: trabalho em altura, movimentação manual de cargas, movimentação de cargas suspensas, montagem de estruturas temporárias, trabalho com plataformas elevatórias de pessoas e trabalho com condições reduzidas de iluminação. Os resultados sugerem que para estes riscos mais familiares, os *riggers*, pontuam de forma mais moderada a componente emocional da percepção dos riscos, o que pode ser explicado pelo determinante “Conhecimento/Familiaridade”. Segundo Geller (2001), quanto maior é a familiaridade com o risco, menor será a ameaça percebida.

Perante a evidência de que a afinidade emocional dos trabalhadores com os riscos específicos, e as suas consequências, pode reduzir com a familiaridade desse risco, fica demonstrado que a capacidade ponderativa e analítica da exposição aos riscos, parece atuar num processo independente da relação emocional, como de resto é sugerido por Slovic e Peters (2006). Importa ainda referir que os riscos mais pontuados pelos trabalhadores são parcialmente similares os identificados pelos especialistas, relativamente à exposição na atividade diária dos *riggers*. Este facto aponta para uma perceção complexa e uma capacidade objetiva de ponderação da exposição por parte dos indivíduos não especialistas, algo que vem sendo vinculado em diversos estudos (Areosa, 2012b; 2014).

Em sentido oposto resulta a análise dos resultados obtidos para o risco específico “trabalho com recurso a plataformas elevatórias de pessoas”. Este aparece pontuado com um nível de exposição elevado, pese embora o facto de este procedimento corresponder a uma situação de trabalho de menor exposição ao risco, quando por exemplo, comparado com o “trabalho em zonas expostas a queda de objetos”, que em contrapartida aparece pontuado duas posições abaixo. Este enviesamento perceptivo pode, no entanto, encontrar explicação noutros fatores. Ao analisar as situações de “risco de queda de objetos”, pode ser generalizado que esse risco está intimamente ligado ao desempenho de segurança nas tarefas específicas de um *rigger*, que por sua vez remete para determinantes relacionados com o controlo do profissional sobre a tarefa.

As dimensões “Locus de controlo interno”, “Sobre confiança” e “Ilusão de controlo” estão pontuadas pelos participantes acima do valor médio da escala, evidenciando a influência destes determinantes no perfil dos *riggers* da amostra deste trabalho. É então expectável encontrar indivíduos que reúnam em si mesmos a responsabilidade pelo desfecho dos eventos (Locus de controlo interno), que se considerem mais competentes do que a maioria dos seus pares, e perfeitamente capazes de mitigar e controlar o que diretamente lhes diz respeito (Ilusão de controlo), acompanhado por algum enviesamento e incapacidade de definir as fronteiras das suas capacidades e competências (Sobre confiança). Fica assim evidente que estando o risco de “queda de objetos” intimamente ligado ao desempenho individual, resulta que os fatores determinantes referidos possam influir na percepção deste risco específico. A baixa percepção de exposição pode

ser efeito de uma ilusão de controlo, mas a extrema relação de responsabilidade com este risco coloca a componente emocional a um nível muito elevado, podendo este comportamento ainda ser reforçado pelo “valores” da subcultura dos profissionais de *rigging*, quando dizem que “*a única coisa que um rigger deixa cair, são gotas de suor*”.

Na análise das componentes da percepção dos riscos específicos, verifica-se ainda, que os três riscos menos pontuados na componente cognitiva, são: “Trabalho com equipamentos deficientes ou desadequados”, “Falta de formação específica ou execução de tarefas fora do âmbito de competências” e “Uso de equipamentos de proteção individual inadequados ou ausência dos mesmos”. Tendo em conta a natureza organizativa e de cumprimento de requisitos específicos associada aos riscos mencionados, parece legítimo que a baixa pontuação de exposição se possa associar à grande padronização de procedimentos e conhecimentos a um nível global, muito característica deste setor. Este pressuposto pode legitimar a teorização do paradigma de “controlo versus variabilidade” de Reason (2000), parecendo evidente, que embora com uma componente emocional dentro da média, a exposição perde relevância para os inquiridos. Resta saber se por uma razão de cumprimento escrupuloso dos requisitos e procedimentos, ou simplesmente porque a padronização reduz a capacidade analítica dos trabalhadores.

Acerca da interação entre variáveis sociodemográficas e os riscos específicos, resultou alguma evidência de que as variáveis “Idade”, “Sexo” e “Trabalho local ou internacional”, têm uma influência razoável na construção da percepção, embora os resultados para a variável “Idade” possam apresentar algum enviesamento devido à distribuição da amostra dentro dos subgrupos da variável, já que a fraca representatividade do subgrupo abaixo dos 24 anos ser muito baixa, o que condiciona o potencial interpretativo dos resultados para esta variável (Martins, 2021). Todavia, será de notar a tendência de a exposição ser percecionada de forma menos explícita pelos trabalhadores mais velhos, o que pode estar associado ao determinante “Procura de experiências”, que parece ter mais expressão para os trabalhadores mais velhos. Paralelamente, o Contexto de trabalho Local ou Internacional, evidencia de forma espectável que os trabalhadores que desempenham as suas funções em contextos locais, apresentam percepções de exposição menores que os restantes, o que está naturalmente associado à dimensão das estruturas organizativas em que estes se incluem e que são, regra geral, maiores e mais organizadas em produções internacionais, onde os requisitos de segurança têm uma maior expressividade na cultura das organizações.

Notas finais

O principal objetivo deste estudo foi caracterizar e descrever as percepções de riscos dos profissionais de *rigging* na indústria dos espetáculos ao vivo, incluindo, por exemplo, a componente racional e emocional. Pretendemos destacar que o levantamento de dados decorreu num período anterior à pandemia de COVID-19 e que a situação pandémica representou a paragem quase total de toda a atividade associada a esta indústria.

Nem sempre as percepções de riscos dos trabalhadores traduzem plenamente a realidade laboral, visto que as percepções podem sofrer diversos viesamentos, ou seja, podem ser um meio de apreender o mundo exterior de forma distorcida. No entanto, não podemos deixar de considerar que as percepções de riscos são para os próprios trabalhadores absolutamente “reais e objetivas”, e que eles atuam mediante essas mesmas percepções (Areosa, 2012b). Paralelamente, os resultados sugerem que a vivência de acidentes de terceiros não parecem afetar a percepção dos *riggers* (Martins, 2021), o que contraria a literatura sobre o tema (Slovic, 2000). É pertinente sublinhar que neste setor de atividade as pressões exercidas sobre os trabalhadores para o cumprimento dos prazos, os quais são sempre diminutos, são um fator que potencia a ocorrência de erros, falhas, incidentes e acidentes. Verifica-se que os trabalhadores são criticados por qualquer erro ou falha. A esta situação está associada à potencial gravidade dos acidentes causados, quer em outros trabalhadores, quer inviabilizado o próprio espetáculo/evento ao vivo. As tarefas destes trabalhadores são, por vezes, muito complexas e os riscos ocupacionais são elevados. O número de horas excessivas de trabalho, os trabalhos executados em altura e exercer a atividade em locais cuja exposição a queda de objetos é constante são algumas das principais preocupações dos *riggers*. Neste contexto, o risco de queda de objetos está intimamente ligado ao desempenho individual. Voltamos a sublinhar que, no âmbito da cultura dos profissionais de *rigging*, é afirmado “*a única coisa que um rigger deixa cair, são gotas de suor*”. Mesmo entre pares há uma certa desconfiança e desaprovação sobre quem deixa cair algum objeto, tendo em conta as graves consequências que daí podem advir.

Deste trabalho resulta a evidência de que as dimensões da percepção de riscos, “Locus de controlo interno”, “Sobre confiança” e “Ilusão de controlo”, contribuem para a formação das atitudes dos *riggers* face ao risco, sendo expectável encontrar no universo dos *riggers* indivíduos que reúnam em si mesmo a responsabilidade pelo desfecho dos eventos (Locus de controlo interno). Alguns consideram-se mais competentes do que a maioria dos seus pares, sentindo-se capazes de mitigar e controlar o que diretamente lhes diz respeito (Ilusão de controlo), acompanhado por algum viesamento e incapacidade de definir as fronteiras das suas capacidades e competências (Sobre

confiança). Este aspeto apresenta-se como outra curiosidade interessante quando confrontado com a cultura da indústria dos espetáculos, já que os *riggers* são normalmente considerados egocêntricos, equiparando-se a quase deuses das arenas e recintos de espetáculos. Este facto está materializado na expressão irónica, recorrente neste setor, em que ao se perguntar a diferença entre um *rigger* e Deus? A resposta é “*Deus não acha que é rigger*”. Apesar de ser uma ironia apenas partilhada por quem trabalha em espetáculos, é interessante constatar a auto-imagem que estes trabalhadores constroem, a qual se traduz numa certa onipotência. Naturalmente que este perfil influencia as perceções de riscos destes trabalhadores, nomeadamente em fatores como a ilusão de controlo.

Bibliografia

- AMALBERTI, René (2016), *Gestão da Segurança: Teorias e práticas sobre as decisões e soluções de compromisso necessárias*, Presidente Prudente-SP, Gráfica CS – Eireli – EPP.
- AREOSA, João (2011), “Riscos ocupacionais da imagiologia: estudo de caso num hospital português”, *Tempo Social*, 23(2), pp. 297-318.
- AREOSA, João (2012a), “As perceções de riscos dos trabalhadores: qual a sua importância para a prevenção de acidentes de trabalho?”, em Hernâni Veloso Neto, João Areosa e Pedro Arezes (eds.), *Impacto Social dos Acidentes de Trabalho*, Vila do Conde, Civeri Publishing, pp. 65-97.
- AREOSA, João (2012b), “A importância das perceções de riscos dos trabalhadores”, *International Journal on Working Conditions*, 3, pp. 54-64.
- AREOSA, João (2014), “As perceções de riscos ocupacionais no setor ferroviário”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 75, pp. 83-107.
- AREOSA, João (2017), “Compreender os comportamentos para melhorar a segurança”, em Hernâni Veloso Neto, João Areosa e Pedro Arezes (Eds.), *Liderança e Participação em Segurança e Saúde no Trabalho*. Porto: Civeri Publishing, pp. 176-198.
- AREOSA, João (2020), “Acidentes de trabalho: o erro humano como «fim da história»”, em Fernanda Sousa-Duarte, Ana Magnólia Mendes e Emílio Peres Facas (Orgs.), *Psicopolítica e psicopatologia do trabalho*. Porto Alegre, RS, Editora Fi, pp. 158-178.
- AREOSA, João (2021a), “Do risco aos grandes acidentes: como construir a prevenção?”, em Adriana Augusta dos Santos et al. (Orgs.), *Grandes acidentes do trabalho no Brasil - Repercussões jurídicas e abordagem multidisciplinar*, Brasília, Editora RTM, pp. 154-186.
- AREOSA, João (2021b), “Herrar é umano: insistir no herro também”, *Análise Social*, 238, pp. 84-107.
- BECK, Ulrich (1992), *Risk Society. Towards a New Modernity*, London, Sage.

MARTINS, Pedro Martins; PEREIRA, Odete Pereira e AREPSA, João (2022), “Perceções de riscos ocupacionais: o caso dos Riggers”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLIII, pp. 31-53.

BECK, Ulrich (2015), *Sociedade de Risco Mundial - Em Busca da Segurança Perdida*, Lisboa, Edições 70.

COSTA, António Firmino da (2012), “Desigualdades Globais”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 68, pp. 9-32.

DEJOURS, Christophe (2012), *Trabalho vivo* (Tomo I e II), Brasília, Paralelo 15.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron (1982), *Risk and Culture. An Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers*, Berkeley, CA, University of California Press.

GELLER, Ernest Scott (2001), *The psychology of safety handbook*, USA, Lewis Publishers.

GIDDENS, Anthony (1994), *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras, Celta Editora.

KAHNEMAN, Daniel (2012), *Pensar depressa e devagar*, Lisboa, Temas e Debates.

KASPERSON, Roger *et al.* (1988), “The social amplification of risk: A conceptual framework”, *Risk Analysis*, 8(2), pp. 177-187.

Live Performance Australia (2018), *Event Rigging Hazard Guide*. Live Performance Australia.

LOEWENSTEIN, George, *et al.* (2001), “Risk as Feelings”, *Psychological Bulletin*, 127(2), pp. 267-286.

MARTIN, LaTanya (2003), *Cultural Differences in Risk Perception: An Examination of USA and Ghanaian*, Faculty of the Virginia Polytechnic Institute and State University.

MARTINS, Pedro (2017), *Identificação e Análise de Perigos e Riscos Laborais da Indústria dos Eventos e Espetáculos ao Vivo*, Setúbal, IPS.

MARTINS, Pedro (2021), *Perceção dos riscos ocupacionais nos trabalhadores da indústria dos espetáculos e eventos ao vivo*, Setúbal, IPS.

MEAA (2001), *Safety guidelines for the entertainment industry*, MEAA.

MENDES, Ana Magnólia (2018), *Desejar, Falar, Trabalhar*, Porto Alegre, Editora FI.

OiRA (2017), *Live performance - Productions*, OiRA tool. Obtido de Online Interactive Risk Assessment: <https://oiraproject.eu/en>

OLTEDAL, Sigve *et al.* (2004). *Explaining risk perception. An evaluation of cultural theory*. Trondheim, Rotunde publikasjoner.

PEREIRA, Odete (2010), *Questionário sobre Perceções e Atitudes Face ao Risco*, Setúbal, IPS.

PERROW, Charles (1999), *Normal Accidents. Living With High-Risk Technologies*, New Jersey, Princeton University Press.

REASON, James (2000), “Safety paradoxes and safety culture”, *Injury Control & Safety Promotion*, 7(1), pp. 3-14.

RIPPL, Susanne (2002), “Cultural theory and risk perception: a proposal for a better measurement”, *Journal of Risk Research*, 5(2), pp. 147-165.

ROHRMANN, Bernd (1999), *Risk perception research: review and documentation*. Research Center Juelich, RC Studies.

RUNDMO, Torbjørn (2000), “Safety climate, attitudes and risk perception in Norsk Hydro”, *Safety Science*, 34, pp. 47-59.

- SJÖBERG, Lennart; MOEN, Bjørg-Elin; RUNDMO, Torbjørn (2004), *Explaining risk perception. An evaluation of the psychometric paradigm in risk perception research*, Trondheim, Rotunde publikasjoner.
- SLOVIC, Paul (1987), “Perception of risk”, *Science*, 236, pp. 280-285.
- SLOVIC, Paul (2000), *The perception of risk*, London, Earthscan Publications Ltd.
- SLOVIC, Paul; FISCHHOFF, Baruch; LICHETENSTEIN, Sarah (1982), “Why Study Risk Perception?”, *Risk Analysis*, 2(2), pp. 83-93.
- SLOVIC, Paul; PETERS, Ellen (2006), “Risk Perception and Affect”, *Current Directions in Psychological Science*, 15(6), pp. 322-325.
- SLOVIC, Paul; WEBER, Elke (2002), *Perception of Risk Posed by Extreme Events*, Risk Management strategies in an Uncertain World, Palisades, New York.
- SZNELWAR, Laerte Idal (2015), *Quando trabalhar é ser protagonista e o protagonismo no trabalho*, São Paulo, Blucher.
- The Purple Guide (2016), *The Purple Guide to Health, Safety and Welfare at Music and Other Events*.
Obtido de The Purple Guide: <https://www.thepurpleguide.co.uk/>
- VAUGHAN, Diane (1996), *The Challenger Launch Decision. Risky Technology, Culture and Deviance at NASA*, Chicago, University of Chicago Press.
- WEINSTEIN, Neil (1980), “Unrealistic optimism about future life events”, *Journal of Personality & Social Psychology*, 39, pp. 806-820.
- WILLIAMSON, Julian; WEYMAN, Andrew (2005), *Review of the Public Perception of Risk, and Stakeholder Engagement*, Buxton, HSL.
- WISNER, Alan (2003), *A inteligência no trabalho*, São Paulo, Fundacentro.

Pedro Martins (autor de correspondência). Mestre em Segurança e Higiene no Trabalho pelo Instituto Politécnico de Setúbal. Endereço de correspondência: Campus do Instituto Politécnico de Setúbal, Estefanilha — 2914-503 Setúbal, Portugal. Email: ptcave@gmail.com

Odete Pereira. Professora Coordenadora da Escola Superior de Ciências Empresariais - Instituto Politécnico de Setúbal. Endereço de correspondência: Campus do Instituto Politécnico de Setúbal, Estefanilha — 2914-503 Setúbal, Portugal. Email: odete.pereira@esce.ips.pt

MARTINS, Pedro Martins; PEREIRA, Odete Pereira e AREPSA, João (2022), “Percepções de riscos ocupacionais: o caso dos *Riggers*”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLIII, pp. 31-53.

João Areosa. Professor-adjunto da Escola Superior de Ciências Empresariais - Instituto Politécnico de Setúbal. Investigador integrado do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - Universidade Nova de Lisboa. Endereço de correspondência: Campus do Instituto Politécnico de Setúbal, Estefanilha — 2914-503 Setúbal, Portugal. Email: joao.areosa@esce.ips.pt

Artigo recebido em 13 de outubro de 2021. Aprovado para publicação em 15 de abril de 2022.

Anexo

Escala	Itens
Exposição a riscos específicos (componente cognitiva)	20
Exposição a riscos físicos	1. Ruído elevado ou pressão sonora. 2. Ambientes com fraca ventilação ou ar viciado. 3. Fatores meteorológicos (sol, vento, chuva, etc.). Item Excluído
Exposição a riscos químicos	4. Risco de incêndio (elétrico ou efeitos especiais, pirotecnia). 5. Poeiras ou substâncias perigosas para a saúde (pó, lã de vidro, etc.).
Exposição a riscos ergonómicos	6. Movimentação manual de cargas (manuseamento de equipamentos pesados em esforço como: motores, road cases, etc.). Item excluído 7. Cargas horárias excessivas (turnos de trabalho superiores a 12h). 8. Ritmos excessivos de trabalho, pressão para cumprimento de prazos.
Exposição a riscos de acidente	9. Riscos associados a máquinas ou equipamentos em movimento (atropelamento, colisão, entalamento, esmagamento, etc.). 10. Má organização do trabalho (indefinição de funções, mau planeamento dos trabalhos). 11. Falta de formação específica para as tarefas a desempenhar ou solicitação de execução de tarefas fora do âmbito de competências. 12. Trabalho com corrente elétrica, possível exposição a choque elétrico. 13. Trabalho com plataformas elevatórias de pessoas (barquinhas). 14. Trabalho com equipamentos deficientes ou desadequados (falta de manutenção ou inspeções, equipamento em mau estado). 15. Uso de Equipamentos de Proteção Individual inadequados ou ausência dos mesmos. 16. Trabalho em altura (risco de queda de altura). 17. Trabalho em zonas expostas a queda de objetos (queda de objetos). 18. Trabalho em condições de iluminação reduzida. 19. Movimentação de cargas suspensas. 20. Montagem de estruturas temporárias (ground supports, layers, etc).
Escala	Itens
Preocupação com riscos específicos (componente emocional)	20
Exposição a riscos físicos	1. Ruído elevado ou pressão sonora. 2. Ambientes com fraca ventilação ou ar viciado. 3. Fatores meteorológicos (sol, vento, chuva, etc.). Item Excluído
Exposição a riscos químicos	4. Risco de incêndio (elétrico ou efeitos especiais, pirotecnia). 5. Poeiras ou substâncias perigosas para a saúde (pó, lã de vidro, etc.).
Exposição a riscos ergonómicos	6. Movimentação manual de cargas (manuseamento de equipamentos pesados em esforço como: motores, road cases, etc.). Item excluído 7. Cargas horárias excessivas (turnos de trabalho superiores a 12h). 8. Ritmos excessivos de trabalho, pressão para cumprimento de prazos.
Exposição a riscos de acidente	9. Riscos associados a máquinas ou equipamentos em movimento (atropelamento, colisão, entalamento, esmagamento, etc.). 10. Má organização do trabalho (indefinição de funções, mau planeamento dos trabalhos). 11. Falta de formação específica para as tarefas a desempenhar ou solicitação de execução de tarefas fora do âmbito de competências. 12. Trabalho com corrente elétrica, possível exposição a choque elétrico. 13. Trabalho com plataformas elevatórias de pessoas (barquinhas). 14. Trabalho com equipamentos deficientes ou desadequados (falta de manutenção ou inspeções, equipamento em mau estado). 15. Uso de Equipamentos de Proteção Individual inadequados ou ausência dos mesmos. 16. Trabalho em altura (risco de queda de altura). 17. Trabalho em zonas expostas a queda de objetos (queda de objetos). 18. Trabalho em condições de iluminação reduzida. 19. Movimentação de cargas suspensas. 20. Montagem de estruturas temporárias (ground supports, layers, etc). 21.

Diplomados universitários e satisfação com o trabalho

Carlos Manuel Gonçalves

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Jorge Cerdeira

Centro de Economia e Finanças, Universidade do Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto
Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico do Porto

Sofia Alexandra Cruz

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto
Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Resumo

Na atualidade a situação no mercado de trabalho dos diplomados universitários do ensino superior constitui um objeto de análise de interesse renovado para a sociologia e demais ciências sociais. Razões de natureza institucional e de curiosidade científica podem explicar tal fato. O presente artigo aborda precisamente a satisfação dos mestres da Universidade do Porto com o seu trabalho. Satisfação que constitui uma das dimensões relevantes da vida laboral. Elegemos analiticamente os indicadores, tipos e determinantes da satisfação do trabalho.

Palavras-chaves: satisfação com o trabalho; diplomados universitários; emprego.

University graduates and job satisfaction

Abstract

The situation in the labor market of university graduates of higher education constitutes an object of analysis of renewed interest for sociology and other social sciences. Institutional reasons and scientific curiosity can explain this fact. This article addresses precisely the satisfaction of the masters of the University of Porto with their work. Satisfaction is one of the relevant dimensions of working life. We chose analytically the indicators, types and determinants of job satisfaction.

Keywords: job satisfaction; university graduates; employment.

Diplômés universitaires et satisfaction au travail

Résumé

La situation sur le marché du travail des diplômés de l'enseignement supérieur constitue un objet d'analyse d'un regain d'intérêt pour la sociologie et les autres sciences sociales. Des raisons institutionnelles et la curiosité scientifique peuvent expliquer ce fait. Cet article traite précisément de la satisfaction à l'égard du travail des masters. La satisfaction est un des éléments pertinents de la vie professionnelle. Nous avons choisi analytiquement les indicateurs, les types et les déterminants de la satisfaction au travail.

Mots clés : satisfaction au travail ; diplômés universitaires; travail.

Graduados universitarios y satisfacción laboral

Resumen

La situación del mercado laboral de los graduados universitarios constituye un objeto de análisis de renovado interés para la sociología y otras ciencias sociales. Razones institucionales y la curiosidad científica pueden explicar este hecho. Este artículo aborda precisamente la satisfacción de los maestros de la Universidad de Oporto con su trabajo. La satisfacción es una de las dimensiones relevantes de la vida laboral. Elegimos analíticamente los indicadores, tipos y determinantes de la satisfacción laboral.

Palabras clave: satisfacción laboral; Graduados universitários; trabajo.

Introdução

O posicionamento no mercado de trabalho dos diplomados¹, em Portugal, em particular nos anos iniciais da sua trajetória profissional, tornou-se manifestamente um tema de interesse para os sociólogos e outros cientistas sociais². Um feixe de razões tem concorrido para isso, se atendermos ao passado recente. Por exemplo³: reconfigurações institucionais e morfológicas do ensino superior; acréscimo substancial da procura e correlativamente da titularização de diplomados; imposições administrativas e de avaliação de procedimentos e resultados de acordo com o managerialismo; estreitamento das relações entre as instituições de ensino e as entidades empregadoras públicas e privadas. A tais razões deve-se acrescentar uma outra que assume a primazia: as interrogações e o mapeamento das plurais dinâmicas do ensino superior, tão defendidos pelos sociólogos, em que os trabalhos pioneiros sobre a Universidade, de Adérito Sedas Nunes (1971) no então Gabinete de Investigações Sociais nos anos 1960, são um marco.

¹ Passaremos a usar o termo diplomados para referenciar todos aqueles que obtiveram um título académico universitário de licenciado, mestre ou doutor. De acordo com a Classificação Internacional Normalizada da Educação corresponde aos níveis 5 a 8.

² Entre nós um crescente interesse, por via dos sociólogos em particular, é conferido aos processos de transição do ensino superior para o mercado de trabalho: Gonçalves *et al* (2009, 2010 e 2017); Marques e Alves, org. (2010); Almeida (2014); Ramos *et al* (2014); Chaves e Morais *et al* (2016); Alves (2017).

³ Sobre a evolução do ensino superior consulte-se Neave e Amaral (2012).

Direta ou indiretamente, o questionamento macro sobre a natureza das relações entre sistema educativo e sistema produtivo subjaz às análises que foram sendo produzidas. Sem assumir um estatuto absoluto, uma postura teórica axial é-lhes comum – a rejeição da tese utilitarista do sistema de ensino, mesmo nas suas versões menos radicais como aquelas que fazem do termo “empregabilidade”, recorrente no discurso político sobre o ensino superior, mas também por parte da comunidade académica.

É bem verdade que a recolha de informação sobre o mercado de trabalho dos diplomados, pelas próprias instituições de ensino superior, assente quase exclusivamente na aplicação de inquéritos por questionário, no cumprimento das tais obrigações avaliativas, possibilitou um acervo importante de dados que foi e é muito relevante para a investigação sociológica. Numa sintética inventariação das problemáticas tratadas sobre os diplomados, ressaltam, entre outras, os processos de transição/inserção do ensino para o mercado de trabalho, o emprego/desemprego, salários, precariedade laboral, relações entre saberes e competências adquiridos na formação académica e os utilizados nas organizações empregadoras, estilos de vidas e expetativas face ao futuro profissional. O presente artigo pretende equacionar um aspeto que, entre nós, importa aprofundar: a satisfação dos diplomados universitários com a sua atividade profissional. Especificamente a nossa análise incidirá sobre os diplomados com o título académico de mestres (2º ciclo e mestrados integrados) da Universidade do Porto (U.Porto) que concluíram os seus cursos no ano letivo de 2016/17. Os dados que trabalharemos são provenientes do Observatório do Emprego e da Trajetória dos Diplomados da Universidade do Porto⁴. Em primeiro lugar, abordaremos a satisfação com o trabalho em alguns dos seus aspetos teóricos principais para, de seguida, nos focarmos nos mestres daquela instituição, destacando as características, tipos e determinantes da satisfação com o trabalho.

Satisfação com o trabalho e diplomados

A satisfação com o trabalho constitui um tema pesquisado na sociologia, psicologia e gestão organizacional. Os motivos para essa atenção são vários, avultando os que decorrem do reconhecimento do seu papel moderador entre uma diversidade de variáveis que contribuem para a estruturação e as dinâmicas individuais e coletivas das organizações, assim como aqueles relacionados com a produtividade e qualidade do desempenho ou ainda com o reconhecimento da pertinência da satisfação para assegurar a dignidade humana no espaço social do trabalho. Globalmente a literatura sobre o tema tem como objetivo equacionar os determinantes da satisfação. Os trabalhos de Elton Mayo vão contribuir para uma outra visão alicerçada nas

⁴ Agradecemos ao Prof. Doutor João Oliveira Correia da Silva a cedência dos dados.

denominadas “relações humanas” e na rutura com o paradigma racionalizador do trabalho e das organizações. Visão que integrará a temática da satisfação. Especificamente podemos considerar a abordagem de Hoppock (1935) como um marco iniciático da análise da satisfação com o trabalho e destaca-se que, ao longo do tempo, três grandes linhas de investigação, intrinsecamente relacionadas, se desenvolveram: a concetualização da satisfação, que as mais das vezes prolonga os contributos sobre a satisfação global com as plurais dimensões da vida; as relações com a motivação, o bem-estar em contexto de trabalho e a vida; os determinantes, as consequências e as formas de intervenção (pessoal ou organizacional). A literatura aponta uma profusão de conceptualizações sobre a satisfação com o trabalho. Um dos autores mais citado é Locke (1969 e 1976), que a define como um estado emocional positivo ou de prazer, produto da avaliação que os indivíduos fazem do seu trabalho, assim como a realização dos seus valores através da atividade laboral. Já Schneider e Snyder (1975) consideram-na como uma atitude positiva face ao trabalho e às experiências que sucedem no contexto laboral e, por sua vez, Schwartz (2006 e 2011) refere-se sempre a uma posição gratificante, a que subjaz uma avaliação cognitiva que confronta a atividade de trabalho, nas suas plurais dimensões com as aspirações, que embora individual é influenciada grupalmente. Por sua vez, coloca-se o debate sobre se a satisfação é concebida como uma atitude ou como um estado emocional ou produto das articulações entre satisfação e motivação (Roussel, 1996). As perspetivas de investigação sobre esta problemática destacam a relevância de elementos individuais, situacionais e interacionais (Arvey *et al*, 1991) para a sua compreensão. Tais elementos interagem num feixe de relações intersubjectivas e complexas (Silva, 1998) que importa conhecer e interpretar, no sentido de captar as múltiplas configurações da satisfação com o trabalho e os desafios individuais e coletivos que encerra. Aspeto em si relevante e que subjaz, entre outros, às diversas e disjuntas construções teórico-metodológicas que se foram construindo ao longo do tempo.⁵

A medição da satisfação com o trabalho pode ser feita por duas vias: índice global⁶; conjunto de indicadores específicos e discriminativos, que funcionam como variáveis

⁵ Para uma leitura sociológica sobre a satisfação com o trabalho consulte-se, por exemplo, Rubio (2010), Arechavala *et al* (2010),

⁶ Por exemplo, nos inquéritos do International Social Survey Programme é medida a satisfação global. Sobre os resultados para Portugal do inquérito de 1995 veja-se Vala (2000). O Inquérito Europeu sobre as Condições de Trabalho de 2015, da responsabilidade do Eurofound, segue o padrão da primeira (Refere-se à questão - “Até que ponto está satisfeito com as condições de trabalho do seu principal trabalho remunerado?”). No nosso país 68,0% dos trabalhadores estavam satisfeitos, 18,0%, 11,0% e 2,0% respetivamente muito satisfeitos, pouco satisfeitos e nada satisfeitos. Os mais jovens (menos de 35 anos de idade) encontravam-se globalmente menos satisfeitos: nada satisfeito, 6,0% e pouco, 14,0%; muito satisfeitos, 24,0% e satisfeitos, 55,0%. Valores genericamente positivos possivelmente expressando a dinâmica mais favorável ao emprego que existia naquele ano. Consulte-se: <https://www.eurofound.europa.eu/pt>

determinantes. Predomina a última em que o problema principal reside na natureza, significados e número de tais indicadores, bem como nas técnicas de medida, conduzindo à existência de diversos modelos explicativos sobre a satisfação (Spector, 1997; Lima *et al*, 1988; Cook *et al* (1981) e elencam extensivamente indicadores e escalas de medida. É uma abordagem multidimensional. Herzberg (1966) com a sua dicotomia - fatores motivacionais/intrínsecos e fatores higiénicos/extrínsecos - distingue satisfação de insatisfação e é um marco analítico importante. Também Inglehart (1977) e Vala (2000) destacam a relevância de fatores de natureza intrínseca e extrínseca. Os primeiros remetem para a autonomia na execução das tarefas, o grau de responsabilidade, o desenvolvimento de capacidades, a aquisição de conhecimentos, a aplicação de conhecimentos, a variedade de tarefas, a frequência de formação profissional e a participação no processo de tomada de decisão. Já os fatores de natureza extrínseca apontam para o horário laboral, as condições do local de trabalho, o tempo livre, o vínculo contratual, a remuneração e a progressão na carreira. Ginnzberg *et al* (1951) introduzem a discussão de dimensões intrínsecas, extrínsecas e relacionais para problematizar a satisfação com o trabalho. Os últimos reportam aos relacionamentos com pares, subordinados e superiores hierárquicos. Entretanto outras propostas teórico-metodológicas são também de atender: Spagnoli *et al* (2012) – recompensas, clima organizacional, práticas gestionárias, natureza do trabalho; Astel *et al* (2007) - conteúdo e horário do trabalho, recompensas, formação, qualidade do desempenho; Rojot (2011) - interesse com o trabalho, reconhecimento, autonomia, relações com os superiores e colegas, equilíbrio entre a vida privada e a vida profissional, saúde, perspetivas sobre o emprego; ou ainda o modelo das características do trabalho de Hackman e Oldham (1980) - significância, responsabilidade e *feedback*. Brites (1988) agrega crenças e valores sobre o trabalho, controlo e emoções sobre o trabalho, norma subjetiva, satisfação com a vida, importância do trabalho para o estatuto social, privação relativa, conhecimentos de informática e expetativas profissionais. Ferreira *et al*. (2012), atendendo às particularidades da profissão estudada (professores do ensino superior português), adotam uma bateria ampla de dimensões/variáveis (ambiente de ensino; gestão da instituição; colegas; trabalhadores não docentes; ambiente de trabalho; características do emprego; desenvolvimento pessoal e profissional; cultura e valores da instituição; prestígio da instituição e ambiente de investigação). Uma rutura com as abordagens ancoradas na psicologia conduz ao equacionamento da satisfação com o trabalho tendo em conta uma leitura mais holística baseada para Arechavala *et al* (2010) nas dinâmicas do mercado de trabalho, condições do trabalho e condições do emprego ou, para Rubio (1997), nas condições em que se desenvolve a atividade de trabalho (com três planos analíticos: âmbito do trabalho; sistema de relações sociais em que se insere a atividade de trabalho; sistemas sociais e modelos culturais). Analisar as aspirações, motivações e orientações dos trabalhadores face à sua vida laboral tem que, em termos

sociológicos, atender ao igualmente às condições sociais e ao conjunto de fatores que não se cinjam aos comportamentos dos indivíduos nas organizações e às dinâmicas internas destas. Isto é, atender à satisfação percebida pelos atores e simultaneamente aos aspetos objetivos que traduzem as dinâmicas sociais e culturais internas e externas às organizações. Os estudos sobre os diplomados seguem as abordagens globais sobre a satisfação com o trabalho quanto às variáveis determinantes e técnicas de medida. Género, trajetória profissional, salário, nível e natureza disciplinar da formação académica, tipo de contrato de trabalho, sobre-educação, conhecimentos e competências adquiridas na formação académica são recorrentemente mobilizados como variáveis discriminantes, isoladamente ou agregadas em modelos analíticos compósitos⁷.

Mestres e satisfação com o trabalho

Como se apontou acima, o presente artigo abrange os mestres (mestrados 2º ciclo e mestrados integrados⁸) que concluíram os seus cursos na U.Porto, no ano letivo de 2016/17. Mestres que responderam, entre outubro e dezembro de 2019⁹, a um inquérito por questionário (aplicado online) sobre a situação ocupacional desenvolvido no âmbito do Observatório do Emprego e da Trajetória dos Diplomados da Universidade do Porto¹⁰. A população total inquirida foi de 1779 mestres¹¹ repartidos por 14 Faculdades e 144 cursos. Obteve-se uma amostra intencional de 793 mestres (taxa de resposta de 44,6%). As indicações apontadas pelos mestres referem-se sempre à sua condição no mercado de trabalho a 1 de outubro de 2019. A amostra é maioritariamente feminina (57,6%)¹², com uma prevalência do escalão etário dos 25 aos 29 anos de idade (81,1%), distribuídos principalmente pelas áreas de educação e formação da Engenharia, indústria transformadora e construção e da Saúde e proteção social, respetivamente com 36,1% e

⁷ Consulte-se: Wolniak e Pascarella (2005); Schomburg e Teichler (2006); Scomburg (2007); Mora *et al* (2007); Mora e Ceges-Lmpfl (2008); Koilas *et al* (2012); Aleksander e Montserrat (2013); Capecchi e Piccolo (2016), entre outros.

⁸ Os mestrados (2º ciclo) correspondem a cursos com uma duração de dois anos (após a licenciatura de três anos) e os mestrados integrados a cinco anos (após o 12º ano do ensino secundário). A importância dos mestres cresce de modo sustentado, no conjunto do total dos diplomados do ensino superior nacional. Nos anos mais recentes, em 2010, eram 29,0%, passando para 33,4% nove anos depois (Cf. Direção Geral de Estatística da Educação e Ciência).

⁹ A conclusão do curso decorreu entre julho e dezembro de 2019, o que aponta para cerca de 23 a 29 meses até à data de aplicação do inquérito por questionário.

¹⁰ O estudo abordou os processos de transição para o trabalho e a situação ocupacional dos diplomados (licenciados, mestres e doutores) da U. Porto abrangendo 5355 indivíduos (consulte-se Gonçalves, 2019 em

https://sigarra.up.pt/up/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1001785&pct_parametros=p_pagina=1001785&pct_grupo=33905#33905).

¹¹ Atendendo aos nossos objetivos analíticos, foram excluídos os mestres que se encontravam na situação de trabalhador por conta própria ou como empregador.

¹² Indicação mais detalhada dos atributos sociodemográficos dos inquiridos encontra-se no Anexo B.

28,0%. Uma expressiva maioria estava empregada (91,3%). Por sua vez, predominava o grupo profissional dos Especialistas das atividades intelectuais e científicas¹³ (88,5%), o vínculo laboral a termo certo (56,1%), o rendimento mensal líquido entre os 801 euros e os 1400 euros (65,4%), a empresa privada (62,5%) e a inserção numa organização com mais de 500 pessoas (44,4%). O tempo médio de espera do primeiro emprego foi de 3,2 meses. É de acentuar a trajetória profissional limitada temporalmente dos mestres (terminaram os seus cursos entre julho e dezembro de 2016). É um agrupamento com um elevado nível de qualificação académica, uma escolaridade longa, em que para alguns (o caso, por exemplo, de medicina, engenharia) o acesso à U.Porto foi altamente competitivo, com expectativas de obtenção de atividade profissional com recursos económicos e simbólicos expressivos face à maioria da população empregada¹⁴.

Principalmente tributários quer da análise dos diplomados do ensino superior realizada no projeto de investigação “Higher Education and Graduate Employment in Europe” (CHERS)¹⁵ (Schomburg e Teichler, 2006; Teichler, edit., 2007; Mora *et al*, 2007), quer de Arechavala *et al*, (2010), construímos um conjunto de dimensões (condições do emprego, relações de trabalho, conhecimentos e competências, vida de trabalho e não trabalho e dinâmicas do mercado de trabalho, neste caso de 2011 a 2019) discriminadas por indicadores. As dinâmicas funcionam como enquadramento socioeconómico e as outras variáveis expressam fatores individuais, organizacionais e relacionais. A confluência entre as dimensões apontadas é heurísticamente relevante como meio de leitura sociológica da multicomplexidade que caracteriza a satisfação com o trabalho como uma das grandezas da vida social. Abrange-se o “mundo do trabalho” vivenciado pelos agentes sociais. A satisfação não é o resultado de um somatório de variáveis, mas sim de uma matriz combinatória e interdependente delas.

A satisfação com o trabalho percebida pelos mestres, em 1 de outubro de 2019, não deixa de refletir o contexto socioeconómico de Portugal. (Quadro 1). Quando a generalidade dos mestres ingressou no ensino superior, no ano letivo de 2011/2012¹⁶, o país encontrava-se numa crise económica e social que se agravaria nos anos seguintes, sobressaindo, entre outros aspetos, uma forte erosão do emprego e dos salários. O impacto negativo no emprego, remunerações e

¹³ Usamos a nomenclatura da Classificação Portuguesa de Profissões de 2010.

¹⁴ A conclusão do mestrado é também um acréscimo de habilitações académicas face aos seus pais. O caso dos 40% dos inquiridos em que ambos os pais tinham como habilitação académica mais elevada um dos ciclos do ensino básico.

¹⁵ O estudo abrangeu diversos países: Áustria, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Holanda, Espanha, Suécia, Reino Unido, Noruega, República Checa e Japão. Foi aplicado um inquérito por questionário a uma amostra de diplomados, três a quatro anos após a sua graduação, centrado nas relações entre emprego e ensino superior.

¹⁶ Ano letivo de início da sua formação universitária para os que se inscreveram numa licenciatura de 3 anos, que posteriormente é seguido por um mestrado de 2 anos, ou num mestrado integrado de 5 anos. Recorde-se que o ano letivo de conclusão do curso é 2016/17.

condições de vida da população surtiu incidências diferenciadas conforme as categorias sociais (Lima, 2015; Rodrigues coord. et al. 2016; Gonçalves, 2020)¹⁷. As categorias dos jovens e dos trabalhadores mais velhos (55 e mais anos) foram as mais penalizadas¹⁸. Tradicionalmente os jovens apresentam elevadas taxas de desemprego. Taxas que comparativamente são menores para os jovens diplomados que possuem um título académico de nível superior como se testemunha para o escalão dos 25-29 anos¹⁹. Neste caso aquele título académico protege mais do desemprego. Todavia, as taxas são sempre superiores às dos diplomados e dos desempregados em geral, traduzindo a dificuldade de inserção no emprego pelos mais jovens mesmo com uma qualificação elevada.

Quadro 1
Indicadores sobre mercado de trabalho

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Taxa de crescimento real do PIB	-1,7	-4,1	-0,9	0,8	1,8	2,0	3,5	2,9	2,2
Variação anual PIB <i>per capita</i>	-1,8	-4,0	1,8	2,1	4,3	4,1	5,3	4,9	4,0
Taxa de emprego dos diplomados (25-29 anos) a)	77,7	73,3	71,0	73,8	73,1	77,4	81,5	81,1	82,0
Taxa de emprego dos diplomados (25-64 anos) a)	75,4	76,1	81,6	77,3	78,6	80,9	80,5	83,9	76,0
Taxa de emprego total (25-64 anos) a)	73,4	69,6	61,7	66,8	76,0	73,4	75,7	79,3	80,4
Taxa de desemprego dos diplomados (25-29 anos) a)	14,3	19,5	20,1	16,7	15,6	13,6	9,9	8,6	8,8
Taxa de desemprego dos diplomados (25-64 anos) a)	7,8	10,2	11,4	8,9	8,2	7,4	5,7	4,7	4,8
Taxa de desemprego total (25-64 anos) a)	11,8	14,4	15,2	12,8	11,4	10,2	8,0	6,2	5,8
% de trabalhadores por conta de outrem com contrato a termo b)	17,8	20,5	21,4	21,4	21,9	22,3	22,0	22,0	20,8
% de trabalhadores com contrato a termo c)	26,5	26,2	28,1	31,0	31,8	33,2	35,0	36,4	35,9

Legenda: a) Cf. Eurostat; b) INE; c) Quadros de Pessoal (está excluída a população empregada abrangida pelo Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas

Fontes: Banco de Portugal; Eurostat; INE; MTSS.

De um modo mais robusto, a partir de 2014 verifica-se uma recuperação económica. Isso reflete-se no andamento positivo das taxas de emprego e de desemprego dos diplomados (25-29

¹⁷ A evolução do Produto Interno Bruto é bem indicativa da degradação da situação económica. Depois de vários anos com um crescimento negativo, a partir de 2014 assiste-se a uma evolução no sentido contrário. A mesma tendência é verificável para a evolução do PIB *per capita*.

¹⁸ Acrescente-se que o desemprego de longa duração se avolumou (2011, 53,2%, 2014, 65,5%, decaindo em 2019 para 49,9%), com todas as consequências sociais e económicas daí decorrentes. As alterações das regras do subsídio de desemprego impostas pela denominada troika, no âmbito do programa de ajustamento estrutural, conduziram a uma maior desproteção dos desempregados. (Cf. INE)

¹⁹ Optámos por apresentar os dados nacionais para os 25-29 anos, na medida em que 81,1% da nossa população concentra-se nesse escalão etário.

anos), mas igualmente das restantes categorias laborais, conquanto com desiguais ritmos de andamento entre si. O aumento do emprego fez-se principalmente pela incorporação de postos de trabalho com baixas ou estagnadas remunerações (num processo de desvalorização salarial), necessitando de baixas qualificações, atingidos por uma rotatividade mais intensa da mão de obra e baseados na precariedade laboral (Caldas, 2015; Almeida, 2017), como se observa na evolução do indicador dos trabalhadores com contrato com termo. Em suma, a transição da Universidade para o mercado de trabalho para a esmagadora maioria dos mestres (grosso modo entre junho de 2017 e novembro de 2019) ocorreu num contexto económico mais favorável, indutor de emprego.

Se atendermos aos indicadores sobre a satisfação com o trabalho dos mestres (Quadro 2), observa-se que as “Relações com os colegas” tem a média mais elevada²⁰, destacando-se dos restantes. A sociabilidade em contexto de trabalho que integra provavelmente a criação de novas amizades, formas de companheirismo e relações de entreajuda entre trabalhadores. Não mais de que modos de convivialidade e de comunicação, que para a maioria é um “mundo social” que contrasta com o ambiente e clima social da Faculdade e da relação entre pares²¹. O que é indissociável do processo mais amplo de socialização profissional (Dubar, 1977) concretizado na aprendizagem de procedimentos, de normas e regras, de estruturas organizacionais, de relações de poder e da existência de grupos, formais ou informais. O quotidiano de trabalho é, por natureza intrínseca, uma fonte de configuração de novos modos de estar e ser, bem como de integração social (Flacher, 2002), da “antroponomia” (Bertaux, 1978) e de construção da identidade profissional (Sainsaulieu, 1977), que é particularmente importante para os mestres que iniciam a sua atividade como membros de profissões regulamentadas com o monopólio dos respetivos mercados de serviços e de trabalho, caso dos advogados, engenheiros, médicos, farmacêuticos e psicólogos, por exemplo (Gonçalves, 2007, Vezinat, 2016 e Burns, 2019)²². Todavia, todos estes processos, se tributários sempre dos contextos organizacionais em que ocorrem e que se reconfiguram conforme o mestre vai alterando as suas posições funcionais e hierárquicas, são atravessados por conflitos em termos pessoais e coletivos. Fruto ainda da sua recente inserção no mercado de trabalho, para alguns dos mestres ainda prevaleça uma “imagem dourada” dos contextos em que trabalham.

²⁰ Numa escala de 1=muito insatisfeito a 5=muito satisfeito.

²¹ Do total dos mestres, 21,9% eram trabalhadores estudantes pelo menos durante o último ano do curso.

²² A construção da identidade profissional ocorre ainda no decurso da formação académica. A par da lecionação dos conteúdos de cariz científico, por via de uma ação das instituições de ensino e dos docentes são ministrados os princípios da ética e deontologia profissional mas, mais importante, os correspondentes símbolos de status, posicionamentos face aos demais profissionais e “clientes”.

Quadro 2²³
Indicadores sobre a satisfação com o trabalho

	Média	Desvio-padrão
Acesso à formação	3,54	1,175
Aprendizagem de novos conhecimentos e competências	3,76	,988
Carga e ritmo de trabalho	3,27	1,149
Condições no local de trabalho - ambiente, equipamento, segurança e saúde no trabalho	3,86	1,079
Criatividade do trabalho	3,50	1,040
Duração semanal do horário de trabalho	3,34	1,198
Estabilidade e segurança face à situação profissional	3,44	1,240
Montante da remuneração mensal	2,93	1,163
Oportunidades de promoção na carreira profissional	3,08	1,223
Participação na tomada de decisões	3,59	1,019
Prestígio da profissão/funções desempenhadas	3,62	1,065
Relações com os colegas	4,20	,846
Relações com os subordinados (no caso de existirem)	3,80	,829
Relações com os superiores hierárquicos	3,88	,982
Responsabilidade pela execução do trabalho	4,02	,866
Tempo livre disponível/conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional	3,25	1,259
Tipo de contrato de trabalho	3,47	1,296
Utilização dos conhecimentos e competências	3,90	,913
Variedade das tarefas realizadas	3,81	,996

“Responsabilidade pela execução do trabalho”, “Variedade das tarefas realizadas” e “Utilização dos conhecimentos e competências” são os indicadores da satisfação também com médias elevadas. Inserem-se na dimensão da natureza e organização do trabalho e são estruturantes das novas aspirações, motivações e expectativas dos trabalhadores, o que é ainda mais importante pelo facto de os mestres se inserirem maioritariamente em profissões de elevada qualificação. Composição das tarefas, tão valorizada pela corrente da abordagem micro da atividade de trabalho (Ughetto, 2018), mas igualmente das relações entre a formação académica, a que se pode juntar para alguns dos mestres a experiência profissional entretanto adquirida, e o trabalho. A sua supremacia, mais vincada face aos demais indicadores de natureza extrínseca, é defendida por Inglehart (1997), Méda e Vendramin (2013), MOW (1987), Vala (2000). Num

²³ O alfa de Cronbach é de 0,912, sugerindo uma fiabilidade muito boa.

estudo sobre os valores do trabalho dos diplomados da U. Porto (que obtiveram o seu título académico em 2008) constatou-se um equilíbrio mais de que uma supremacia (Gonçalves *et al*, 2019). Aspeto que decorre das condições do mercado do trabalho no país e que se têm mantido estruturantes ao longo do tempo: precariedade laboral e salários baixos.

Com as médias mais baixas encontram-se o “Montante da remuneração mensal” e as “Oportunidades de promoção na carreira profissional”. Podemos entender o valor da última como resultante do confronto entre as expectativas e aspirações construídas, sobretudo enquanto alunos, e a “realidade” constrangedora das organizações empregadoras e do mercado de trabalho. A remuneração é uma variável que recorrentemente é avaliada negativamente (Roussel, 1996; Santos, 2009). Quanto a esta, mais uma vez, importa convocar a situação em Portugal. Ela reflete a evolução não expressiva das remunerações no contexto de recuperação económica pós 2014 (Caldas e Almeida, 2018). Repara-se que o escalão dos 801 aos 1400 euros de rendimento mensal líquido concentra uma parcela ampla (65,4%) dos diplomados da U.Porto (Anexo A). Concomitantemente, os dois extremos da escala registam valores não displicentes (em particular no que é inferior a 800 euros). Relacionado com isto, 53,2% consideram que “o rendimento atual dá para viver”, o que só aparentemente é contraditório com a insatisfação, porquanto uma parcela importante dos mestrados valoriza uma remuneração mais elevada. Num país em que se conjuga estruturalmente baixos salários, pesada desigualdade salarial e desigualdades educativas (especialmente na obtenção de um título académico universitário), as remunerações dos diplomados ganham uma especial atenção. Numa leitura global, conservaram, ao longo do tempo, uma expressiva vantagem remuneratória face aos demais trabalhadores com níveis de escolaridade inferiores (Portugal *et al*, 2018), sendo um dos fatores determinantes da manutenção dos níveis elevados de desigualdade salarial. Contudo, o prémio salarial associado ao ensino superior diminuiu, nos anos mais recentes, em termos globais e particularmente para os trabalhadores mais jovens (Campos e Reis, 2019; FJN, 2021). Tal tendência enquadra-se num quadro mais geral de desvalorização salarial, que ganhou um andamento expressivo com o programa de ajustamento estrutural, de 2011 a 2014, mas que posteriormente não foi invertida de um modo sustentado com exceção do salário mínimo nacional (Caldas, 2015).

Da análise apresentada sobre a satisfação com o trabalho, importa destacar que a população inquirida declara estar satisfeita com as oportunidades de relações de sociabilidade com os colegas e as condições do exercício da atividade de trabalho, particularmente da responsabilidade assumida, da diversidade de tarefas realizadas e da oportunidade de aplicar conhecimentos e competências. Por outro lado, ao nível da não satisfação com o trabalho sobressai a dimensão salarial e a escassez de oportunidades para progredir na carreira. Para finalizar, estes resultados sintonizam-se, por um lado, com conclusões de outras pesquisas que

destacam o papel preponderante do ambiente de trabalho (Koiliias *et al*, 2012) e da importância da autonomia do trabalho (Kucel e Vivalta-Bufl, 2013), para explicar a satisfação laboral dos diplomados universitários e, por outro lado, com investigações (Jaramilli *et al*, 2017; Mora *et al*, 2005) que destacam que em termos de insatisfação com o trabalho sobressai a dimensão salarial e a escassez de oportunidade para progredir na carreira. A que se associa a questão da precariedade laboral (Castellaci e Vinas-Bardolet, 2020).

Tipos e determinantes da satisfação com o trabalho

Passemos de seguida à construção de tipos de satisfação com o trabalho. A análise fatorial de componentes principais²⁴ permitiu a extração de quatro tipos de satisfação. Incorporam o tipo atividade de trabalho - indicadores que expressam a natureza e a organização do trabalho valorizados de modo robusto pelos mestres. A prevalência de alguns deles já tínhamos destacado acima. O tipo relações contratuais engloba a carreira profissional, tipo de contrato de trabalho, remuneração, estabilidade e segurança face à situação profissional. Estes são centrais definem as condições efetivas do emprego, não são mutuamente exclusivos, embora com significados e níveis de importância diferenciados para os trabalhadores. Do tipo trabalho, vida pessoal e familiar destaca-se a duração semanal do horário de trabalho, o tempo livre disponível/conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional e a carga e ritmo de trabalho. A sociabilidade organizacional, não mais que a sociabilidade no trabalho, com colegas, subordinados (no caso de existirem) e superiores hierárquicos caracteriza o tipo relativo às relações de sociabilidade.

²⁴ A análise de componentes principais foi efetuada através do programa SPSS 25. Foi adotada a rotação varimax e as não-respostas foram tratadas através do procedimento exclude cases listwise. A medida de Kaiser-Meyer-Olkin (0.920) e o teste de esfericidade de Bartlett (p-value de 0.000) sugerem que a análise efetuada é adequada. Utilizando o critério de Kaiser (valores próprios superiores a 1), selecionaram-se quatro fatores que no total explicam 64,2% da variância dos dados.

Quadro 3
Tipos de satisfação com o trabalho²⁵

	Atividade de trabalho	Relações contratuais	Trabalho, vida pessoal e familiar	Sociabilidade organizacional
Oportunidades de promoção na carreira profissional	,442	,619	,110	,181
Relações com os colegas	,201	,096	,112	,802
Relações com os subordinados (no caso de existirem)	,251	,119	,112	,693
Relações com os superiores hierárquicos	,381	,181	,289	,607
Acesso à formação	,590	,383	,178	,091
Utilização dos conhecimentos e competências	,817	,029	,018	,161
Variedade das tarefas realizadas	,812	,055	,015	,134
Responsabilidade pela execução do trabalho	,694	,112	,150	,266
Carga e ritmo de trabalho	,335	,221	,725	,166
Tipo de contrato de trabalho	,074	,846	,120	,110
Montante da remuneração mensal recebida	,232	,653	,273	-,050
Aprendizagem de novos conhecimentos e competências	,821	,170	,039	,103
Participação na tomada de decisões	,679	,190	,168	,261
Condições no local de trabalho (ambiente, equipamento, segurança e saúde ..)	,328	,315	,312	,253
Tempo livre disponível/conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional	,045	,180	,869	,175
Estabilidade e segurança face à situação profissional	,018	,803	,172	,200
Criatividade do trabalho	,695	,037	,253	,191
Duração semanal do horário de trabalho	,082	,200	,873	,095
Prestígio da profissão/funções desempenhadas	,617	,312	,173	,177
% da Variância explicada	64,2			
Valor do alfa de cronbach	0,912			

²⁵ Dados sobre as médias, desvios-padrão, alfa de Cronbach e coeficiente de correlação para as várias dimensões da satisfação estão indicados no Anexo C.

Como apontámos acima, o nosso interesse é especificamente saber se determinadas variáveis configuram a satisfação com o trabalho. Atendendo aos atributos sociodemográficos e de inserção no mercado de trabalho dos mestres e aos múltiplos resultados de estudos (Mora *et al*, 2007 e 2008; Vila *et al*, 2008; Capecchi e Piccolo, 2016; Silva, 1998; Santos *et al*, 2009), seleccionamos as seguintes variáveis (Anexo E): sexo; tipo de contrato; remuneração; posição face à remuneração; situação atual no mercado de trabalho (empregado/desempregado); tipo e dimensão da organização; atividade executada por outrem; adequação entre emprego e formação académica; relevância do mestrado para o emprego atual; importância do trabalho na vida social; áreas de educação e formação; modalidades de competências profissionais²⁶.

A análise de regressão linear (Quadro 4) revela que as variáveis consideradas têm um poder de influência diverso para cada um dos tipos. Apontemos os resultados mais expressivos: a profissão e a importância do trabalho influenciam o tipo atividade de trabalho; a remuneração e a relevância do mestrado influenciam o tipo relações contratuais; a posição face à remuneração influencia o tipo trabalho e vida pessoal e familiar; a situação atual influencia o tipo sociabilidade no trabalho. As mulheres apresentam menor satisfação no tipo trabalho e vida pessoal e familiar do que os homens. Os mestres que detêm um contrato a termo evidenciam, em média, uma maior satisfação com a atividade de trabalho, mas menor satisfação com relações contratuais, relativamente aos indivíduos que possuem um contrato sem termo. Um rendimento mais elevado proporciona, em média, maior satisfação com a atividade de trabalho e relações contratuais, ainda que penalize a satisfação com o trabalho, vida pessoal e profissional. Os mestres para os quais o trabalho assume importância significativa na sua vida revelam ter, em média, maior satisfação com a atividade de trabalho²⁷. O facto da atual atividade profissional dos mestres poder ser executada por outras pessoas somente com um curso com o mesmo grau académico origina maior

²⁶ No caso das competências mobilizadas no emprego atual (recorde-se à data de 1 de outubro de 2019) foi realizada uma análise fatorial de componentes principais que possibilitou a obtenção de modalidades de competências (Anexo D). No tipo A encontram-se fundamentalmente os indicadores de interação social (liderança, trabalho em equipa, comportamento ético). O tipo B centra-se na atividade profissional, mais especificamente na natureza e organização do trabalho (Trabalhar sob pressão, Gerir o tempo, Desenvolver a autoaprendizagem, Organizar, planear e gerir tarefas). O tipo C valoriza os conhecimentos (aquisição, aplicação e relacionamento). Retenha-se que nos anos 1980 e 1990, especialmente em França, a problemática das competências ganhou espaço nos estudos sobre o trabalho e nas práticas da gestão de recursos (Le Boterf, 1994 e Zarifian, 1999). Entre nós os contributos de Suleman (2007) sobre a banca, Parente (2008) e Veloso (2008) ambas sobre a indústria transformadora seguem tal problemática de um modo crítico. Por sua vez, Cardoso *et al* (2006), Marques e Vieira (2014), Suleman (2018) Laranjeiro *et al* (2020) abordam as competências dos diplomados do ensino superior.

²⁷ Por último, qual o posicionamento dos mestres da U. Porto sobre o trabalho como uma das dimensões da sua vida? Atingiu-se a média de 3,35 (DP 0,551). Embora seja uma questão restrita, permite-nos, no plano absoluto, inferir de um posicionamento satisfatório e num plano relativo menos valorizado que a família e os amigos. São resultados que enfileiram com as conclusões de Gonçalves *et al* (2019) sobre os valores do trabalho dos diplomados de U. Porto que obtiveram a sua titulação académica em 2008.

satisfação com a atividade de trabalho. A adequação da atual atividade profissional à formação académica do mestrado proporciona, em média, uma maior satisfação com a atividade de trabalho.

Quadro 4
Tipos de satisfação com o trabalho

	Atividade de trabalho	Relações contratuais	Trabalho, vida pessoal e familiar	Sociabilidade Organizacional
Sexo	0.015 (0.073)	0.070 (0.067)	-0.152** (0.077)	-0.026 (0.085)
Tipo de contrato	0.189** (0.078)	-0.703*** (0.066)	0.021 (0.083)	0.017 (0.083)
Remuneração mensal	0.055* (0.032)	0.219*** (0.031)	-0.095*** (0.036)	-0.018 (0.035)
Posição face à remuneração mensal	0.058 (0.104)	0.693*** (0.089)	0.450*** (0.102)	-0.043 (0.105)
Situação atual no mercado de trabalho	-0.114 (0.099)	0.089 (0.119)	-0.254** (0.121)	0.322** (0.138)
Profissão	0.484*** (0.160)	-0.150 (0.132)	-0.166 (0.175)	0.183 (0.195)
Tipo de organização	-0.022 (0.082)	-0.197** (0.083)	0.0251 (0.095)	-0.319*** (0.096)
Dimensão da organização	0.004 (0.076)	0.155** (0.072)	0.023 (0.082)	0.108 (0.088)
Atividade executada por outrem	0.179** (0.076)	-0.122* (0.067)	0.038 (0.081)	0.007 (0.085)
Adequação entre emprego e formação académica	0.350*** (0.076)	0.056 (0.066)	-0.106 (0.082)	0.016 (0.079)
Relevância do mestrado para o emprego atual	0.067 (0.087)	0.145** (0.072)	-0.119 (0.088)	-0.061 (0.098)
Importância do trabalho na vida social	0.813*** (0.261)	0.182 (0.188)	0.363 (0.238)	0.297 (0.290)
Competências – Tipo 1	0.068* (0.036)	0.019 (0.032)	0.064* (0.036)	0.078** (0.037)
Competências – Tipo 2	0.125*** (0.040)	-0.023 (0.037)	0.097*** (0.037)	0.060 (0.039)

Quadro 4
Tipos de satisfação com o trabalho (continuaç^oao)

	Atividade de trabalho	Relações contratuais	Trabalho, vida pessoal e familiar	Sociabilidade Organizacional
Competências – Tipo 3	0.083** (0.036)	-0.071** (0.032)	-0.0047 (0.038)	0.066* (0.039)
Áreas de educação e formação - Ciências sociais, comercio e direito	0.153 (0.159)	-0.265* (0.136)	-0.226 (0.141)	0.170 (0.168)
Áreas de educação e formação - Ciências, matemática e informática	-0.041 (0.159)	-0.104 (0.145)	-0.338** (0.155)	0.098 (0.175)
Áreas de educação e formação - Engenharia, indústria transf. e construção	-0.138 (0.150)	-0.138 (0.131)	-0.083 (0.133)	0.203 (0.167)
Áreas de educação e formação - Saúde e proteção social	-0.083 (0.143)	-0.195 (0.135)	-0.692*** (0.135)	0.199 (0.165)
Constante	-1.710*** (0.347)	-0.843*** (0.284)	0.376 (0.324)	-0.770** (0.387)
R ² Ajustado	0.175	0.369	0.106	0.027
F(19,694)	7.68***	31.20***	5.79***	1.94***

Nota: Entre parêntesis o desvio-padrão. Erros-padrão robustos entre parênteses; *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Notas finais

O presente artigo teve como objeto a satisfação dos diplomados com o título académico de mestres (2º ciclo e mestrados integrados) da U.Porto que concluíram os seus cursos no ano letivo de 2016/17. Trata-se de uma população particular no sentido quer da sua formação académica (em termos de conteúdos e da sua duração), quer da sua trajetória laboral ainda curta (pelo menos para uma maioria expressiva), o que influencia os resultados obtidos.

Globalmente destaca-se a satisfação percebida dos mestres com dimensões relativas às oportunidades de relações de sociabilidade com os colegas e às condições do exercício da atividade de trabalho, nomeadamente da assunção de responsabilidade, da diversidade de tarefas realizadas e da oportunidade de aplicar conhecimentos e competências. São predominantemente elementos intrínsecos ao trabalho. Já a insatisfação com o trabalho faz-se sentir, de maneira mais

expressiva, quanto à remuneração e à ausência de oportunidades que possibilitem a progressão na carreira.

A análise fatorial de componentes principais conduziu à extração de quatro tipos de satisfação com o trabalho: atividade de trabalho; relações contratuais; trabalho, vida pessoal e familiar; e relações de sociabilidade. O primeiro tipo integra indicadores relativos à natureza e organização do trabalho que são valorizados de forma expressiva pela população inquirida. Do segundo tipo fazem parte condições efetivas do emprego, carreira profissional, tipo de contrato de trabalho, remuneração e estabilidade e segurança face à situação profissional. Destaca-se a relevância destas dimensões para definir as situações no mercado de trabalho, que apresentam graus de importância e sentidos diferenciados para os diplomados. Quanto ao trabalho, vida pessoal e familiar avultam a duração semanal do horário de trabalho, o tempo livre disponível/conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, e a carga e ritmo de trabalho. Finalmente, o quarto tipo destaca a sociabilidade no trabalho com colegas, subordinados (no caso de existirem) e superiores hierárquicos.

Optámos por analisar o impacto de variáveis independentes nos tipos de satisfação com o trabalho acima referenciados. Os resultados que obtivemos revelam que a profissão e a importância do trabalho influenciam o tipo atividade de trabalho. Já a remuneração e a relevância do mestrado condicionam o tipo relações contratuais. Por sua vez, a posição face à remuneração influencia o tipo trabalho, vida pessoal e familiar, e finalmente a situação laboral atual interfere com o tipo relações de sociabilidade. Acrescente-se que os resultados obtidos expressam igualmente o contexto socioeconómico que o país vivia durante o período de transição da Universidade para o mercado de trabalho dos mestres (entre junho de 2017 e novembro de 2019). Aumento do emprego acompanhado pela permanência da precariedade laboral a níveis elevados (especialmente no setor privado) e uma débil evolução dos salários. Recorde-se que a 1 de novembro de 2019 unicamente 3,4% dos mestres estavam desempregados.

Os resultados da investigação reforçam a relevância do papel da satisfação com o trabalho dos diplomados universitários para compreender a estruturação e as dinâmicas individuais e coletivas das atividades profissionais e das organizações. Contribuem para entender a multidimensionalidade destes processos, a porosidade de fronteiras entre os espaços e tempos de (não)trabalho e a imperiosidade do reconhecimento da centralidade da satisfação, entre outras variáveis, para a salvaguarda e promoção do trabalho digno.

Bibliografia

- ALMEIDA, A.J. *et al.* (2008), *Inserção profissional dos licenciados pela ESCE*, Setúbal, ESCE/IPS.
- ALVES, Mariana Gaio; MORAIS, César; CHAVES, Miguel (2017), “Employability of higher education graduates in Portugal: trends and challenges in the beginning of the 21ST century”, *Forum Sociológico*, pp.9-19.
- ARVEY, R. D.; CARTER, G. W.; BUERKLEY, D. K. (1991), “Job satisfaction: Dispositional and situational influences”, in C. L. Cooper, I. T. Robertson (Eds.), *International review of industrial and organizational psychology*, vol. 6, pp. 359–383.
- BERTAUX, Daniel (1978), *Destinos pessoais e estrutura de classe*, Lisboa, Moraes.
- BURNS, Edgar (2019), *Theorising Professions. A Sociological Introduction*, Londres, Palgrave Macmillan Cham.
- CALDAS, José Castro (2015), “Desvalorização do trabalho; do memorando à prática”, *Cadernos do Observatório*, nº6, CES-Observatório sobre Crises e Alternativas.
- CALDAS, José Castro; ALMEIDA, João Ramos (2018), “Emprego e salários: pontos de interrogação”, *Barómetro das Crises*, nº 19.
- CAPECCHI, Stefania; PICCOLO, Domenico (2016), “Investigating determinants of job satisfaction of Italian graduates: a model-based approach”, *Journal of Applied Statistics*, v.43, nº1, pp.169-179.
- CARDOSO, Carlos Cabral; ESTEVÃO, Carlos V.; SILVA, Paulo (2006), *Competências Transversais dos Diplomados do Ensino Superior, Perspetiva dos Empregadores e Diplomados*, Guimarães, TecMinho, v.VIII.
- CASTELLACCI, Fulvio; BARDOLET, Clara Viñas (2020), “Permanent contracts and job satisfaction in academia: evidence from European countries”, *Studies in Higher Education*, v.46, nº9, pp.1866-1880.
- CHAVES, Miguel; MORAIS, César (2016), “Quanto tempo para aceder ao mercado de trabalho? A inserção profissional dos diplomados do ensino superior no dealbar da recessão”, *Configurações*, vol.17, [Consult. a 02.10.2021]. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.3293>.
- CLAUDE, Dubar (1997), *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*, Porto, Porto Editora.
- COOK, J.D.; HEPWORTH, S.J.; WALL, T.D.; WARR, P.B. (1981), *The Experience of Work*, London, Academic Press.
- FERREIRA, José Brites; MACHADO, Maria Lourdes; GOUVEIA, Odília (2012), “A (in)satisfação dos académicos no Ensino Superior”, *Educação, Sociedade & Culturas*, nº. 37, pp. 129-139.

FLANCHEC, Alice Le; MULLENBACH, Astrid; ROJOT, Jacques (2015), “Favoriser la satisfaction au travail: Les apports de l’enquête reponse 2011”, *Management & Avenir*, nº81, pp.37-55.

GINZBERG, Eli; GINSBURG Sol W.; AXELRAD, Sidney; HERMA, John L., *Occupational Choice: An Approach to a General Theory*, Columbia, University Press.

GONÇALVES, Carlos Manuel (2007), “Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. 17, pp. 23-45.

GONÇALVES, Carlos Manuel (2009), “Desenvolvimento do estudo: notas teórico-metodológicas”, in Carlos Manuel Gonçalves (coord.), *Licenciados, Precariedade e Família*, Porto, Estratégias Criativas, pp.17-58.

GONÇALVES, Carlos Manuel (2009), “Transição da universidade para o trabalho”, in Carlos Manuel Gonçalves (coord.), *Licenciados, Precariedade e Família*, Porto, Estratégias Criativas, pp.59-123.

GONÇALVES, Carlos Manuel (2010), “Emprego dos licenciados universitários”, in Renato Miguel Carmo (org.), *Desigualdades sociais 2010. Estudos e indicadores*, Lisboa, Mundos Sociais, pp.181-189.

GONÇALVES, Carlos Manuel (2017), “Diplomados universitários e sobre-educação”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, número temático – “Processos sociais e questões sociológicas”, pp.42-74.

GONÇALVES, Carlos Manuel (2020), “Notas sobre o trabalho e o emprego – Partes I e II”, *Plataforma Barómetro Social*, [Consult. a 15.04.2022]. Disponível em: <http://www.barometro.com.pt/2021/01/06/3a-serie-de-2020-de-artigos-de-opiniao-dezembro-de-2020/>.

GONÇALVES, Carlos; COUTO, Ana Isabel; BARROSO, Margarida; CRUZ, Sofia (2019), “Valores do trabalho: regularidades e singularidades portuguesas”, in Allan Claudius Queiroz Barbosa, Cristina Parente (orgs.), *Sociologia, Gestão e Economia: diálogos transversais entre Brasil e Portugal*, Curitiba-Brasil, CRV, pp.141-174.

Hackman, J. R. (1980), “Work redesign and motivation”, *Professional Psychology*, vol. 11, nº3, pp.445–455.

HERZBERG, F. (1966), *Work and the Nature of Man*, Cleveland, World Pub. Co.

HOPPOCK, R. (1935), *Job Satisfaction*, Harper and Brothers, New York.

INGLEHART, Ronald (1977), *The silent revolution—Changing values and political styles among Western publics*, Princeton, Princeton University Press.

KOILIAS, Christos; TOURNA, Eleni; KOUKOULETSOS, Kostas (2012), “Job satisfaction of higher education graduates”, *Operational Research*, v.12, pp.421-437.

- KUCEL, Aleksander; BUFÍ, Monserrat Vilalta (2013), “Job satisfaction of university graduates”, *Revista de Economía Aplicada*, v.XXI, nº61, pp-29-55.
- LARANJEIRO, Ana Costa; SULEMAN, Fátima; BOTELHO, Maria, Carmo (2020), “A empregabilidade dos graduados: competências procuradas nos anúncios de emprego”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº93, pp.49-69.
- LE BOTERF, Guy (1994), *De la competence:essai sur n attracteur etrange*, Paris, Les Editions d’Organisation.
- LIMA, Maria da Paz Campos (2015), “O que nos devem? Mudanças no regime de emprego, regressão social e desigualdade em Portugal no quadro da austeridade neoliberal”, in *Crítica Económica e Social*, nº1.
- LIMA, Maria Luísa; VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedicta (1988), “Os Determinantes da Satisfação Organizacional. Confronto de Modelos”, *Análise Psicológica*, vol.VI, pp. 441-457
- LOCKE, E. A. (1969), “What is job satisfaction?”, *Organizational Behaviour Human Performance*, vol. 4, nº. 4, pp. 309-336.
- LOCKE, E.A. (1976), “The nature and causes of job satisfaction”, in M. D. Dunnette (ed.), *Handbook of industrial and organizational psychology*, Chicago, Rand McNally, pp. 1297-1349.
- MARQUES, Ana Paula; ALVES, Mariana Gaio (2010), *Inserção Profissional de Graduados em Portugal*, Vila Nova de Famação, Húmus.
- MÉDA, Dominique; VENDRAMIN, Patricia (2013), *Réinventer le travail*, Paris, PUF.
- MORA, José, Ginés; CEGES-LMPF (2008), “El «éxito laboral» de los jóvenes graduados universitarios europeos”, *Revista de Educación*, número extraordinário, pp.41-58.
- MORA, José-Ginés; ARACIL, Adela Garcia; VILA, Luis E. (2007), “Job satisfaction among young European higher education graduates”, *Higher Education*, vol. 53, pp.29–59.
- MORA, José-Ginés; VILA, Luís E.; ARACIL, Adela García (2005), “European Higher Education Graduates and Job Satisfaction”, *European Journal of Education*, vol. 40, n.1 pp. 22-35.
- MOW (1987), *The meaning of working*, Nova York, Academic Press.
- NEAVE, Guy; AMARAL, Alberto (2012), *Higher Education in Portugal 1974-2009. A Nation, a Generation*, Springer.
- PARENTE, Cristina (2008), *Competências: formar e gerir pessoas*, Porto, Afrontamento.
- PASCAL, Ughetto (2018), *Les nouvelles sociologies du travail. Introduction à la sociologie de l’activité*, Bruxelas, De Boeck Supérieur.
- PORTUGAL, Pedro; RAPOSO, Pedro S.; REIS, Hugo (2018), “Sobre a distribuição de salários e a dispersão salarial”, *Revista de Estudos Económicos*, vol. IV, pp.23-31.
- RAMOS, Madalena; PARENTE, Cristina; SANTOS, Mónica (2014), “Os licenciados em Portugal: uma tipificação de perfis de inserção profissional”, *Educação e Pesquisa*, vol. 40, nº. 2, pp. 383-400.
- RODRIGUES, Carlos Farinha; FIGUEIRAS, Rita; JUNQUEIRA, Rita (2016), *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: as consequências sociais do programa de ajustamento*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- ROUSSEL, Patrick (1996), *Rémunération, motivation et satisfaction au travail*, Paris, Economica.
- RUBIO, José Antonio Pérez (1997), “Motivacion Y Satisfaccion Laboral: Retrospectiva Sobre Sus Formas De Analisis”, *Reis*, vol.80, nº97, pp.133-167.
- SAINSAULIEU, Renaud (1977), *L’identité au travail. Les effets culturels de l’organisation*, Paris, Presses de la FNSP.
- SANTOS, Susana Correia *et al.* (2009), “Running Head. A importância das características centrais do trabalho na satisfação com as recompensas”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº. 61, pp. 85-99.
- SCHNEIDER, B.; SNYDER, R. A. (1975), “Some relationships between job satisfaction and organization climate”, *Journal of Applied Psychology*, vol.60, nº3, pp.318–328.
- SCHWARTZ, S. H. (2006), “Les valeurs de base de la personne: Théorie, mesures et applications”, *Revue Française de Sociologie*, vol.47, pp.249-288.
- SCHWARTZ, S. H. (2011), “Studying values: Personal adventure, future directions”, *Journal of CrossCultural Psychology*, vol.42, pp.307-319.
- SCOMBURG, Harald (2007), “Work orientation and job satisfaction”, in Ulrich Teichler, *Careers of university graduates*, New York, Springer, pp. 247-263.
- SCOMBURG, Harald; TEICHLER, Ulrich (2006), *Higher education and graduate employment in Europe*, New York, Springer.
- SILVA, R.B (1998), “Para uma análise da satisfação com o trabalho”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº26, pp.149-178.
- SPAGNOLI, Paola; CAETANO, António; SANTOS, Susana Correia (2012), "Satisfaction with Job Aspects: Do Patterns Change over Time?", *Journal of Business Research*, vol. 65, nº5, pp. 609-616.
- SPECTOR, E.Paul (1997), *Job Satisfaction: Application, Assessment, Causes and Consequences*, SAGE Publications, Inc.
- SULEMAN, Fátima (2007), *O valor das competências: um estudo aplicado ao sector bancário*, Livros Horizonte.
- SULEMAN, Fátima (2018), “The employability skills of higher education graduates: insights into conceptual frameworks and methodological options”, *High Educ*, v.76, pp.263-278.
- TEICHLER, Ulrich (2007), *Careers of university graduates*, New York, Springer.
- TOURNA, Eleni; KOUKOULETSOS, Kostas (2010), “Job satisfaction of higher education graduates”, *Operational Research – ORJ*, vol. 12, nº 3, pp. 421-437.
- VALA, Jorge (2000), “Mudanças nos valores associados ao trabalho e satisfação com o trabalho”, in Manuel Villaverde Cabral; João Vala; João Freire, *Atitudes sociais dos portugueses*, Imprensa de Ciências Sociais.
- VELOSO, Luísa (2008), *Aprendizagem e identificação: o espaço das empresas: estudo sociológico num grupo empresarial português*, Porto, Afrontamento.
- VEZINAT, Nadège (2016), *Sociologie des groupes professionnels*, Paris, Armand Colin.
- VIEIRA, Diana Aguiar; MARQUES, Ana Paula (2014), *Preparados para trabalhar?*, Fórum Estudante, Consorcio Maior Empregabilidade.

VILA, Luis E.; ARACIL, Adela Garcia; MORA, Jose Gines (2007), “Job satisfaction among young European higher education graduates”, *Higher Education*, v.53, nº1, pp.29-59.

VILA, Luis E.; ARACIL, Adela, Garcia; MORA, Jose Gines (2007), “The Distribution of Job Satisfaction among Young European Graduates: Does the Choice of Study Field Matter?”, *The Journal of Higher Education*, v.78, nº1, pp.97-118.

WOLNIAK, Gregory C.; PASCARELLA, Ernest T. (2005), “The effects of college major and job field congruence on job satisfaction”, *Journal of Vocational Behavior*, v.67, 2, pp. 233-251.

ZARIFIAN, P. (1999), *Objectif compétence*, Paris, Liaisons.

Carlos Manuel Gonçalves. Autor para correspondência. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto-Portugal). Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto-Portugal). Endereço: Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto (Portugal). *Email:* *cmgves@letras.up.pt*

Jorge Cerdeira. Centro de Economia e Finanças, Universidade do Porto (Porto-Portugal). Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico do Porto. Endereço de correspondência: Rua do Curral, Casa do Curral, Margaride, 4610-156 Felgueiras, Portugal. Email: *jcerdeira@letras.up.pt*

Sofia Alexandra Cruz. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto-Portugal). Faculdade de Economia da Universidade do Porto (Porto-Portugal). Endereço de correspondência: Rua Dr. Roberto Frias, 4200-464 Porto, Portugal. Email: *sacruz@fep.up.pt*

Artigo recebido em 8 de janeiro de 2022. Aprovado para publicação em 19 de abril de 2022.

ANEXO A
Variáveis e indicadores da satisfação com o trabalho

Variáveis	Indicadores
Condições do emprego	Montante da remuneração mensal
	Oportunidades de promoção na carreira profissional
	Duração semanal do horário de trabalho
	Estabilidade e segurança face à situação profissional
	Tipo de contrato de trabalho
	Acesso à formação
	Condições no local de trabalho (ambiente, equipamento, segurança e saúde no trabalho...)
Conhecimentos e competências	Aprendizagem de novos conhecimentos e competências
	Utilização dos conhecimentos e competências
Natureza e organização do trabalho	Carga e ritmo de trabalho
	Criatividade do trabalho
	Participação na tomada de decisões
	Variedade das tarefas realizadas
	Responsabilidade pela execução do trabalho
Relações de trabalho	Relações com os subordinados (no caso de existirem)
	Relações com os superiores hierárquicos
	Relações com os colegas
Vida de trabalho e não trabalho	Tempo livre disponível/conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional
	Prestígio da profissão/funções desempenhadas
Mercado de trabalho (2011 a 2019)	Emprego
	Desemprego
	Remunerações
	Situação contratual

ANEXO B
Atributos da amostra (%) a)

Variável	Indicador	H	M	T
Idade	25-29	65,5	73,7	81,1
	30-34	18,5	14,7	9,7
	35-39	7,7	3,3	4,4
	40 e mais	3,3	3,7	4,8
Área de educação e formação	Educação, artes e humanidades	5,7	13,1	10,0
	Ciências sociais, comércio e direito	11,9	17,3	15,0
	Ciências, matemática e informática	9,8	11,8	11,0
	Engenharia, indústria transformadora e construção	54,2	22,8	36,1
	Saúde e proteção social	18,5	35,0	28,0
Importância do mestrado para a obtenção do emprego	Sim	76,4	67,1	71,0
Situação ocupacional	Empregado	92,6	90,4	91,3
	Desempregado	3,3	3,5	3,4
	Exclusivamente em formação/estágio profissional ou a estudar	4,2	6,1	5,3
Grupo profissional	Militares	0,3	0,7	0,5
	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	0,9	0,9	0,9
	Especialistas das atividades intelectuais e científicas	89,7	87,6	88,5
	Técnicos e profissões de nível intermédio	7,6	5,3	6,3
	Pessoal administrativo	0,9	2,9	2,1
	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	0,6	2,7	1,8
Tipo de contrato de trabalho	Contrato de trabalho sem termo	49,7	34,8	41,1
	Contrato de trabalho a termo	50,3	65,2	56,1
	Contrato de prestação de serviços/Recibos verdes	3,0	2,5	2,8
Rendimento mensal líquido (euros)	Igual ou inferior a 800	10,1	23,0	17,5
	801-1100	30,4	34,8	32,9
	1101-1400	36,6	29,5	32,5
	1401-1700	8,9	4,8	6,6
	igual ou superior a 1701	14,0	7,9	10,5

Posição face ao rendimento mensal líquido	O rendimento atual permite viver confortavelmente	33,9	25,5	29,1
	O rendimento atual dá para viver	51,5	54,5	53,2
	É difícil viver com o rendimento atual	14,0	15,8	15,0
	É muito difícil viver com o rendimento atual	0,6	4,2	2,7

ANEXO B
Atributos da amostra (%) a)

Variável	Indicador	H	M	T
Tipo de organização	Empresa Privada	66,7	59,5	62,5
	Empresa Pública e Instituto Público	19,0	20,8	20,1
	Administração Pública Central, Regional e Local	10,7	15,5	13,5
	Instituição privada sem fins lucrativos	3,6	4,2	3,9
Dimensão da organização (número de trabalhadores)	1-5	3,9	10,3	7,6
	6-10	4,8	10,7	8,2
	11-100	22,0	22,1	22,1
	101-500	19,0	16,8	17,8
	Mais de 500	50,3	40,0	44,4

a) Os dados sobre o emprego referem-se a 1 de outubro de 2019.

ANEXO C

Médias, desvios-padrão, alfa de Cronbach e coeficiente de correlação para as várias dimensões da satisfação

Dimensões	Itens	Média	Desvio - padrão	α	Atividade de trabalho	Relações contratuais	Trabalho, vida pessoal e familiar	Sociabilidade organizacional
Atividade de trabalho	9	3.73	0.75	0.89	1.00	0.51***	0.44***	0.60***
Relações contratuais	4	3.23	0.97	0.80	0.51***	1.00	0.47***	0.41***
Trabalho, vida pessoal e familiar	3	3.29	1.06	0.85	0.44***	0.47***	1.00	0.44***
Sociabilidade organizacional	3	3.95	0.72	0.69	0.60***	0.41***	0.44***	1.00

***p<0.01

ANEXO D

Tipos de satisfação com o trabalho

Sexo. Variável dicotómica (*dummy*) que assume o valor 1 se o indivíduo é do sexo feminino e 0 se for do sexo masculino.

Tipo_contrato. Variável *dummy* que assume o valor 1 se o indivíduo possui um contrato a termo (certo ou incerto) e 0 se se trata de um contrato sem termo (efetivo).

Rendimento. É uma variável que indica o rendimento líquido mensal médio do indivíduo e que toma os seguintes valores: 1, se igual ou inferior a 800 €; 2, se entre 801 e 1100 €; 3, se entre 1101 e 1400 €; 4, se entre 1401 e 1700 €; 5, se igual ou superior a 1701 €.

Posição salário. Variável *dummy* com o valor 1 se o rendimento atual do indivíduo permite viver confortavelmente ou permite viver e o valor 0 se é difícil ou muito difícil viver com o rendimento atual.

Situação Atual. Variável *dummy* igual a 1 se o indivíduo tem emprego ou bolsa de investigação e 0 caso contrário.

Profissão. Variável *dummy* igual a 1 se o indivíduo tem uma das seguintes profissões: Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos; Especialistas das atividades intelectuais e científicas; Técnicos e profissões de nível intermédio; caso contrário, a variável assume o valor 0.

Tipo de organização. Variável *dummy* igual a 1 se o indivíduo trabalha numa empresa ou instituto público, administração pública central, regional ou local; se o indivíduo trabalha numa empresa ou instituição privada, a variável assume o valor 0.

Dimensão da empresa. Variável *dummy* igual a 1 se a empresa onde o indivíduo trabalha tem mais de 100 trabalhadores; 0 caso contrário.

Atividade executada por outra pessoa. Variável *dummy* que assume o valor 1 se a atual atividade profissional do indivíduo (ou a última, caso esteja desempregado(a)) pode ser executada por outra(s) pessoa(s) somente com um curso com o mesmo grau académico e o valor 0 caso contrário.

Adequação entre emprego e formação académica. Variável *dummy* igual a 1 se o grau de adequação da atual atividade profissional do indivíduo (ou a última, caso esteja desempregado(a)) à formação académica do mestrado é registado como muito ou totalmente adequado; 0 caso contrário.

Relevância do mestrado para o emprego atual. Variável *dummy* que assume o valor 1 se o mestrado foi determinante para o indivíduo obter o emprego e 0 caso contrário.

Importância do trabalho na vida social. Variável *dummy* igual a 1 se o trabalho assume um grau de importância na vida do indivíduo de “importante” ou “muito importante”; caso contrário, a variável assume o valor 0.

Áreas de educação e formação. Variável para as áreas científicas do mestrado obtida a partir da questão relativa às Áreas de educação e formação a 1 dígito do mestrado e categorizada da seguinte forma: 1 - educação, artes e humanidades; 2 - ciências sociais, comércio e direito; 3 - ciências, matemática e informática; 4 - engenharia, indústria transformadora e construção; 5 - saúde e proteção social. Para cada categoria (1 a 5), foi criada uma variável binária que assume o valor 1 se o mestrado do indivíduo pertence a essa área científica e 0 caso contrário.

Anexo E
Modalidades de competências

	Tipo A	Tipo B	Tipo C
Trabalhar sobre pressão	,244	,761	,014
Gerir o tempo	,281	,779	,074
Trabalhar autonomamente	,217	,642	,258
Comunicar corretamente numa língua estrangeira	,146	,432	,170
Trabalhar com tecnologias de informação e comunicação	,181	,589	,303
Analisar e sintetizar informação	,152	,562	,556
Desenvolver a autoaprendizagem	,129	,563	,527
Ter capacidade de liderança	,615	,397	,212
Adquirir novos conhecimentos	,184	,384	,668
Organizar, planear e gerir tarefas	,436	,554	,381
Assumir responsabilidades e decisões	,566	,407	,331
Obter conhecimentos aprofundados na sua área de formação académica	,178	,152	,778
Relacionar os seus conhecimentos com os de outras áreas disciplinares	,416	,058	,620
Pensar criticamente	,452	,239	,616
Formular novas ideias e soluções	,443	,304	,567
Trabalhar em equipa	,649	,315	,153
Ter capacidade de iniciativa	,685	,378	,277
Aplicar os seus conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais	,467	,174	,595
Agir eticamente	,648	,069	,347
Analisar e refletir sobre problemas profissionais	,727	,170	,289
Mobilizar as competências de outros profissionais	,786	,190	,148
Ter capacidade de adaptação e flexibilidade	,605	,455	,206
% da Variância explicada	59.3%		
Alfa de cronbach	0.943		

Anexo E (continuação)
Modalidades de competências

Médias, desvios-padrão, alfa de Cronbach e coeficiente de correlação para as várias dimensões das competências

Dimensões	Itens	Média	Desvio-padrão	α	Tipo A	Tipo B	Tipo C
Tipo A	8	3.39	0.84	0.90	1.00	0.72***	0.74***
Tipo B	8	3.47	0.75	0.86	0.72***	1.00	0.68***
Tipo C	6	3.69	0.76	0.87	0.74***	0.68***	1.00

***p<0.01

Por uma nova textualidade performativa: *voguing* como lugar de memória

Roney Gusmão

Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Resumo

Desde o início dos anos 1990 que temos observado uma ampla midiatisação do *voguing* como expressão cultural *underground* da comunidade LGBT estadunidense. Ao transbordar fronteiras do Harlem, *vogar* se tornou um ato de resistência que imprime no corpo subjetividades represadas pelo racionalismo moderno. Hoje, ocupando diferentes espaços, *voguers* nos ensinam que novas textualidades performativas podem ser reconfiguradas na memória gestual, oportunizando a desconstrução de essencialismos de gênero.

Palavras-chave: *Voguing*; memória; espaço urbano.

For a new performative textuality: voguing as a place of memory

Abstract

Since the early 1990s we have observed a wide media coverage of *voguing* as an underground cultural expression of the American LGBT community. When overflowing Harlem's borders, *voguing* became an act of resistance that impresses on the body subjectivities held back by modern rationalism. Today, occupying different spaces, *voguers* teach us that new performative textualities can be reconfigured in the gestural memory, allowing the deconstruction of gender essentialisms.

Keywords: *Voguing*; memory; urban space.

Pour une nouvelle textualité performative: voguing comme lieu de mémoire

Résumé

Depuis le début des années 1990, nous avons observé une large couverture médiatique du *voguing* en tant qu'expression culturelle clandestine de la communauté LGBT américaine. En traversant les frontières de Harlem, le *voguing* est devenu un acte de résistance qui imprime sur le corps des subjectivités endiguées par le rationalisme moderne. Aujourd'hui, occupant des espaces différents, les *voguers* nous apprennent que de nouvelles textualités performatives peuvent être reconfigurées dans la mémoire gestuelle, déconstruisant les essentialismes de genre.

Mots-clés: *Voguing*; mémoire; espace urbain.

Por una nueva textualidad performativa: voguing como lugar de memoria

Resumen

Desde principios de la década de 1990, hemos observado una amplia mediatización del *voguing* como expresión cultural *underground* de la comunidad LGBT estadounidense. Al desbordar las fronteras del Harlem, *vogar* se convierte en un acto de resistencia que imprime en el cuerpo subjetividades frenadas por el racionalismo moderno. Hoy, ocupando diferentes espacios públicos y virtuales, los *voguers* nos enseñan que las nuevas textualidades performativas pueden reconfigurarse en la memoria gestual, permitiendo la deconstrucción de los esencialismos de género.

Palabras clave: *Voguing*; memoria; espacio urbano.

1. Introdução

Foi no *ball scene* do Harlem na Nova York pós-Segunda Guerra que nasceu o estilo de dança denominado *voguing*¹, com forte influência da *House Music* e da estética superlativa do *Camp*. Foi folheando a *Revista Vogue*, que frequentadores da cena *underground* novaiorquina encontraram inspiração para sobrepor poses em referência à imagem das divas impressa na revista. Originalmente, os *voguers*² não se pretendiam sócias, nem *covers* das divas retratadas, mas era suficiente utilizá-las como um referencial simbólico para a expressão performativa de gênero, tendo em vista confrontar demarcações binárias e escrever novas textualidades gestuais. Movimentos como *cat walk*, *dig* ou *floor performance* representam formas superlativas de performar o gênero feminino, fato que permite ao performer gravar no seu corpo uma versão própria da feminilidade que o inspira. Assim sendo, pelos movimentos sinuosos e angulares, *voguers* desessencializam e revisitam a feminilidade por intermédio de sua memória corporal, revelando a reiteração discursiva de gênero como um produto transitivo do jogo de forças sociais.

Desse modo, a potência política do *voguing* está no fato de que a linguagem corporal, que lhe é própria, se inspira na memória para manejar o corpo nas fronteiras das dicotomias (de gênero, de classe e de etnia), servindo como anúncio da alteridade de

¹ O estilo também é comumente designado de *vogue*, entretanto optamos pelo termo *voguing*, tanto para realçar os movimentos de natureza performática e subjetiva que contornam a cena, como também para diferenciar da *Revista Vogue*, que inspirou o termo.

² Termo oriundo do inglês que designa performers do estilo *voguing*.

minorias. A memória, portanto, é corporizada em *voguers* porque oferta ao corpo um léxico comum e inteligível, mas ao mesmo tempo, esta mesma memória funciona como vetor de reinvenção dos mesmos padrões gestuais que serviram de inspiração.

Assim, semelhante ao conceito de performance em Cohen (2002), o *voguing* ocorre na confluência ato-espaco-tempo, isto é, opera pela visibilização do corpo em espaços (físicos ou virtuais), pondo em questão os critérios de legibilidade fabricados em esquemas de poder e conduzidos no tempo pela memória. Além disso, é pertinente o acréscimo de que o *voguing* nos ajuda a observar o corpo como território que resiste aos sistemas reguladores historicamente engendrados nas civilizações ocidentalizadas. Haesbaert (2021) já havia destacado que grupos de resistência precisam ter o corpo como premissa das mobilizações, até mesmo porque esta materialidade corpórea é território que, atravessado por relações de poder, se abre a novas formas de identidade. Assim, os corpos dançantes de *voguers* congregados no *ball culture* se apresentam como uma fração de movimentos de resistências contemporâneos, que persistem em ter o corpo como marcador discursivo de alteridade.

Diante do exposto, salientamos que o *voguing* foi a motivação para a construção deste texto, permitindo inserir variáveis teóricas, como memória, pós-modernidade e espaço urbano. Para estruturar esta reflexão, inicialmente contextualizamos o *voguing* ao tempo histórico que, por hora, chamamos de pós-moderno; em seguida, tratamos do conceito de memória corporal para entendê-la como reiteração e reconstrução de linguagens corporais de gênero; por fim, posicionamos o *voguing* como uma expressão cultural articulada à territorialidade urbana. Neste texto interessa-nos consolidar um conjunto de perspectivas histórias, sociais e mnemônicas sobre o *voguing* que, pelo atravessamento de outras variáveis teóricas, nos permite ancorá-lo ao movimento dialético de um tempo recente.

2. O contexto temporal e espacial

Como mencionado no início deste texto, entendemos ser importante mencionar que o *voguing* nasceu na segunda metade do século XX no bairro do Harlem em Nova York. Esta informação se faz fundamental para entender como especificidades temporais e espaciais atravessam experiências estéticas, dando sentido coletivo a movimentos

culturais. Assim sendo, acreditamos não ser necessário buscar datações ou creditações tão rigorosas sobre o nascimento do *voguing* e, por esta razão, optamos trata-lo como parte de um movimento cultural da cena gay *underground* com forte influência do contexto histórico que envolve a Nova York no capitalismo pós-industrial.

Insistimos neste contexto novaiorquino posterior à Segunda Guerra devido à geopolítica bipolar da Guerra Fria, quando a ostensiva política estadunidense recorreu a dispositivos ideológicos para propagação do capitalismo no rótulo do “*American way of life*”. Também neste cenário, é possível notar o incremento das tecnologias informacionais que integraram a veiculação de modos de vida alinhados à lógica do capital. Assim, consumir foi deixando de ser uma mera aquisição de mercadorias estandardizadas para se tornar uma experiência estética progressivamente singularizada.

Essa ação expansionista do capital não mais se restringia à mera docilização do corpo, como outrora nítido na fábrica fordista do início do século XX. Agora a disciplinarização capitalista se voltava mais claramente ao campo da subjetividade, do afeto, do desejo, da experiência sensória. Obviamente, não defendemos aqui a morte da resistência, mas apenas destacamos o fato de que essa força de captura exercida pela “axiomática do capital”, segundo os termos de Deleuze e Guattari (2011), nos exige considerar os processos de subjetivação como parte dos próprios discursos de poder que movimentos de resistência pretendem se opor. Portanto, no contexto pós-moderno, pensar em mobilizações contra-hegemônicas requer levar em conta especificidades fora dos velhos critérios revolucionários do século XIX, época em que se creditava às metanarrativas um poder redentor universalizante. Lazzarato (2006) nos lembra que depois de 1968, os movimentos políticos romperam radicalmente com a visão unificadora de política ocidental. Segundo o autor, é por isso que mobilizações são incompreensíveis para politicólogos, partidos políticos ou sindicatos, cujas acusações de desmobilização ou individualismo são frequentemente desmentidas pela emergência de formas múltiplas de resistência.

Ao se infiltrar na subjetividade, o capitalismo pós-industrial estimulou um fracionamento tão grande de possibilidades de composição do “eu-social”, que hoje é improvável pensar num movimento onde caibam tantas minorias sob o teto de uma metanarrativa universal fora do capitalismo. Por isso, entendemos não ser contraditório falar de resistência no capitalismo e contra o capitalismo, considerando que o sistema

produz decodificações generalizadas dos fluxos, ao ponto de o aparelho anti-produção não mais se opor à produção (Deleuze e Guattari, 2011).

A contextualização e o debate teórico que tratamos até esta etapa do texto são importantes para entendermos que o *voguing* se constituiu como parte de um movimento contra-hegemônico e, também, como parte do capitalismo pós-moderno. Tal condição não é contraditória, mas apenas sintomática dessa força axiomatizante de que tratamos acima. Para persistir neste argumento, basta lembrar que o *voguing* reside nas zonas fronteiriças de classe, de gênero e de etnia e, por esta razão, não se amolda nem ao sistema hegemônico e nem aos movimentos contestatórios autenticados por metanarrativas. Isso faz do *voguing* um movimento dissidente, isto é, parte de um coletivo destituído de um padrão de pureza, desprovido de filiações identitária fixas e, ainda, desenraizado de metanarrativas que o legitime como movimento social.

A história do *voguing* nos mostra que sua estética foi nutrida pelo incremento das tecnologias na segunda metade do século XX, quando ocorreu um excepcional adensamento de imagens, retratando a associação do corpo de homens e mulheres a mercadorias e comportamentos equalizados ao perfil hedônico e narcísico pós-moderno. Foi no desenrolar deste contexto que, no cinema, nasceram as celebridades³ e o *star system* (Morin, 1989), integrando um complexo jogo imagético imbuído da função de atrair pessoas comuns para um “modelo de vida” mítico carregado de afeto.

Paulatinamente, essas celebridades foram sendo mergulhadas numa ampla rede do mercado, dispondo seus corpos para um circuito complexo de consumo, o que envolvia desde a alta costura⁴, maquiagem e assessórios; até comportamentos que ligavam o corpo célebre a perfis específicos de sociabilidade, como shopping-centers, restaurantes, esportes, viagens... Neste contexto de tamanha significação política da indústria do entretenimento, celebridades, que vão de Monroe a Madonna, de Brando a Jackson, corporificavam, não somente o fruto de sua arte, mas “perspectivas de vida”.

Uma das marcas do tempo pós-moderno, segundo Featherstone (1995), é a dificuldade de discernir ficção e realidade, uma vez que o complexo sistema de difusão

³ O nascimento das celebridades é anterior ao tempo que designamos de pós-moderno, no entanto, desejamos destacar a intensificação da mediatização e estetização da vida cotidiana integrados ao *star system* no cenário posterior à Segunda Guerra.

⁴ Cidreira (2005) nos lembra que a produção industrial em larga escala a partir de 1963 permitiu a popularização de peças do vestuário em lojas de departamento (*prêt-à-porter*), o que abriu a possibilidade de consumo em massa de roupas muito semelhantes a estética da alta costura.

de imagem embaralha estes limites e aproxima as formas míticas da realidade de pessoas comuns. Este processo ocorre em direção dupla: tanto porque a vida ordinária se torna saturada de apelos sensoriais e imagens fictícias, como também porque a própria vida banal das celebridades (seus trejeitos, hábitos, estilos...) se torna objeto de admiração e desejo. Esta situação é o resultado da própria profusão de imagens no capitalismo pós-industrial, fato este que replicou na vida comum das pessoas um volume tão extraordinário de fotografias, corpos e logomarcas, que dificilmente um sujeito consegue elaborar suas representações e memórias pessoais fora deste panteão de imagens.

Num olhar marxista tradicional, esses simulacros inventados pelo mercado são puramente fetichizados e, portanto, alienam os sujeitos de tal modo que liquidariam a pretendida revolução. Aqui optamos por afastar de radicalismos semelhantes, pois entendemos que os processos de subjetivação articulados pelo mercado possuem porosidades que podem contribuir para a composição de singularidades rebeldes. A própria multiplicação de artigos de moda no pós-guerra contribuiu para a composição visual de alteridades pelo corpo, servindo para anunciar posturas subversivas, mas, também, servindo para movimentar nichos específicos do mercado. Também é útil lembrar que os sujeitos contemporâneos articulam táticas de resistência no interior deste mundo adensado de imagens, logo, não se deixa de existir socialmente, para depois acionar a consciência crítica. Butler (2019b) já nos alertava sobre o fato de que o sujeito não escolhe as identificações que usa, ao contrário, segundo ela, o sujeito está inscrito incoerentemente nestas referências e, por efeito, elas podem ser agenciadas como ato político.

Ao mesmo tempo que os sujeitos estão imbricados nesse trânsito de significados, eles também atualizam seus usos na medida que aderem novas representações e desestabilizam seus padrões. Certeau (1998) também compartilha ideia semelhante, ao entender que a circulação de uma representação pelos veículos de mídia não basta para compreender os significados que ela pode ganhar para os usuários. Segundo o autor, é fundamental esquadrihar a manipulação pelos praticantes que não fabricam as representações “originais”, pois, segundo Certeau, é neste exercício analítico que o pesquisador pode vislumbrar diferenças e semelhanças entre a produção da imagem “original” e a produção da imagem secundária, camuflada nos processos de sua utilização.

É precisamente isso que ocorre no *voguing*. Quando, motivados pelas divas fotografadas pela revista, performers utilizaram poses como marcadores pessoais de identidade, anunciando a emancipação de subjetividades pela linguagem corpórea. A performance não replica Greta Garbo ou Darlene Dietrich, mas, sim, hiperboliza caricaturas de uma feminilidade desessencializada, tornando-a performável em qualquer corpo. Com isso, *voguers* realizam uma dupla subversão: primeiro, satirizam a estética aristocrática que lhes foi negada, principalmente quando impõe a sua própria versão de *glamour*; segundo, denunciam a inexistência de um ideal regulador de gênero, ou seja, apresentam uma imitação de gênero transponível em qualquer corpo que assim queira. Ao *vogar*, performers resgatam poses das divas, invocam a estética hegemônica sugerida pela *Revista Vogue*, mas, antes de tudo, apresentam a sua individualidade corpórea, como ocasião para visibilizar subjetividades.

A moda, para *voguers*, consiste na oportunidade de fazer uso da mimese como tática pessoal de diferenciação; isto é, *vogar* permite reiterar uma cadeia preexistente de códigos estéticos, sem perder de vista os modos individuais de transmutação. Desse modo, os artefatos e os discursos aderidos aos corpos das celebridades para veicular representações alinhadas ao capitalismo pós-moderno, como tratamos anteriormente, pareceriam se impor como força uniformizadora. Contudo, *voguers* se apropriam destas imagens como propulsão da representatividade, já que a estética que lhes foi negada é aqui politicamente reapropriada como signo de rebeldia.

Acerca do contexto espacial, o *voguing* se traduziu como resposta a um processo politicamente induzido de exclusão social, racial e de gênero, na égide do conservadorismo higienista. O pensamento eugenista legado pelo racionalismo positivista adentrou o século XX, inspirando intervenções urbanas que recrudesceram a segregação espacial dos grupos marginalizados. Em Nova York, enquanto a classe média conseguia crédito imobiliário para migrar para os *suburbs*, a população negra e pobre se aglomerava nos guetos de Manhattan, fato que intensificou a marginalidade, a violência urbana e o tráfico (Harvey, 2012).

Neste contexto de exclusão, foram insurgindo cenas culturais alternativas nas periferias, inspiradas numa revolta contra o regime político excludente e contra os efeitos cruéis do capital especulativo. Bairros como Harlem, Bronx e Brooklyn eram majoritariamente compostos por negros e latinos excluídos do sistema e, por convierem

com dilemas comuns, tinham expressões como o *rap* ou o *hip-hop* como formas de representatividade da causa social. Entretanto, embora cenas *underground* nestes espaços de exclusão tivessem causas raciais e étnicas como intersecção, elas não tinham como questão as identidades de gênero e, muito menos, dilemas associados à orientação sexual. A partir disso, torna-se possível observar por que gays hispano-afrodescendentes residentes nas periferias de Nova York daquele contexto eram excluídos em três marcadores sociais: classe, etnia e gênero (Gusmão, 2021).

Como agravante é também preciso lembrar que muitos dos espaços gays de Manhattan demonstravam hostis para a condição negra, afeminada e de subúrbio. Portanto, sem espaços de sociabilidade fora dos ciclos *underground*, a comunidade gay periférica começou a organizar as *houses*. As *houses* funcionavam como *families*, isto é, serviam de amparo para membros da comunidade gay expulsos do convívio com a família biológica, destacando-se como importantes espaços de sociabilidade e expressão artística. Nesta ocasião surgem os *balls*, quando *houses* se encontram para rivalizar entre si, tendo o *voguing* como uma das categorias de competição (Lawrence, 2011).

Ora, como já mencionamos, expressões culturais contra-hegemônicas, como o *voguing*, são permeáveis aos códigos estéticos que circulam na sociedade, até mesmo porque lidam com os signos de poder que lhe atravessam. Isso ajuda a compreender como os padrões de feminilidade hiperbolicamente performatizados no *voguing* carregam o sistema de valores massificados pelos veículos de mídia da época. Não é qualquer feminilidade, é a feminilidade hipertrófica e caricatural de um *status* desejado, mas também transmutado. A *Revista Vogue*, então, aparece como inspiração para caricaturar a notoriedade que foi removida do horizonte de possibilidades de gays hispano-afrodescendentes da periferia novaiorquina. Como resposta, o *voguing* insurge para preencher as lacunas deixadas pelas poses estáticas que a revista publicou, dotando-lhe de movimento. De igual modo, este preenchimento de arestas também serve como ocasião para performar uma feminilidade aberta à recriação.

Voguers acentuam a afeminação que serviram para aviltamento do corpo gay periférico e, por operar na zona de fronteiras (de gênero, de classe e de etnia), performers arrebatam as amarras do comedimento e amplificam o poder de afecção do corpo performático sobre outros corpos numa ação coletiva de empoderamento. Entendemos que o fato de o *voguing* existir como performance dissidente abre possibilidades para que

o exagero se torne favorável ao empoderamento de minorias sexuais. Por isso, chamamos atenção para as proximidades do *voguing* com a estética *camp*, sobretudo porque ambos demonstram predileção pelo extravagante e pelo pastiche, que produzem duplos sentidos. Segundo Sontag (2020) o *camp* põe tudo entre aspas e, por efeito, transtorna dicotomias como homem/mulher, elegante/vulgar, bonito/feio, eles/nós... É somente o comedimento que respeita os binários, o exagero, por outro lado, os extrapola e se abre como novas possibilidades discursivas. Ao também recorrerem às aspas, *voguers* reativam ludicamente a dimensão política do seu corpo, porque coletivamente performam na zona fronteira dessas dicotomias tratadas por Sontag.

3. O corpo, a memória e a performance

Como observado na seção anterior, a performance superlativa do *voguing* incorpora os padrões estéticos estabelecidos hegemonicamente, mas, simultaneamente, os subverte quando permite uma revisão satírica destes mesmos padrões. Toda esta dinâmica de incorporação/subversão ocorre pelo discurso sedimentado no corpo, até mesmo porque a linguagem nos *ballrooms* é, acima de tudo, corporal, e, como tal, depende de gestos, indumentárias e performances para anunciar subjetividades e potencializar sinergias.

O corpo, portanto, funciona como lugar privilegiado de discursos e memórias, possibilitando, por aderir novas textualidades aos significados atualizados na memória. Também interessado em compreender esta relação simbiótica entre corpo e memória, Connerton (1999) observa que as relações reiteradas do corpo com os objetos circundantes ocorrem graças à existência de uma memória corporal, fato este que nos permite entender gestos e movimentos como partes de um arcabouço mnemônicos reificado no ato. Assim sendo, os padrões gestuais funcionam como linguagem, devido ao fato de que a repetição e a regularidade produzem linguagens específicas que, por sua vez, comunicam. Ora, se a reiteração põe a linguagem corporal dentro de um padrão de normalidade comunicacional, logo, o rompimento deste padrão gera desconfortos por conta da ilegibilidade resultante da infração de normas reiteradas. De igual modo, a hipérbole caricatural destes padrões também assusta porque infringe as fronteiras do razoável, subvertendo, tanto pela saturação, como pela ridicularização do ideal. Como

aponta Connerton (1999), a caricatura ridiculariza a autoridade corporizada, pois, tão logo a paródia revisita e agudiza os estereótipos, ela denuncia a artificialidade do ideal regulador, desnaturalizando-o.

Como já mencionamos, o *voguing* se apresenta como a performance satírica sobre uma feminilidade desessencializada, isto é, uma feminilidade inexistente como substância, mas performatizável em corpos que escapam padrões socialmente convencionados. É exatamente neste mecanismo que reside a reviravolta dos padrões: ao passo que a *Revista Vogue* oferece um cardápio de comportamentos e indumentárias inacessíveis para grupos marginalizados, estes sujeitos reapropriaram superlativamente destes mesmos padrões e, dele se munem, para expressar subjetividades represadas. A hiperfeminilidade imobilizada nas poses da Revista adquire movimento, adquire singularidade e, também, adquire sentido para os grupos banidos dos padrões hipernormativos que a mídia tradicional sugeriria.

É também útil lembrar que o corpo exibido na *Revista Vogue* é o corpo-produto que, segundo Ribeiro (2007), ofusca o sujeito histórico corporificado porque é meramente corpo-mercadoria inventado nos meandros da economia capitalista. Originalmente, o *voguing* lida com essas mesmas imagens do corpo-produto, tendo a *Revista Vogue* como matéria-prima para representar os corpos espetacularizados sob um novo discurso. Ao se apropriarem da superfície imagética do discurso aristocrático da revista, *performers* impõem um outro discurso, agora elegível em corpos banidos dos padrões originalmente dispostos na *Revista Vogue*. Não estamos sugerindo que, ao relerem os corpos das divas, os *voguers* sejam capazes de abstrair a sua materialidade sem a mediação discursiva; ao contrário, queremos aqui afirmar que *voguers* são capazes de sobrepor signos discursivos e borrar textualidades, fato que escancara o poder transitivo das representações de gênero, classe e cor.

A reviravolta discursiva do e sobre o corpo corre porque *voguers* emolduram seus corpos dentro de padrões gestuais roteirizados em seus arquivos mnemônicos, usando o pulso do “agora” como oportunidade para desenhar uma nova versão performativa. É pertinente acrescentar que, por meio de Halbwachs (2003), podemos tratar a memória como releitura do passado através de interesses do presente. Isto nos permite entender, então, que a memória edita representações pretéritas, a partir de desejos conscientes ou inconscientes que compõem o ser social no presente. Esta ideia sobre memória é útil para

tratarmos o *voguing* dentro de duas perspectivas: Primeiramente, porque performers fazem uso da força performativa de gênero que as poses das divas contêm. *Voguers* resgatam as regularidades gestuais do sexo feminino e apresentam-nas pela mediação seletiva da memória, ou seja, performers retratam, não a Marilyn, mas, sim, a uma versão de feminilidade e a ela impõe uma assinatura própria, que singulariza a gestualidade. Portanto, *vogar* significa interpretar signos de feminilidade conforme os interesses do performer, que finca nos seus gestos uma versão peculiar da performatividade de gênero. Desta maneira, não é demasiado lembrar, que, assim como a reprodução do passado pela memória apresenta falhas porque está sujeita a inferências dos interesses presentes, a performance de gênero também contém estas mesmas instabilidades porque existe apenas na ação transitiva e não como substância. Nesta direção, Bergson (2010) nos lembra que o corpo orienta a memória para o presente e, portanto, ajuda a torna-la uma eterna recriação, um eterno devir situado entre reprodução e recriação.

Além disso, é válido acrescentar que tratamos o corpo como um “lugar de memória”, cuja gestualidade opera pela regularidade comunicativa e cuja materialidade apresenta referenciais estéticos reiterados no discurso. Ademais, como “lugar de memória”, o corpo até pode ser traduzido como referencial empírico do passado, mas isso ocorre pela sobreposição de camadas discursivas que, inscritas nas relações de poder, geram coerência na decodificação do corpo segundo experiências pessoais. Isso justifica o fato de entendermos o corpo de *voguers* como “lugar de memória” porque, na sua materialidade, são transcritas representações pretéritas de gênero, e, ao mesmo tempo, são feitas recodificações por modos pessoais de experienciar e performar identidades numa lógica ambígua de autenticidade e teatralidade.

Segundo motivo pelo qual aproximamos o *voguing* do campo da memória social, é porque sua arte permite sublimar dores inerentes à trajetória do *ball culture* num passado nebuloso. É válido lembrar que a cena *voguing* deve ser originalmente entendida como uma reação às forças regulatórias engendradas por classes hegemônicas. A estética excludente impressa na mídia do pós-guerra, a espetacularização do corpo-produto sob padrões raciais, sociais e de gênero e, não menos importante, a ação política segregadora encorajada pela tragédia da AIDS no final do século XX, são alguns dos motivos de dor que aqui elencamos. As mágoas às quais nos referimos são decorrentes de discursos sobre o corpo e sobre a subjetividade de minorias sexuais, que, tão incisivamente, foram

estigmatizadas e repugnadas nos espaços urbanos. Como herança, o *voguing* resgata os mesmos gestos dos corpos execrados e os ressignifica na arte corporal coletiva, na catarse dos afetos potencializados no grupo, sublimando o passado, não para uma amnésia coletiva, mas para manter suas reminiscências sem o amargor residual que lhe é inerente.

Diante da necessidade de manter memórias sobre as identidades dos grupos minoritários, Assmann (2011: 26) lembra que a arte começa a ocupar mais fortemente a memória porque “a memória artística não funciona como armazenador, mas estimula os armazenadores, ao tematizar os processos de lembrar e esquecer”. Para ela, os artistas buscam um “glossário de sentimentos” como inspiração, que, ao nosso ver, precisamente no *voguing*, dão vida e paixão às poses. Fazer uma pose, para *voguers*, é mais que emoldurar uma imagem estática, é, sobretudo, performatizar subjetividades.

4. Lugares e corpos de resistência

Concebemos aqui as cidades como produtos da interação entre corpos e espacialidades, cujas simbioses também se encontram inseridas em complexas articulação de poder. A partir disso, compreendemos que estudos sobre o espaço jamais podem prescindir de análises sobre as temporalidades que nele interpõem camadas e, por efeito, participam das representações cotidianamente elaboradas pelos sujeitos. Para entender as relações sociais historicamente sobrepostas na cidade, bem como as relações de poder que as agencia, recorreremos a teóricos como Sennett (2003) e Foucault (1987; 1988) para perceber o modo como diversas cidades ocidentais espacializaram o *ethos* modernista.

Foi na transição do século XVIII para o XIX, que o rápido crescimento urbano europeu evidenciou novos desafios para o ordenamento político e econômico das cidades. A eclosão de epidemias, tais como a cólera e a sífilis também serviu de motivação para implementar uma política sanitária e higienista rigorosa nos grandes centros urbanos, tendo como foco principal as camadas sociais mais baixas. Por conseguinte, consolidaram-se discursos e práticas de assepsia espacial, que mesclavam saberes da engenharia, urbanismo e medicina, tendo por fim higienizar e moralizar os espaços e seus habitantes.

Conforme salienta Foucault (1995), a partir do século XVIII, o saber médico se aliou ao judiciário com intuito de aumentar a vigilância e controle dos sujeitos, fato este que ampliou a capacidade de penetração do poder. Este biopoder, como definiu Foucault, foi dotado de uma capacidade tentacular de adentrar a intimidade dos sujeitos, tanto pelo discurso, como por práticas médicas e judiciais, sob a retórica do higienismo. A ideologia sanitarista repercutiu na produção espacial e, também, na produção de corpos e suas subjetividades, convergindo saberes da medicina e do urbanismo na função de limpar o espaço urbano e readaptá-lo às prerrogativas moralizantes da burguesia.

Foi nesse cenário que as cidades foram reurbanizadas pela métrica racionalista, tendo como fim último o controle e a coerção de comportamentos que escapassem as fronteiras de “normalidade” estipuladas pela moral burguesa. Foram também estes mesmos pressupostos que orientaram o reordenamento de Paris no século XIX, quando os espaços labirínticos foram substituídos por bulevares retos e largos, que permitissem a eficiência da vigilância pela cavalaria policial (Sennett, 2003). De igual modo, a cidade modernista passou a ser mais iluminada e dotada com equipamentos para exercício de controle e coerção de comportamentos impróprios.

É também no século XIX que os europeus e os norte-americanos lidavam com os efeitos mais nefastos do rápido e desigual crescimento urbano. Cortiços e favelas eram habitados por indigentes e prostitutas, entendidos como preguiçosos e imorais (Taylor, 2018). Esta situação inspirou a suspeita da burguesia de uma degeneração da raça humana, produzindo um medo na classe média sobre o rápido crescimento da população marginalizada. Com efeito, inspirada no darwinismo social e no pensamento positivista, o século XX inicia com a fermentação de ideias eugenistas, que paulatinamente foram se transfigurando em regimes fascistas e na disseminação de intervenções urbanas de cunho higienista. Assim, no transcurso do século XX é possível observar a implementação de políticas urbanas voltadas à acentuação da segregação espacial dos sujeitos que seriam considerados uma ameaça ao núcleo familiar burguês tradicional.

Já na segunda metade do século XX, os impactos da Segunda Guerra estimularam os governos europeus e norte-americanos a regularem os papéis de gênero sob o prisma binário heterossexual com o objetivo de contribuir para o reordenamento econômico dos países atingidos (Preciado, 2020). Agora, o alvo do patrulhamento moralizante nas cidades passou a ser mais detidamente as sexualidades entendidas como desviantes. Sobre

o caso específico dos Estados Unidos, Harvey (2012) lembra que entre os anos 1940 e 1950 houve uma forte suburbanização⁵ de cidades, como Nova York, criando bairros nobres destinados a famílias de classe média que desejassem residir em locais distantes dos centros. A Manhattan de Robert Moses, como lembra Sennett (2003), foi sendo reorganizada pelo nexo do urbanismo rodoviarista, que priorizava a circulação carros pela desobstrução e alargamento das vias e progressiva marginalização de grupos segregados.

Na égide do “*American dream*”, o tensionamento de forças era bastante presente no espaço urbano novaiorquino, uma vez que, no decorrer da segunda metade do século, projetos de intervenção foram implantados para favorecer o capital corporativo, aprofundando a desigualdade social e a marginalização espacial. Não obstante, foi nos anos 1960 que, descontentes com o modelo de vida entranhado na cidade capitalista, a comunidade negra e jovens estudantes de classe média saíram às ruas para protestar (Sennett, 2003). Logo em seguida outras vozes preencheram as ruas, exigindo o direito de participar na dinâmica social que se construía num cenário de mudanças. A segunda onda do feminismo e movimento LGBT (com destaque para a rebelião de *Stonewall* em 1969) tornaram-se fundamentais para denunciar a opressão decorrente do racionalismo moderno e o fracasso deste modelo de sociedade.

Além da relevância desses movimentos sociais é útil destacar as novas variáveis que a eles se articulam. Lazzarato (2006), por exemplo, entende que, desde 1968, os movimentos sociais têm mostrado que as velhas dicotomias (oprimido/opressor, explorado/explorador) se tornaram obsoletas para se entender a multiplicidade de relações que aportaram nos movimentos de resistência. Chama-nos atenção que, para o autor, 1968 é apontado “ponto de ruptura e a linha de fuga da lógica de classe e da norma heterossexual” (Lazzarato, 2006: 92). Não que tais lógicas tenham desaparecido, mas o que o autor nos sugere é entender os movimentos de resistência como parte integrante de modos de subjetivação múltiplos que escapam os velhos dualismos.

Como mencionado, as cidades são produtos do tensionamento de forças que disputam pelo direito de participar do jogo de significados que integram a textualidade urbana. Nova York, à medida que se tornou num vetor econômico e cultural dentro da

⁵ O termo “*suburb*” diz respeito a bairros de classe média afastados dos centros urbanos. Durante a Guerra Fria, tais bairros adquiriram uma forte conotação higienista e moralista, alinhada ao interesse político de resguardar a família tradicional de uma guerra iminente e dos efeitos degradantes da desigualdade social.

lógica do capitalismo pós-moderno, passou a materializar claramente os efeitos paradoxais da especulação imobiliária e do capital financeiro. Ao mesmo tempo que estudantes, feministas, gays e ambientalistas aliançaram seus corpos nas ruas com o intuito de problematizar a sociedade que se tinha; paralelamente, o governo se empenhava em propagar o espaço urbano capitalista como o epicentro da liberdade de expressão e da diversidade, forjando o lado mais cruel do elitismo imobiliário.

Foi para propagação da ideologia hedônico-consumista, que a espacialidade urbana foi adquirindo relevo sob o jogo de sedução midiáticas que sustentou o discurso sectário da Nova York como terra da liberdade no ápice da Guerra Fria. Nos anos 1980, por exemplo, quando Reagan mobilizou o cinema como dispositivo midiático fundamental para disseminação ideológica, o espaço urbano ianque se tornou ambiência para um proselitismo neoliberal adocicado (Gusmão, 2019). Este fato se justificou porque a divulgação do espaço urbano de grandes cidades, a exemplo de Nova York, funcionava como sedução pela lógica da cidade-empresa, pois, neste discurso, os espaços e suas dinâmicas são plastificadas pelo enquadramento televisivo para atração de investimentos e turistas. É assim que muitas cidades foram intencionalmente capturadas por discursos que objetivam singularizá-las, como experiência sensorial e mercadológica irrepetível. Nesse processo, à medida que o capital foi garimpando novos nichos, as cidades também foram sendo transpassadas por discursos para atração espetacularizada de múltiplos segmentos de consumo. Para tal, tornou-se necessário propagar a singularidade urbana como experiência estética atrativa para gradientes específicos do mercado turístico, fato este que impulsionaria uma apropriação de territórios da contracultura *underground* com o fim de pacificá-los e integrá-los à exploração turística.

Foi nesse clima de cenarização dos espaços urbanos, que alguns territórios já utilizados para sociabilidade gay foram agenciados para a cena capitalista. Lentamente, a comunidade LGBT foi sendo desenhada como um segmento do mercado à medida que despertou atenção de empreendedores. Com o intuito de maximizar o poder sedutor do selo “*gay friendly*”, o empreendedorismo do ramo LGBT valeu-se do processo em curso de divulgação da cidade-empresa, reendereçando o marketing a uma mídia especializada em lidar com o público gay. Para garantir a eficácia, o discurso do empreendedorismo direcionado ao “mercado arco-íris” foi se espacializando em zonas específicas do

território urbano: hotéis, saunas, lojas e bares criaram uma ambientação fracionada do espaço urbano.

Quando definido como segmento pelas estratégias de publicidade, o mercado gay já se materializava em algumas territorialidades urbanas, criando uma ambiência ilusória de tolerância e aceitação. Se por um lado a homossexualidade se tornava admitida como prática nestes espaços, por outro, os territórios gays também estavam imbricados em diversos marcadores sociais que reataram formas de exclusão. Ao reproduzir as mesmas regras do jogo excludente e seletivo do mercado, os espaços “*gay friendly*” criaram novas trincheiras, na medida que admitiram um tipo específico de homossexualidade, do qual gays afeminados, negros, pobres ou pessoas transgêneras não puderam participar. Esta departamentalização do mercado LGBT integra a força da axiomática do capital, ou seja, trata-se da produção de subjetividades pelo sistema capitalista, que confere naturalidade, legitimidade e inteligibilidade aos processos de individualização por intermédio da lógica do capital.

Assim, é útil lembrar que, se um determinado território gay admite apenas a performatividade heteronormativa de gênero, é porque espaços como estes são produtos de sistemas de poder que replicam esquemas regulatórios dentro de novos códigos de normalidade. Isto nos permite lembrar que os espaços urbanos, em si, não podem ser entendidos como dotados de identidades de gênero, pois, trata-se muito mais de uma produção discursiva resultante dos usos que dele se faz (Cortés, 2008). Se um salão de beleza for entendido como espaço feminino, um estádio de futebol como espaço masculino, ou uma sauna como ambiência gay, é porque tais significados são construídos discursivamente e, de tão reiterados na memória, dotam os espaços de significados e representações. Dito isto, os espaços *gay friendly* precisam ser entendidos como produtos de forças sociais que ali são condensadas e, por efeito, redundam na combinação de variáveis que, ora integram, ora separam; ora incluem, ora excluem. Afinal, o espaço urbano é produto destas relações desiguais de poder que agenciam assimetricamente marcadores sociais, como raça, gênero ou classe social.

É também necessário ponderar o fato de que estamos tratando do contexto urbano estadunidense no pós-guerra e, portanto, reportando a um contexto fortemente permeado por um adensamento de apelos sensórios (sob tensionamentos geopolíticos), que emolduraram discursos sobre um ideal de corpo e um ideal de sujeito. Obviamente, a

construção de subjetividades no imaginário da cultura gay não ocorreu fora dos efeitos subjetivantes de corpos hipergenerificados da cultura estadunidense pós-guerra e é por isso que se pode falar de uma absorção da hipernormatividade de gênero, nítida, tanto na estética hiperviril, como também na gestualidade heteronormativa. Por conta disso, é possível afirmar que, ao integrar o campo do desejo e os usos dos corpos, referências estéticas não podem ser pensadas fora dos regimes de poder e, portanto, não podem ser experienciadas sem quaisquer critérios de legibilidade.

Como lembra Preciado (2018), a estrutura econômica mundial que se montou no pós-guerra depende de uma gestão biomidiática da subjetividade, que, operando pela interconexão de sistemas virtuais e audiovisuais, estruturou padrões performativos de gênero, fincando-os na materialidade corpórea. Essa regulação ainda hoje provoca uma dualidade frustração-excitação, que abastece uma ampla rede “psicofarmacológica” e, por conseguinte, aprofunda o controle do corpo como representação. Para comprovar o que afirma o autor, não são poucos os filmes hollywoodianos que, no final do século XX, retrataram homens viris de comportamento hedônico e individualista sob uma armadura de músculos hipertrofiados. Não que Hollywood tenha sido a causa, mas, sim, expressão do ideal de macho pós-moderno que se montava no imaginário estadunidense, cooperando para a propagação de referenciais morais e estéticos consubstanciado em corpos mediatizados.

Esse conjunto idealizações estéticas e políticas adentraram com força tão arrebatadora nos territórios gays de classe média, que escassamente os espaços de representatividade da causa LGBT dos anos 1960/1970 consideravam outras variações da homossexualidade como parte das pautas de contestação. É assim que gays afeminados, transsexuais, negros, periféricos, travestis e outras tantas multidões começaram, aos poucos, a contestar visibilidade fora da atmosfera pseudotolerante dos espaços selados pelo rótulo “*gay friendly*”. Não podemos aqui esquecer que ao início dos anos 1990 atribui-se a terceira onda do feminismo, impulsionada por situações análogas as críticas ao movimento feminista unitário de que trata Butler (2020). A grande importância desta terceira onda se deve ao fato de problematizar a singularidade do movimento feminista e incorporar outros tantos modos de contestar direitos, levando em conta as muitas pautas de luta que precisaram também ser incorporadas.

O advento do pensamento *queer* veio, então, como uma pertinente resposta para necessidade de mobilização de todas possibilidades de subjetivação e generificação. O que este movimento trouxe de revolucionário se assemelha ao que o *voguing* promove discursivamente no corpo, ou seja, a ideia de que a linguagem, como lugar de disputa, pode apontar meios eficientes de contestação e rebeldia contra discursos depreciativos. É assim que a condição de “anormalidade” foi revisitada como catapulta para militância pelo desejo de reconhecimento, inspirando as multidões *queer* a recorrerem aos mesmos discursos que lhes serviram de degradação, como modo de anunciar alteridade⁶.

De fato, podemos afirmar que aquele discurso hegemônico disposto nos corpos amplamente midiaticizados exerceu sua força de exclusão territorial e estigmatização social; mas, ao mesmo tempo, redundou em modos plurais de confronto. Inspirados numa ideia foucaultiana, lembramos que o poder não deve ser visto como força ativa que opera contra corpos passivos; ao contrário, o exercício do poder somente ocorre quando se pressupõe a resistência ativa que vem em sentido inverso; assim, de igual modo, a massificação de um modelo de vida no pós-guerra redundou numa multiplicação exponencial do desejo de resistir.

Outra ponderação que se faz necessária é o fato de que os novos modos de dominação exigiram a construção de novos modos de resistência, isto é, de formas muito peculiares de confronto, que, não raramente, são mal interpretadas pela militância tradicional. Tal situação ocorre porque as mobilizações tradicionais nasceram num contexto de crença ingênua na “identidade individual coerente” e naquilo que Lyotard (1988) chamou de metanarrativas de legitimação do saber; fato que motiva estes grupos a exigirem padrões unitários de rebeldia e a vislumbrarem uma revolução singular sob valores pretensamente universais. Quando hoje deparamos com microresistências que se munem dos códigos culturais hegemônicos para formulação de antagonismos, militantes tradicionais atacam com os mesmos argumentos universalistas que claramente caducaram. Neste contexto, o que o *voguing* e o movimento *queer* têm a nos ensinar é o fato de que as possibilidades resistências são muito maiores do que podemos supor e, além disso, a multiplicidade de peles, trejeitos e narrativas é muito maior do que julgava

⁶ O termo *queer* foi semanticamente reapropriado para representatividade da comunidade gay. Analogamente o *voguing* cria uma dobra semântica no *glamour*, pois reapropria dos marcadores de exclusão como reviravolta ao dispor do empoderamento.

a militância de outrora. O *vogar* revela este caleidoscópio de ressignificações do corpo, celebrando sua potência subversiva, por vezes, ilegível para a militância convencional.

Ademais, entender o *voguing* como expressão performática do pensamento *queer*, amplia o debate e nos impede de esquecer o corpo como lugar privilegiado de disputa e empoderamento. Nesta oportunidade também reside o combate à hiperterritorialização sectária de uma identidade gay singular, convocando todas as outras variáveis, até então marginalizadas, à desguetização da diversidade e disposição dos corpos em aliança nas ruas. Do ponto de vista espacial, ambos, *voguing* e o pensamento *queer*, desde os anos 1990, têm transbordado fronteiras territoriais, produzindo “uma fenda na esfera de aparecimento, expondo a contradição por meio da qual a sua reivindicação de universalidade é proposta e anulada” (Butler, 2019a: 57-58).

Esse transbordamento aponta para uma possibilidade rica: a de levar para as ruas corpos que criem cenas de dissenso, que, pelo desconforto que produzem, anunciam o direito à visibilidade. A memória que tratamos anteriormente muito mais aponta para o presente do que para o passado, visto que os repertórios de reiteração sedimentados em nossa materialidade corpórea, nos lembra que, para além da repetição, existe a atualização de identidades, inclusive, de gênero. Estilizar o gênero nas ruas é meio de reescrevê-las a partir de idiosincrasias que, exatamente por teatralizar subjetividades, tornam-se em ato político. Assim, a memória nos serve de apoio para repetir os moldes de gênero que nos antecede, mas, também, a memória cria fissuras que desnaturalizam o gênero e trazem à tona o caráter construído das subjetividades que impregnam os corpos.

Considerações finais

Mediante a contextualização histórica e espacial que nos esforçamos para tratar neste texto, reconhecemos o *voguing* como resultado de uma linha difusa no limiar entre ser um sujeito individual e tornar-se pelos códigos estéticos já existentes. É por este motivo que justificamos a necessidade de uma abordagem contextualizada e multi-situada sobre o *voguing* e sobre qualquer movimento de resistência contemporâneo, de modo que velhas dicotomias não turvem a percepção das novas variáveis que integram as relações de poder na contemporaneidade.

Por fim, defendemos que não faz sentido recuperar pretensões universalistas da militância de outrora para avaliar a legitimidade do *voguing* como ato de contestação e resistência, uma vez que a dimensão do corpo não pode ser tratada fora do seu contexto espaço-temporal de onde brotam mobilização. Daí, insistimos em tratar o *voguing* como expressão de resistência de grupos

dissidentes, que, em suas práticas ordinárias de vida, encontraram mecanismos de insubordinação aos padrões estéticos hegemônicos, transfigurando-os em vetores de alteridade. A beleza desta resistência situa na transmutação do código, que, ao rasurá-lo pela desobediência, traz os corpos precários à cena de negociação de significados.

Referências bibliográficas

- ASSMANN, Aleida (2011), *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*, Campinas, Editora Unicamp.
- BERGSON, Henri (2010), *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*, São Paulo, WMF Martins Fontes.
- BUTLER, Judith (2019a), *Corpos em aliança e a política as ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BUTLER, Judith (2019b), *Corpos que importam: os limites discursivos do 'sexo'*, São Paulo, n-1 Ed.
- BUTLER, Judith (2020), *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CERTEAU, Michel (1998), *A invenção do cotidiano – Vol. 1: Artes de fazer*, Petrópolis, Editora Vozes.
- CIDREIRA, Renata Pitombo (2005), *Os sentidos da moda: vestuário, comunicação e cultura*, São Paulo, Annablume.
- COHEN, Renato (2002), *Performance como linguagem: criação de um tempo-espço de experimentação*, São Paulo, Perspectiva.
- CONNERTON, Paul (1999), *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Ed. Celta.
- CORTÉS, José Miguel (2008), *Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social*, São Paulo, Editora Senac.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix (2011), *O anti-édipo*, São Paulo, Editora 34.
- FEATHERSTONE, Mike (1995), *Cultura de consumo e pós-modernismo*, São Paulo, Studio Nobel.
- FOUCAULT, Michel (1988), *História da sexualidade – Vol. 1: A vontade de saber*, Rio de Janeiro, Edições Graal.
- FOUCAULT, Michel (1995), “O sujeito e o poder”, in DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul (eds.), *Michel Foucault, uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, pp. 231-249.
- FOUCAULT, Michel (1987), *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, Petrópolis, Vozes.
- GUSMÃO, Roney (2019), “Curtindo a Vida Adoidado: o hedonismo pós-moderno e a moralidade neoliberal da era Reagan”, *Significação: Revista de Cultura Audiovisual*, 46 (52), pp. 229-245.
- GUSMÃO, Roney (2021), *Memória, corpo e cidade: vouging como resistência pós-moderna*, Santa Maria, Editora UFSM.
- HAESBAERT, Rogério (2021), *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina*, Niterói, Universidade Federal Fluminense.

- HALBWACHS, Maurice (2003), *A memória coletiva*, São Paulo, Centauro.
- HARVEY, David (2012), “O direito à cidade”, *Lutas Sociais*, 29 (1), pp. 73-89.
- LAWRENCE, Tim (2011), “A history of Drag balls houses and the culture of voguing”, in: BAKER, Stuart (ed.), *Voguing and the House Ballroom Scene of New York City 1989-92* [S. l.], Soul Jazz Record, pp. 20-25.
- LYOTARD, Jean-François (1988), *O pós-moderno*, Rio de Janeiro, José Olympio Ed.
- LAZZARATTO, Maurizio (2006), *As revoluções do capitalismo*, Rio de Janeiro, Civilização brasileira.
- MORIN, Edgar (1989), *As estrelas: mito e sedução no cinema*, Rio de Janeiro, José Olympio.
- PRECIADO, Paul (2020), *Pornotopia: Playboy e a invenção da sexualidade multimídia*, São Paulo, n-1 Ed.
- PRECIADO, Paul (2018), *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*, São Paulo, n-1 Ed.
- RIBEIRO, Ana. Torres (2007), “Corpo e imagem: alguns enredamentos urbanos”, in RIBEIRO, Ana Torres (ed.), *Resistências em espaços opacos - Número especial Cadernos do PPG-AU/FAUFBA*, Salvador, PPG-AU/FAUFBA.
- SENNETT, Richard (2003), *Carne e pedra*, Rio de Janeiro, Record.
- SONTAG, Susan (2020), “Notas sobre o Camp”, in SONTAG, Susan (ed.), *Contra a interpretação: e outros ensaios*, São Paulo, Companhia das Letras, pp. 55-57.
- TAYLOR, Chloë (2018), “Biopoder”, in TAYLOR, Dianna (ed.), *Michel Foucault: conceitos fundamentais*, Petrópolis, Vozes, pp. 58-75.

Roney Gusmão. Professor adjunto do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas – CECULT da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Endereço: R. Gen. Argôlo - Centro, Santo Amaro - BA, 44200-000, Brasil. E-mail: roney@ufrb.edu.br

Artigo recebido em 1 de novembro de 2021. Aprovado para publicação em 12 de março de 2022.

Religião e mídia: o caso da reportagem “O Segredo dos Deuses” sobre a Igreja Universal do Reino de Deus

Ana Maria Gonçalves dos Santos
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo

Este artigo pretende explorar a relação entre os média e a Igreja Universal do Reino de Deus em Portugal a partir de um caso de estudo: a polémica reportagem da TVI, “O Segredo dos Deuses”, emitida entre 11 e 22 de dezembro de 2017. Para tal, analisa-se o conteúdo desta série informativa e outras notícias da TVI, assim como algumas publicações da imprensa nacional, das quais se destacam artigos e reportagens publicados pelos periódicos *Observador*, *Expresso*, *Público*, *Sábado* e *Correio da Manhã*. Por fim, far-se-á um breve percurso pelo posicionamento da instituição religiosa visada a partir do seu jornal *Folha de Portugal*.

Palavras-chave: Igreja Universal do Reino de Deus; minorias religiosas; mídia.

Religion and media: the case of the informative series “The Secret of the Gods” and the Universal Church of the Kingdom of God

Abstract

This article aims to explore the relationship between the media and the Universal Church of the Kingdom of God in Portugal, based on a case study: the controversial informative series broadcasted by TVI between December 11th and 22nd 2017, entitled “The Secret of the Gods”. For that end, this article analyses the content of this television piece and other news transmitted by TVI, as well as some publications from the national press, such as articles and reports by the periodicals *Observador*, *Expresso*, *Público*, *Sábado* and *Correio da Manhã*. Finally, this article will give a brief overview of the UCKG’s stance on this matter by using some material published in its newspaper *Folha de Portugal*.

Keywords: Universal Church of the Kingdom of God; religious minorities; media

Religion et médias: le cas du rapport “Le Secret des Dieux” sur l’Église Universelle du Royaume de Dieu

Resumé

Cet article vise à explorer la relation entre les médias et l’Église universelle du Royaume de Dieu au Portugal à partir d’une étude de cas: le reportage controversé de TVI, “Le Secret des Dieux”, transmis entre le 11 et le 22 décembre 2017. En plus du contenu de la pièce journalistique et d’autres nouvelles de TVI s’analyse certaines publications de la presse nationale, dont se distinguent les articles et reportages publiés par les périodiques *Observador*, *Expresso*, *Público*, *Sábado* et *Correio da Manhã*. Enfin, un bref exposé sera fait à travers le positionnement de l’institution religieuse ciblée sur la base de son journal *Folha de Portugal*.

Mots-clés: Église universelle du Royaume de Dieu; minorités religieuses; médias

Religión y medios de comunicación: el caso del reportaje “El Secreto de los Dioses” sobre la Iglesia Universal del Reino de Dios

Resumen

Este artículo tiene como objetivo explorar la relación entre los medios de comunicación y la Iglesia Universal del Reino de Dios en Portugal a partir de un estudio de caso: el controvertido reportaje de TVI, “El Secreto de los Dioses”, emitido entre el 11 y el 22 de diciembre de 2017. Se analiza el contenido de esta pieza y otras publicaciones de TVI, así como algunas publicaciones de la prensa nacional, de las cuales se destacan artículos y reportajes publicados en los periódicos *Observador*, *Expresso*, *Público*, *Sábado* y *Correio da Manhã*. Finalmente, se hará un breve recorrido por el posicionamiento de la institución religiosa apuntada a partir de su diario *Folha de Portugal*.

Palabras-clave: Iglesia Universal del Reino de Dios; minorías religiosas; medios de comunicación

1. Introdução

Neste artigo pretende-se compreender a tensão mais ou menos contínua entre a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e os meios de comunicação social portugueses. Embora esta questão esteja subexplorada, ela não é uma novidade na produção científica portuguesa. A presença desta denominação no território nacional esteve, praticamente desde a sua implantação, marcada por polémicas. Miguel Farias (1999) foi dos primeiros investigadores a notar o papel dos meios de comunicação social, enquanto informantes da opinião pública, na construção de uma imagem pública essencialmente negativa desta igreja junto da sociedade portuguesa. No universo religioso português, à eventual exceção das Testemunhas de Jeová, o escrutínio mediático experienciado pela Universal não tem comparação, mesmo entre grupos religiosos minoritários com práticas rituais e crenças

semelhantes como, por exemplo, a Igreja Maná. Este grau e tipo de cobertura mediática terá ajudado a consolidar uma atitude de desconfiança por uma larga parte da sociedade portuguesa em relação à IURD.

Para as questões que serão aqui exploradas, é pertinente lembrar que, desde os anos 1980, o surgimento de Novos Movimentos Religiosos (NMRs) na Europa levantou acesos debates públicos em vários Estados-membro. A discussão relativamente a estes grupos religiosos esteve, quase sempre, voltada para a tentativa de estabelecer-se uma distinção entre comunidades religiosas e seitas. Entendia-se que as primeiras não levantavam qualquer problema, enquanto as segundas deveriam ser alvo de controlo e, se necessário, ter as suas atividades restringidas. Não obstante as tentativas de encontrar definições precisas que estabelecessem a diferença entre os dois conceitos e diferenciasssem o “bom” do “mau” proselitismo, «nem historiadores nem sociólogos da religião conseguiram uma fronteira precisa entre os dois termos, em boa parte pela impossibilidade conceptual e consensual para o termo seita» (Vilaça, 2006: 51). Ainda assim, muitos destes grupos religiosos, ainda que não tenham sido oficialmente proscritos, enfrentaram sérias resistências e preconceito social.

A desconfiança generalizada perante as *seitas* veio, segundo as autoras Françoise Champion e Martine Cohen (1999), em primeiro lugar, de associações e movimentos anti seitas, e em segundo lugar, dos média. O papel destes últimos na difusão do “pânico moral” (Cohen, 2002) tendo determinados grupos sociais como alvo, nomeadamente grupos religiosos minoritários, assumiu de facto importância em muitos países europeus. Em 1995, o sentido de ameaça que os NMRs poderiam representar levou, por exemplo, à elaboração de um relatório parlamentar em França. Este identificou 173 “movimentos sectários” (sendo a IURD um deles), mas gerou profundas críticas do mundo académico pela imprecisão científica das categorias e metodologia seguidas (Introvigne e Melton, 1996). O debate público em torno dos NMRs revelou como, de um modo geral, havia ainda limitações no quadro do pluralismo religioso na Europa, ainda que em diferentes graus dependendo do contexto nacional.

No caso português, a IURD foi dos grupos religiosos que mais estiveram no centro do debate público sobre pluralismo e liberdade religiosa no país. Também na sequência de uma opinião pública que tendia a identificá-la como uma seita religiosa e, por isso, tendencialmente desfavorável à sua presença no país, as autoridades políticas foram chamadas a intervir e endereçar o problema da reconfiguração do campo religioso português. Assim, em 2001, foi aprovada a nova Lei da Liberdade Religiosa. Embora então a IURD não tenha sido contemplada pela nova lei por não estar presente em Portugal há mais de trinta anos, «teve, assim, a virtualidade de interpelar, pela primeira vez, a

sociedade portuguesa em termos do pluralismo de crenças, promovendo a sua discussão, quer nos círculos religiosos institucionalizados, políticos, intelectuais e científicos, quer na sociedade civil, fortemente mobilizada pelos meios de comunicação social» (Vilaça, 2006: 156).

O pressuposto deste artigo é que, em finais de 2017, a TVI exibiu uma reportagem de investigação intitulada “O Segredo dos Deuses” que viria a reforçar o sentimento de desconfiança e anti seita em relação à IURD. A pretexto de expor alegados crimes cometidos por membros da instituição religiosa, a reportagem jornalística adotou um viés sensacionalista que influenciou a mobilização popular contra esta denominação. Dada a gravidade das alegações aí feitas, é importante refletir-se sobre a responsabilidade dos média em *informar* o público e não em *influenciar* a opinião pública. Procurar-se-á mostrar como outros canais da imprensa nacional, pelo menos numa fase inicial, e antes de qualquer investigação por parte das autoridades competentes, reproduziram e tomaram como adquiridas as alegações feitas na reportagem da TVI. Por último, ver-se-á o posicionamento da IURD a propósito desta.

Opções metodológicas

Nesta investigação assumiu-se uma abordagem eminentemente histórica, dada a preferência pela consulta de fontes documentais. Optou-se por uma metodologia qualitativa designada crítica histórica, partindo da premissa de que os “documentos [...] são «testemunhas» que fornecem um «testemunho»” (Saint-Georges, 1997: 42). A imprensa, enquanto meio construtor da realidade social (Tuchman, 1978), constitui um recurso válido para o estudo de certos fenómenos sociais. No estudo presente, é justamente a produção escrita e audiovisual dos média nacionais e a construção da narrativa sobre um grupo religioso minoritário que importa analisar. Procura-se aqui reconstituir as ideias e opiniões que os média veicularam e, em larga medida, construíram sobre uma comunidade religiosa e o modo como a IURD recorreu aos seus próprios meios de comunicação para tecer uma narrativa alternativa.

Para tal, analisou-se qualitativamente os conteúdos da reportagem televisiva “O Segredo dos Deuses”, das publicações escritas no *website* da TVI e de outros canais da comunicação social portuguesa que versassem sobre o mesmo assunto. Além da empresa TVI, recolheu-se uma amostra em *websites* de diferentes canais da imprensa portuguesa – jornais e revistas –, dando preferência àqueles com maior circulação a nível nacional. A escolha recaiu sobre os periódicos *Observador*, *Público*, *Expresso*, *Correio da Manhã* e *Sábado*. Foi feita uma pesquisa usando as palavras-chave “IURD”, “adoções ilegais”, “Edir Macedo” e “Segredo dos Deuses” e recolheu-se uma amostra total

de 51 entradas nas páginas destes cinco periódicos. Nestes 51 documentos fez-se, posteriormente, a análise de conteúdo e as suas linhas gerais serão sintetizadas neste artigo.

Além da imprensa generalista portuguesa, afigurou-se de igual modo importante fazer o levantamento da cobertura dada a este tópico na imprensa da igreja visada na reportagem da TVI. Assim, consultaram-se algumas publicações do jornal *Folha de Portugal* (propriedade da IURD em Portugal) disponíveis *online*. Em maio de 2019 foi lançada uma edição especial que versava unicamente o assunto em causa. Consultaram-se também as edições deste semanário entre dezembro de 2017 (exibição da reportagem) e maio de 2019 (lançamento da edição única onde se publica a tomada de posição da IURD sobre a reportagem), com o intuito de perceber se a igreja dera destaque a este tema através do seu jornal. A metodologia utilizada em todas as fontes consultadas foi a análise de conteúdo numa perspetiva qualitativa. Ou seja, a partir dos documentos observados, procurou-se interpretar os significados atribuídos aos objetos-alvo desses discursos e textos.

2. Contextualização histórica e sociológica da IURD em Portugal

A Igreja Universal do Reino de Deus foi fundada no Rio de Janeiro em 1977. Nos seus primórdios, constituiu um fenómeno religioso sectário (Campos, 2000) que, gradualmente, acabou por se tornar uma igreja institucionalizada e burocratizada no sentido weberiano. A transnacionalização da IURD iniciou-se em 1985, tendo sido o primeiro templo da IURD em Portugal inaugurado em Lisboa no ano de 1989. Ao longo da década de 1990 a instituição continuou a sua expansão internacional, conseguindo assegurar a sua presença – mesmo que, em alguns países, meramente simbólica – em quase todos os continentes (Corten, Dozon e Oro, 2003).

Em 1995, chegada a Portugal há apenas cinco anos, a Universal conseguiu assegurar o maior número de templos fora do Brasil. Nesse ano, a denominação já contava com 50 locais de culto no território português (Freston, 1999: 389). A questão do número de fiéis da IURD em Portugal é, não só nesta fase inicial, como na atualidade, um tanto ou quanto problemática. Paul Freston (1999) e Clara Mafra (2003) questionavam as estimativas feitas em 1995, quer pelos meios de comunicação social, quer pela própria igreja, de cerca de 200 mil fiéis em Portugal. Estes números carecem de fundamento e verificação fidedigna. Segundo estudos académicos mais recentes a Igreja Universal do Reino de Deus representa apenas 0,1% no contexto religioso português (Vilaça, 2013: 89). Porém, esta cifra, além de ser apontada com algumas reservas por parte dos próprios investigadores, não oferece mais do que uma percentagem. É um indicador comparativo útil, mas ao qual escapa o

conhecimento do perfil sociodemográfico deste grupo religioso. Alguns autores (Freston, 1999; Ruuth e Rodrigues, 1999; Mafra, 2002; Rodrigues e Silva, 2014) avançaram algumas hipóteses neste sentido para os anos iniciais de implantação da IURD em Portugal. A membresia da igreja seria tipicamente composta por imigrantes de origem brasileira e africana, mulheres, pessoas com baixo nível de escolaridade, oriundas de meios sociais mais pobres, desempregados e idosos. É provável que este perfil se tenha alterado, tendo hoje mais indivíduos de classe média, jovens com formação universitária, mas não existem, de momento, dados recentes que possam dar pistas no conhecimento do perfil sociodemográfico desta comunidade religiosa em Portugal.

Regressemos aos anos iniciais da implantação da Universal em território português. É necessário recuar à década de 1990 para compreender as origens da tensão mais ou menos contínua entre esta instituição religiosa e os meios de comunicação social nacionais. É útil lembrar que este era um contexto de forte expansão do pentecostalismo a nível mundial, com uma significativa aposta neste sentido por parte das igrejas neopentecostais. No caso da Igreja Universal, foi a década em que mais investiu na abertura de templos noutros países e, como tal, constitui um período de grande crescimento em número de fiéis por todo o mundo. Também numa perspetiva de crescimento de recursos, foi nos anos de 1990 que a igreja adquiriu no Brasil a estação televisiva *Rede Record*. Existe, portanto, uma coincidência temporal entre a chegada a Portugal desta igreja e o seu auge de crescimento, e o acentuar de polémicas e problemas enfrentados pela Universal no Brasil.

Desde o início da década de 1990, a imprensa brasileira reportava alegadas atividades ilegais ou, no mínimo, suspeitas por parte da hierarquia da igreja, nomeadamente por parte de um dos seus fundadores e responsável máximo, Edir Macedo. Começavam então a surgir as acusações de fraude fiscal, charlatanismo, curandeirismo, entre outras, na imprensa brasileira. Em 1992 o bispo Edir Macedo foi detido na cidade de São Paulo no Brasil, e esteve preso durante 11 dias, sendo então libertado. Porém, os relatos de alegadas ilegalidades por parte de líderes eclesiais mantiveram-se nos meios de comunicação social brasileiros. Um caso altamente polémico foi o de Carlos Magno, ex-pastor da Universal, que em 1995 denunciou publicamente aquilo que defendia ser uma viragem da hierarquia da IURD de uma vivência espiritual para uma orientação mercantilista e para a construção de um poder financeiro.

Este tipo de cobertura alimentava a *dialética da perseguição* (nós *versus* os outros, os “de fora” da igreja) de que nos fala Clara Mafra (2002). Em particular entre os anos de 1994 e 1996, tanto no Brasil, como em Portugal, ao polarizar eventuais sentimentos de ataque-perseguição, a igreja afirmava estar a crescer mais do que nunca. Este era o “efeito omelete”, como lhe chamou o próprio

bispo Edir Macedo, isto é, «quanto mais bate, mais ela [a igreja] cresce» (Macedo *apud* Mafra, 2002: 198). Paradoxalmente – ou talvez por isso mesmo – a IURD reclamava o maior aumento de fiéis que já tivera num momento em que estava na ordem do dia nos noticiários portugueses e brasileiros. Quase sempre essa cobertura mediática reportava, no caso brasileiro, ou mimetizava, no caso português, acusações e alegações de atividades criminosas. Ainda que a Universal tenha, numa fase inicial, fomentado a dialética da perseguição, em Portugal esta estratégia parece ter causado mais danos do que benefícios (Swatowski, 2020).

A desconfiança quase imediata lançada pelos meios de comunicação social sobre a IURD focou-se, logo em 1992, na estranheza dos seus rituais (prática de exorcismos, a “histeria” e “espetacularidade” dos cultos) e na questão da arrecadação de dízimos e ofertas pecuniárias (Farias, 1999). Em 1995, quando a Universal estava numa fase de significativo aumento de lugares de culto, a tentativa de compra do Coliseu do Porto por parte da igreja suscitou uma mobilização popular inédita. O movimento “Todos pelo Coliseu” teve, inclusive, o apoio de várias figuras públicas, incluindo políticos e artistas nacionais. Em 1996 foi publicado um “livro-denúncia” sobre a IURD (Rosa e Martins, 1996). Os autores afirmavam expor as práticas clandestinas e, assim, provar que a IURD não era uma confissão religiosa, mas «uma organização comercial que ludibria o Estado Português» (1996: 14).

Os artigos de jornal e reportagens televisivas sobre a igreja terão tido um papel crucial (Farias, 1999) na construção de um sentimento de desconfiança quanto às motivações por detrás da instituição religiosa, numa atitude de preconceito relativamente às *seitas* brasileiras na sociedade portuguesa no geral e, inclusive, num breve “pânico social” relativamente a este grupo religioso (Vilaça e Oliveira, 2019). Este posicionamento terá sido reforçado pelo aumento da imigração brasileira num contexto de abertura da economia nacional à globalização (Junior, 2016). Alguns episódios de confronto entre a população local e membros da igreja revelam como, por vezes, sentimentos xenófobos instigaram o sentimento anti IURD. É particularmente elucidativo o incidente onde membros da igreja foram cercados na cidade de Matosinhos em 1995, tendo de ser escoltados pela polícia, mas não escapando ao arremesso de «uma chuva de ovos e tomates e aos sons dos gritos de “fora brasileiros, voltem para o seu país, não os queremos aqui”» (Junior, 2011: 437).

Claudia Swatowski (2020) denota como a Universal teve, a partir de 2003, de encontrar estratégias para transformar a sua imagem e projeção e (re)conquistar legitimidade junto da opinião pública portuguesa. A estratégia passou por uma renovação interna, mudando lideranças eclesiásticas, alterando as *igrejas* da Universal para *Centros de Ajuda Espiritual*, procurando manter relações mais

cordiais com outros atores religiosos, adotando um posicionamento público da instituição menos mediatizado e focando-se na sua vertente assistencial. Não obstante esse esforço da Universal, parece prevalecer, entre uma boa parte da opinião pública portuguesa, a ideia de que as igrejas neopentecostais são «uma espécie de praga que capta os mais incautos e incultos e que tem como único propósito ludibriar e extorquir dinheiro» (Vilaça e Oliveira, 2019: 191). A esse propósito, vários anos depois das polémicas da década de 1990, a IURD voltou a estar em destaque na televisão e imprensa portuguesa.

3. “O Segredo dos Deuses”: as suspeitas renovadas pelos meios de comunicação social

Entre 11 e 22 de dezembro de 2017 a TVI emitiu em horário nobre a reportagem “O Segredo dos Deuses”, a sua primeira “série informativa”, constituída por 10 episódios cuja duração tinha entre 20 e 26 minutos. Esta investigação foi conduzida pelas jornalistas Alexandra Borges e Judite França. Além da série informativa, após a transmissão de cada episódio, seguiu-se um debate-análise de cada peça em estúdio, contando com as duas jornalistas, o *pivot* do noticiário e convidados, entre eles algumas das testemunhas que apareciam no respetivo episódio, assim como juristas, juízes, advogados e assistentes sociais.

Como já analisado por Carla Baptista (2018), através de relatos de alegadas vítimas, esta reportagem jornalística acusava a IURD de ter dado ilegalmente para adoção, através de um lar de acolhimento que geria em Lisboa, várias crianças a pastores e bispos da igreja. Afirmava-se que a instituição seria responsável por uma rede internacional de adoções ilegais. Seguindo um formato narrativo de serialização, a reportagem apresentava um elevado nível de redundância nas informações reportadas (2018: 97), dando ênfase às reações emocionais dos entrevistados. Estas opções de formato e exposição de conteúdo informativo permitiram criar um efeito de *suspense* ao longo da série, que pretendia captar os espectadores, e que, de um modo geral, resultou numa estratégia jornalística onde não é evidente a separação entre ficção e informação (2018: 97). Consistiu numa reportagem focada nos alegados crimes de dirigentes eclesiásticos, mas quase sempre implicando toda a instituição religiosa, e quase não questionando os procedimentos administrativos e judiciais do Estado português que teriam permitido a realização dos atos relatados.

A reportagem exhibe declarações de testemunhas que diziam que «isto foi um roubo, foi roubar crianças» (TVI, 2017a). Acusava-se vários membros da hierarquia da IURD de terem sido partes ativas e promotoras de adoções ilegais ao longo dos anos 1990. Algumas destas crianças, albergadas

na instituição de acolhimento financiada pela igreja, teriam sido “escolhidas a dedo” pela filha e genro de Macedo, Viviane e Renato Freitas, numa visita ao lar em Lisboa, e o processo teria sido formalizado pela secretária pessoal de Edir Macedo, Alice Andrade, cidadã portuguesa que reunia condições para ser adotante de duas crianças. Segundo o que foi avançado na reportagem, o destino dessas crianças seria ir para o estrangeiro para viver com Viviane e Renato (TVI, 2017b). A reportagem deu um enorme destaque aos testemunhos das mães biológicas das crianças adotadas. Salientava-se como também estas mulheres haviam sido vítimas da IURD, ao verem os seus filhos retirados da sua tutela, a quem terá sido sistematicamente negado visitar os filhos no lar, cujas assinaturas haviam sido, por meio de fraude, utilizadas para viabilizar os processos de adoção e, assim, a quem os filhos haviam sido “roubados” por membros da igreja.

A linguagem causa perplexidade: a acusação de estarmos perante “roubo” e “tráfico internacional” de crianças perpetrados por uma organização religiosa. É importante salientar como, ao longo da série, não havia grande preocupação em separar os membros da igreja ou associados envolvidos nos atos reportados do conjunto da instituição religiosa em si. Durante meses foi a IURD que apareceu nos títulos dos jornais, nos episódios da reportagem, o que, naturalmente, põe em causa não apenas as pessoas que estariam alegadamente envolvidas nesses crimes, mas a imagem de toda a comunidade religiosa. Afigura-se problemática a tónica da série estar na responsabilidade da instituição e não exclusivamente nas pessoas que faziam parte da igreja e que teriam estado envolvidas nessas adoções, evitando assim a veiculação de uma certa ideia de *culpa por associação*. Em “O Segredo dos Deuses”, a caracterização dos agentes da IURD envolvidos segue quase sempre a linha de pessoas maquiavélicas, com poderes e influência “invisíveis” e tentaculares. Contudo, a generalidade dos agentes públicos envolvidos nessas adoções (assistentes sociais, magistrados públicos, juízes, etc.) é nomeada com menor frequência e com uma caracterização menos agressiva. A investigação assumiu uma acusação criminosa à IURD, que teria conseguido ludibriar os tribunais portugueses com sucesso durante anos, e não versou sobre a questão da mediação do Estado em casos de menores em situações de risco. Esta narrativa negligenciava a evolução da legislação e do funcionamento dos órgãos estatais competentes em matéria de proteção social a menores. De facto, teria sido relevante contextualizar o quadro legal das adoções em Portugal na década de 1990. Desde então houve evoluções positivas no campo, e teria sido elucidativo expor as alterações em matéria de proteção social conferida pelo Estado português a menores inseridos em famílias desfavorecidas e em risco.

As alegações de rapto, tráfico internacional de menores e fraude feitas na reportagem eram, de facto, de um teor gravíssimo e muito sério. Por isso mesmo, a reportagem da TVI surtiu uma reação imediata de choque e repúdio pela atuação da instituição religiosa. Perante relatos de adoções ilegais, pais a quem foi negada de forma infundada a visita aos seus filhos biológicos, houve novamente uma mobilização popular. Destaca-se o movimento #Nãoadotoestesilêncio, que terá começado por iniciativa da própria TVI, e este daria origem a pelo menos um outro, o Movimento Verdade, uma iniciativa da sociedade civil para “exigir respostas” sobre o problema trazido a público pela TVI (Público, 2018). À semelhança do que aconteceu em 1995 com o movimento “Todos pelo Coliseu”, também o movimento #Nãoadotoestesilêncio contou com o apoio de figuras públicas: músicos, escritores, comediantes, jornalistas, políticos, entre outros (TVI, 2018). Desta mobilização popular e visibilidade mediática causada pela reportagem resultaram uma petição para que fosse aberto um inquérito parlamentar para apurar responsabilidades e, se necessário, levar o caso à justiça portuguesa. Ainda em dezembro de 2017 o Ministério Público instaurou um inquérito-crime para investigar as alegações feitas na reportagem. Este veio a ser arquivado em maio de 2019 por motivo de prescrição dos alegados crimes descritos. O despacho da Procuradoria-Geral da República avançou também que algumas das alegações feitas por testemunhas na reportagem foram desmentidas pelas mesmas à Polícia Judiciária (Público, 2019).

Não obstante a afirmação de se tratar de uma investigação sobre uma rede de adoções ilegais, meramente orientada pelas pistas e factos documentais e testemunhos de alegadas vítimas, surgem amiúde acusações de práticas questionáveis no plano económico e financeiro (TVI, 2017cFp). Não obstante esta instituição, ou líderes eclesiásticos da mesma, nunca terem sido formalmente acusados de crimes em Portugal, e não há sequer informação de terem sido investigados pelas autoridades nacionais, a reportagem da TVI trouxe renovadas suspeições nesse sentido.

De resto, a demais imprensa portuguesa amplificou esta(s) polémica(s) durante vários meses. As notícias de alguns jornais portugueses alimentavam a indignação geral, com títulos sensacionalistas como “IURD exporta crianças com o aval do Estado” (Laranjo, Carvalho e Faria, 2017). Em abril de 2018, no *Observador*, afirmava-se: «o advogado de uma das mães cujos filhos lhe foram retirados pela IURD para adoção» (Observador, 2018). A escolha de palavras é questionável, uma vez que a IURD não detinha poder para retirar crianças aos pais biológicos. O lar da igreja apenas poderia receber crianças encaminhadas pela Segurança Social e pelos tribunais, como parece ter sido o caso.

Após a reportagem surgiram várias notícias na imprensa sobre a IURD e a sua liderança eclesial. Algumas não constituíam matéria informativa nova, mas um oportuno resgate de peças antigas que pretendiam lembrar e elucidar os leitores sobre os “negócios” da IURD (Lito, 2017). Relativamente ausente da atenção mediática durante anos, após a reportagem da TVI proliferaram notícias e reportagens sobre as atividades e funcionamento da igreja. Logo em 2017, notícias do *Observador* revisitaram as polémicas envolvendo Macedo, entre elas as alegações de aproveitamento ilícito dos dízimos dos fiéis (Porto e Gomes, 2017; Gomes, 2017).¹ Nalgumas passagens faziam-se afirmações sensacionalistas e pouco rigorosas. Dizia-se numa notícia (Porto e Gomes, 2017) que a Constituição brasileira proíbe as confissões religiosas de serem proprietárias de jornais ou rádios. Várias confissões religiosas no Brasil, não apenas a IURD, possuem órgãos mediáticos, como é o caso da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil com o seu jornal *Mensageiro da Paz*.

Em janeiro de 2018 o *Observador* relatava que a «IURD decreta “jejum de notícias” aos fiéis» (Gomes, 2018). No epicentro da polémica envolvendo a igreja, o jornal tomava a oportunidade para destacar que os fiéis da igreja “não poderão” ler ou ouvir notícias, justamente numa altura em que a IURD estava sob fogo mediático. Nesta notícia parece haver uma relação de causa-efeito entre os dois acontecimentos, o que revela alguma ignorância quanto às práticas desta denominação. O “jejum de Daniel” é um desafio lançado aos fiéis com alguma frequência no sentido de incitá-los à introspeção, à reflexão sobre matérias espirituais. De resto, esta não é uma prática exclusiva da IURD. Outras denominações evangélicas, como a Congregação Cristã, também o recomendam aos seus fiéis.

Dois artigos do *Expresso* (Guerreiro, 2017; Monteiro, 2017), entretanto removidos do respetivo *website*, são elucidativos do sentimento anti IURD suscitado pela reportagem “O Segredo dos Deuses”. No primeiro, Pedro Santos Guerreiro escrevia: «Tráfico de crianças. Talvez seja preciso ir repetindo esta expressão. [...] Isto não foi só lá atrás, o Estado pode, deve, agir. Começando pela organização IURD. E acabando com aquilo que, nela, medra de mal. E se ela for o mal, acabando

¹ Não sendo oportuno explorar este tópico neste artigo, entendemos que esta questão merece uma reflexão aprofundada. Em primeiro lugar, porque a prática do dízimo e de ofertas à respetiva congregação tem um fundamento bíblico e é comum a várias comunidades cristãs. No entanto, apenas a IURD parece ser interpelada pelos média a esse respeito. Em segundo lugar, a aparente perplexidade causada por esta prática parece ter origem na incapacidade de se compreender um comportamento que, para quem não faz parte da comunidade, afigura-se *irracional*. Em particular no que concerne as igrejas neopentecostais, que perfilham a Teologia da Prosperidade e onde a dimensão ritual do *sacrifício* material (inclusive monetário) desempenha um papel importante, é útil consultar a reflexão do antropólogo Simon Coleman (2011). Ele questiona justamente as interpretações que têm debatido esta questão em termos de racionalidade vs. irracionalidade. O autor entende que estas categorias não são suficientes, nem úteis, para entender uma dimensão simbólica bastante complexa.

com ela». Este posicionamento do autor sugere que, caso se viesse a verificar a veracidade do que foi reportado pela reportagem da TVI, o Estado deveria agir e, provando-se terem os membros da Universal agido contra a lei, deveriam ser punidos. A sugestão que, no nosso entender, levanta questões melindrosas é de que “se ela [a IURD] for o mal”, deve “acabar-se” com ela. É importante considerar que «uma sociedade democrática não pode prescrever uma associação religiosa, mesmo que tenha de punir os seus membros pelas suas acções» (Vilaça, 2006: 48). A liberdade religiosa não confere impunidade de atividade criminosa. Porém, salientamos a necessidade de distinguir entre comportamento de indivíduos pertencentes a uma instituição religiosa e o conjunto da comunidade de fé que nada tem a ver com a atuação dos demais.

No segundo artigo do *Expresso*, Henrique Monteiro tecia o seguinte comentário: «Trata-se de crianças eventualmente raptadas e de uma *suposta igreja que há 30 anos anda a ser denunciada como uma espécie de fraude* para enganar incautos. [...] Em Portugal há quase 30 anos que é denunciada como um ‘caso estranho’ [...]. *A IURD é um objeto estranho*, toda a gente o soube sempre. E, naturalmente, a um estado laico, como deve ser, não cabe discriminar qualquer religião, por muito estranha que nos pareça. Mas há um corpo de leis gerais abstratas que essas seitas ou religiões têm necessariamente de acatar» (itálico nosso).

Estes dois artigos, tomando como adquiridas as informações veiculadas na reportagem televisiva da TVI, exibem a compreensível revolta perante alegações terríveis, mas também transparecem uma série de preconceitos e, em particular no último artigo, ignorância sobre grupos e práticas religiosas. No artigo de Henrique Monteiro fica claro o desprezo por “essas seitas” e pela IURD em particular que, como o próprio afirma, há décadas que estaria a ser denunciada como sendo uma fraude, embora não apresente dados concretos sobre as denúncias a que se refere.

A exibição da reportagem “O Segredo dos Deuses” conseguiu uma amplificação enorme noutros meios mediáticos nacionais, sendo que a generalidade da imprensa assumiu a veracidade das alegações aí feitas e mimetizou as acusações de rapto, ilegalidades e crimes que teriam sido cometidos por membros da IURD. Ademais, alguns jornais aproveitaram o momento para trazer de novo para a discussão pública as polémicas antigas envolvendo a hierarquia da igreja, reforçando a credibilidade do que era alegado na reportagem da TVI junto da opinião pública portuguesa. Tudo isto reforça a necessidade de se alargar o debate público sobre religiões, no sentido de melhor compreender as múltiplas confissões presentes em Portugal, as suas diferentes práticas e crenças, combatendo o preconceito e estigmatização de certos grupos religiosos.

4. A IURD riposta

Logo após a transmissão da reportagem da TVI, a Universal adotou uma postura discreta, negando as acusações feitas por intermédio de uma equipa legal. Numa fase inicial, esta questão não recebeu cobertura no jornal da igreja, *Folha de Portugal*. A igreja justificou o seu silêncio prolongado por querer aguardar pela decisão da Justiça portuguesa.

Porém, em maio de 2019, após a decisão do Ministério Público de arquivar o processo, o assunto teve ampla discussão na imprensa iurdiana. A instituição lançou, inclusive, uma edição especial de 150 mil exemplares, uma tiragem largamente superior ao habitual que não excedia, em 2018, os 78 mil exemplares, e que abordava unicamente este tópico. O jornal alegava ainda que fora a própria jornalista Alexandra Borges, e não as mães biológicas das crianças adotadas ou a Procuradoria-Geral da República, a abrir a queixa-crime que levava ao inquérito-crime (Folha de Portugal, 2019: 2).

A IURD sublinhava a “reposição da verdade”, reclamando estar a desconstruir uma “falsa investigação”, “sensacionalista” e à qual atribuía “falta de isenção e rigor”. Abordava nesta edição as repercussões danosas da reportagem da TVI, incluindo para os fiéis da IURD. Deste modo, a dialética da perseguição parece ter ganho renovada força. Abundam nesta edição especial as afirmações de que, desde 1989, a IURD e os seus fiéis são alvo de preconceito e *perseguição* (Folha de Portugal, 2019: 2), acusando os média de serem os principais instigadores. É cristalino que a IURD entendia “O Segredo dos Deuses” como uma “campanha difamatória” deliberada contra si por parte do canal televisivo. Falava-se mesmo numa “caça às bruxas” (Folha de Portugal, 2019: 5) que teve repercussões muito graves para os membros da igreja. O jornal reportava situações de agressões verbais e físicas aos seus membros, templos vandalizados, e, não menos danoso, o preconceito e suspeitas que muitos fiéis enfrentaram nos seus núcleos familiares e até profissionais. Alguns exemplos do estigma social que a igreja enfrentou como resultado da reportagem são: em campanhas de evangelização, alguns fiéis terão sido fisicamente agredidos; muitos terão sentido a pressão familiar para abandonar a “seita que enganava as pessoas”; o prejuízo profissional e pessoal quando amigos, familiares e colegas de membros da igreja assistiram à reportagem e acusaram-nos pertencerem a uma “rede de tráfico de crianças”; relatos de membros da IURD cujos ex-companheiros/cônjuges impediram os filhos de ambos de frequentarem a igreja.

A Universal propunha então um “contramovimento”, que designava #nãoadotoestamentira. Acusava as jornalistas responsáveis pela reportagem de terem sido as próprias a criar o movimento

#Nãoadotoestesilêncio como forma de amplificar o sentimento de revolta contra a IURD. Nesta ocasião aproveitava-se também para fazer uma contra-acusação a uma das jornalistas responsáveis pela reportagem, Alexandra Borges. A direção do jornal entrevistou o advogado da IURD, Martin Menezes (Alves, 2020), para a edição especial sobre o caso das adoções, e questionou-o sobre o processo-crime de que a igreja fora alvo. Asseverando ter sido Alexandra Borges a abrir uma queixa-crime junto da PGR em 7 de dezembro de 2017, o advogado afirmava: «no fundo, é uma jornalista a criar factos e uma história para noticiar» (Folha de Portugal, 2019: 10). A igreja usou também os seus canais televisivos para transmitir a sua resposta à reportagem da TVI, para «repor toda a verdade que foi deturpada, ocultada e escamoteada ao longo de dois anos» (Igreja Universal, 2019). Em meados de 2019, a direção da IURD em Portugal organizou um debate que pretendia expor as “falsidades” da reportagem da TVI (Igreja Universal Portugal, 2019). O apresentador do programa foi o bispo Domingos Siqueira e, entre os convidados, estavam Francisco Lucena, consultor de comunicação, Martin Menezes, advogado, César Ribeiro, professor universitário², e José Branco, membro do departamento de *Compliance* da Igreja Universal. Na abertura do programa, em rodapé, constava a alegação e “contra-acusação” da IURD: «afinal, as assinaturas [dos pais biológicos] que constam nos processos de adoção são verdadeiras».

Embora não relacionado com o estudo de caso de que trata este artigo, pode analisar-se a relação entre os média e a Universal a partir de um outro objeto, o filme “Nada a Perder” (Avancini, 2018). Trata-se de uma adaptação de uma autobiografia de Edir Macedo, num registo narrativo quase hagiográfico, que estreou no Brasil em 2018. Quando este foi noticiado no *Folha de Portugal*, mencionava-se que muitas pessoas já teriam ouvido falar dele «por causa das notícias que os media veiculam sobre ele [...] a maioria delas negativas e difamatórias. Mas, a partir de março, a verdade será revelada» (Folha de Portugal, 2018a: 11). A imagem de Edir Macedo que o filme cria é a de um homem perseguido pelos poderes públicos e pela Igreja Católica no Brasil, mas que teve a coragem de enfrentá-los. É evidente o recurso à dialética da perseguição no filme. O discurso da liderança eclesiástica ainda bebe desta estratégia. Citando Renato Cardoso, bispo da Universal, a maioria das pessoas «só ouviu falar do bispo Macedo pela boca dos que o odeiam e dos que temem o crescimento da Igreja Universal. Ao longo de boa parte dos 40 anos, a Igreja sofreu esse ataque implacável» (Folha de Portugal, 2018b: 3).

² Não é dada indicação sobre a sua área de especialização deste, o que poderia explicar a pertinência do convite para o debate, nem a instituição de ensino onde seria docente. O convidado fez uma declaração de interesse, revelando ter funções administrativas na IURD em Portugal.

Portanto, a estratégia de defesa da igreja perante a reportagem da TVI voltou, uma vez mais, à dialética da perseguição. Apresentou-se como vítima de preconceito, uma comunidade consecutivamente alvo de perseguições por parte de quem não percebe a sua mensagem e que receia o seu crescimento. Contudo, na sua dialética da perseguição relativa a este episódio de 2017-2019, a IURD circunscreveu os seus ataques. Na década de 1990, ela procurou atrair fiéis criticando outros grupos religiosos e os poderes públicos que ignoravam os mais pobres e marginalizados da sociedade. Em 2017 a igreja procurou capitalizar as acusações da TVI para reforçar a sua posição de vítima e alvo de sucessivas campanhas difamatórias por parte dos média, vistos por ela como promotores do preconceito e ódio em relação a si.

5. Conclusão

O caso da reportagem da TVI “O Segredo dos Deuses” ilustra bem o potencial dos média em influenciarem a opinião pública, seja favorável ou negativamente. A relação dos média com a IURD em Portugal tem sido pautada por tensão desde a implantação desta no país em 1989. Acreditamos que esta relação problemática radica no início controverso da IURD em Portugal. Esta ficou quase de imediato marcada por uma cobertura mediática que importou as polémicas já existentes no Brasil, e assumiu com frequência uma atitude de desconfiança. No centro destas polémicas surgiam questões financeiras e alegações de fraude fiscal, nomeadamente no que concerne o suposto uso indevido dos dízimos e das ofertas dos membros da igreja. Uma parte da desconfiança suscitada por estas práticas terá resultado, em parte, de uma literacia religiosa relativamente pobre dos média, mais evidente em relação às minorias religiosas.

Apesar de nunca ter havido uma acusação oficial das autoridades judiciais portuguesas, a Universal enfrentou desde a década de 1990 uma opinião pública desfavorável e suspeitas em relação à atuação dos seus líderes. Em relação aos restantes membros, parece ter-se consolidado a ideia de serem pessoas ingénuas que “se deixam enganar”, e estudos académicos já haviam salientado o papel dos média na construção deste preconceito. No nosso entender, as acusações desta reportagem vieram reforçar essa perceção. O enorme mediatismo que esta polémica teve noutros canais da imprensa nacional conferiu credibilidade acrescida à reportagem da TVI, polarizando ainda mais a opinião pública.

Assim, a reportagem da TVI, alegando expor uma rede internacional de tráfico de crianças dirigida pela igreja, renovou e agravou na sociedade portuguesa um sentimento anti IURD que estava

desde os anos 2000 relativamente dormente. A imprensa nacional acompanhou esse registo de desconfiança e apostou em reviver polémicas da década de 1990, destacando aquelas que envolviam o património financeiro da igreja, arrecadado através de ofertas e dízimos. As insinuações de que esta terá práticas fraudulentas, que a sua relação com o dinheiro não lhe confere credibilidade no plano espiritual, a sua caracterização como uma *seita*, deixa implícita a noção de tratar-se de algo mau, uma religião não-autêntica. De um modo geral, os média nacionais têm visto a IURD como uma instituição religiosa não-idónea.

Resta dizer que não tecemos considerações sobre as alegações feitas na reportagem da TVI. Cumpre ao Estado fiscalizar e intervir em situações de ilegalidade, mas sempre consagrando o respeito pela liberdade e pluralismo religioso. É ainda importante que se fomente a literacia religiosa e, acima de tudo, o debate público sobre religião em Portugal.

REFERÊNCIAS

Fontes

- ALVES, Filipe (2020), “Martim Menezes é novo sócio da Abreu”, *O Jornal Económico*, [Consult. 02.02.2022]. Disponível em: <<https://jornaleconomico.pt/noticias/martim-menezes-e-novo-socio-da-abreu-536692>>.
- AVANCINI, Alexandre (Dir.) (2018), *Nada a Perder: Contra Tudo. Por Todos* [Filme], Paris Filmes; Record Filmes.
- FOLHA DE PORTUGAL (2018a), “Contra Tudo. Por Todos”, *Folha de Portugal*, [Consult. 03.02.2022]. Disponível em: <<https://www.igrejauniversal.pt/edicao-no-745/>>.
- FOLHA DE PORTUGAL, (2018b), “Conheça a força de «Nada a Perder»”, *Folha de Portugal*, [Consult. 03.02.2022]. Disponível em: <https://issuu.com/iurd.pt/docs/ficha_rio1.compressed_1666ab18bd819e>.
- FOLHA DE PORTUGAL (2019), Edição Especial. *Folha de Portugal*, [Consult. 03.02.2022]. Disponível em: <<https://www.igrejauniversal.pt/edicao-unica/>>.
- GOMES, João Francisco (2017), “O fundador da IURD e o dinheiro: «Ou dá ou desce»”, *Observador*, [Consult. 13.07.2021]. Disponível em: <<https://observador.pt/programas/atualidade/o-fundador-da-iurd-e-o-dinheiro-ou-da-ou-desce/>>.
- GOMES, João Francisco (2018), “IURD decreta «jejum de notícias» aos fiéis”, *Observador*, [Consult. 29.01.2022]. Disponível em: <<https://observador.pt/2018/01/19/iurd-decreta-jejum-de-noticias-aos-fieis/>>.
- GUERREIRO, Pedro Santos (2017), “Tráfico”, *Expresso*, [Consult. 13.07.2021]. Disponível em: <<https://expresso.pt/opinioao/PedroSantosGuerreiro/2017-12-16-Trafico>>.

- IGREJA UNIVERSAL (2019), “Finalmente... Toda a verdade revelada! Mas não pela TVI...”, *Igreja Universal*, [Consult. 02.02.2022]. Disponível em: <<https://www.igrejauniversal.pt/finalmente-toda-a-verdade/>>.
- IGREJA UNIVERSAL PORTUGAL (2019), *Debate Público | A verdade sobre as adoções da IURD* [YouTube], [Consult. 02.02.2022]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zuDrZ0srKqs&t=8s>>.
- LARANJO, Tânia; CARVALHO, Débora; FARIA, Duarte (2017), “IURD exporta crianças com aval do Estado”, *Correio da Manhã*, [Consult. 02.02.2022]. Disponível em: <<https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/estado-da-aval-a-exportacao-de-criancas>>.
- LITO, Raquel (2017), “O império da IURD”, *Sábado*, [Consult. 02.02.2022]. Disponível em: <<https://www.sabado.pt/vida/detalhe/o-imperio-da-iurd>>.
- MONTEIRO, Henrique (2017), “IURD – a investigação necessária”, *Expresso*, [Consult. 13.07.2021]. Disponível em: <<https://expresso.pt/palavra/concept/18.5.1>>.
- OBSERVADOR (2018), “IURD. Mãe apresenta queixa-crime contra MP por violação do segredo de justiça”, *Observador*, [Consult. 28.01.2022]. Disponível em: <<https://observador.pt/2018/04/13/iurd-mae-apresenta-queixa-crime-contram-por-violacao-do-segredo-de-justica/>>.
- PORTO, Rita; GOMES, João Francisco (2017), “Edir Macedo. Os 15 momentos polémicos na vida do milionário que fundou a IURD”, *Observador*, [Consult. 13.07.2021]. Disponível em: <<https://observador.pt/especiais/edir-macedo-os-15-momentos-polemicos-na-vida-do-milionario-que-fundou-a-iurd/>>.
- PÚBLICO (2018), “Mães manifestam-se em seis cidades contra adoções na IURD”, *Público*, [Consult. 02.02.2022]. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/01/19/sociedade/noticia/movimento-de-maes-promove-manifestacoes-contradopcoes-na-iurd-1799978>>.
- PÚBLICO (2019), “Ministério Público arquiva inquérito à adoção ilegal de crianças pela IURD”, *Público*, [Consult. 02.02.2022]. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2019/05/18/sociedade/noticia/ministerio-publico-arquiva-inquerito-adopcao-ilegal-criancas-iurd-1873180>>.
- TVI (2017a), “O Segredo dos Deuses: episódio 2”, *TVI*, [Consult. 13.07.2021]. Disponível em: <<https://tvi24.iol.pt/videos/sociedade/o-segredo-dos-deuses-episodio-2/5a30159f0cf2a02f9afa157c>>.
- TVI (2017b), “O Segredo dos Deuses: episódio 4”, *TVI*, [Consult. 13.07.2021]. Disponível em: <<https://tvi24.iol.pt/videos/sociedade/o-segredo-dos-deuses-episodio-4/5a3295220cf2a02f9afa2072>>.
- TVI (2017c), “O Segredo dos Deuses: episódio 5”, *TVI*, [Consult. 13.07.2021]. Disponível em: <<https://tvi24.iol.pt/videos/sociedade/o-segredo-dos-deuses-episodio-5/5a33eb440cf2c4507506f586>>.
- TVI (2018), “Figuras públicas deixam testemunho contra adoções ilegais”, *TVI*, [Consult. 02.02.2022]. Disponível em: <<https://tviplayer.iol.pt/programa/nao-adoto-este-silencio/5a4e452a0cf202387f9381fb/video/5a7aecd70cf2a65382ffc203>>.

Bibliografia

- BAPTISTA, Carla (2018), “Tendências do jornalismo de investigação televisivo a partir do estudo de caso da reportagem da TVI «Segredo dos Deuses»”, *Media & Jornalismo*, vol. 18, n.º 32, pp. 95–104, [Consult. a 28.01.2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.14195/2183-5462_32_7>.
- CAMPOS, Leonildo Silveira (2000), *Teatro, Templo y Mercado: Comunicación y marketing de los nuevos pentecostales en América Latina*, Quito, Ediciones Abya-Yala.
- CHAMPION, Françoise; COHEN, Martine (Dir.) (1999), *Sectes et Démocratie*, Paris, Seuil.
- COHEN, Stanley (2002), *Folk Devils and Moral Panics*, 3.ª ed., Routledge.
- COLEMAN, Simon (2011), “Prosperity Unbound? Debating the «Sacrificial Economy»”, *Research in Economic Anthropology*, vol. 31, pp. 23-45, [Consult. a 27.01.2022]. Disponível em: <[https://dx.doi.org/10.1108/S0190-1281\(2011\)0000031005](https://dx.doi.org/10.1108/S0190-1281(2011)0000031005)>.
- CORTEN, André; DOZON, Jean-Pierre; ORO, Ari Pedro (Org.) (2003), *Les nouveaux conquérants de la foi: L'Église universelle du royaume de Dieu (Brésil)*, Paris, Karthala.
- FARIAS, Miguel (1999), “The Siege of Oporto’s Coliseum: The Universal Church of the Kingdom of God and Portuguese Media”, in CESNUR’s 13th International Conference. Religious and Spiritual Minorities in the 20th Century: Globalization and Localization, Bryn Athyn, Pennsylvania, 2-4 junho 1999, [Consult. a 28.01.2022]. Disponível em: <https://www.cesnur.org/testi/bryn/br_farias.htm>.
- FRESTON, Paul (1999), “A Igreja Universal do Reino de Deus na Europa”, *Lusotopie*, n.º 6, pp. 383-403, [Consult. a 27.01.2022]. Disponível em: <www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1999_num_6_1_1279>.
- INTROVIGNE, Massimo; MELTON, Gordon (Dir.) (1996), *Pour en finir avec les sectes. Le débat sur le rapport de la commission parlementaire*, Paris, Dervy.
- JUNIOR, Paulo Gracino (2011), “«Jesus made in Brazil»: notas sobre a transnacionalização do pentecostalismo brasileiro para Portugal”, *Horizonte*, vol. 9, n.º 22, pp. 416-445, [Consult. a 02.02.2022]. Disponível em: <<https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2011v9n22p416>>.
- JUNIOR, Paulo Gracino (2016), *A Demanda por Deuses: globalização, fluxos religiosos e culturas locais nos dois lados do Atlântico*, Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- MAFRA, Clara (2002), *Na Posse da Palavra: Religião, conversão e liberdade pessoal em dois contextos nacionais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- MAFRA, Clara (2003), “Portugal”, in André Corten; Jean-Pierre Dozon; A. P. Oro (org.), *Les nouveaux conquérants de la foi: L'Église universelle du royaume de Dieu (Brésil)*, Paris, Karthala, pp. 141-149.
- RODRIGUES, Donizete; SILVA, Marcos (2014), “Imigração e pentecostalismo brasileiro na Europa: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus”, *Revista Angolana de Sociologia*, n.º 13, pp. 97-113, [Consult. a 27.01.2022]. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/ras.1001>>.
- ROSA, Gustavo; MARTINS, José (1996), *Igreja Universal do Reino de Deus*, Lisboa, Hugim.

- RUUTH, Anders; RODRIGUES, Donizete (1999), *Deus, o Demónio e o Homem: O Fenómeno Igreja Universal do Reino de Deus*, Lisboa, Edições Colibri.
- SAINT-GEORGES, Pierre de (1997), “Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios económico, social e político”, in Luc Albarello et al., *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, pp. 15-47.
- SWATOWISKI, Claudia (2020), “Avoiding Stigmas and Building Bridges: The Universal Church of the Kingdom of God in Portugal”, in Markus Balkenhol; Ruy Llera Blanes; Ramon Sarró (ed.), *Atlantic Perspectives: Places, Spirits and Heritage*, New York, Berghahn Books, pp. 111-128.
- TUCHMAN, Gaye (1978), *Making News: A Study in the Construction of Reality*, The Free Press.
- VILAÇA, Helena (2006), *Da Torre de Babel às Terras Prometidas. Pluralismo Religioso em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.
- VILAÇA, Helena (2013), “Novas paisagens religiosas em Portugal: do centro às margens”, *Didaskalia*, vol. 43, n.º 1-2, pp. 81-114, [Consult. a 29.01.2022]. Disponível em: <<https://doi.org/10.34632/didaskalia.2013.2396>>.
- VILAÇA, Helena; OLIVEIRA, Maria João (2019), *A Religião no Espaço Público Português*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Ana Maria Gonçalves dos Santos. Doutoranda em Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto (Portugal). Email: up201004454@edu.letras.up.pt

Artigo recebido em 1 de fevereiro de 2022. Aprovado para publicação em 15 de abril de 2022.

Recensão

Afonso, Almerindo J., e Palhares, José A. (2019). *Entre a Escola e a Vida. A condição de jovem para além do ofício de aluno*. Vila Nova de Gaia, Fundação Manuel Leão

Guilherme Rego da Silva

Universidade do Minho, Instituto de Educação

O livro organizado por Almerindo Janela Afonso e José Augusto Palhares, com o título “Entre a Escola e a Vida”, coloca um cenário familiar à nossa frente, independentemente da idade ou situação socioprofissional de cada um porque, na “sociedade pedagogizada” ou “sociedade do conhecimento”, o título define a ponte pela qual todos caminhamos entre a escola e a vida. Mas logo o subtítulo da obra “A condição de jovem para além do ofício de aluno” nos posiciona num campo mais especializado, o da juventude. Este livro, na perspetiva de quem o lê já na idade adulta, obriga a um exercício duplo de reposicionamento mental: olhar para o passado, para o período jovem do nosso percurso de vida (introspeção) e também para o presente, para os outros, para aqueles que hoje beneficiam, mais ou menos, das alegadas vantagens de quem vive essa fase da vida (empatia).

O livro é de leitura acessível, beneficiando do formato das páginas, clássico e não muito grande, da introdução que focaliza o leitor, seguida por oito capítulos, cada um tratando a temática em perspetiva especializada, e da conceção da matéria de cada capítulo como uma unidade em si, com apresentação do tema, desenvolvimento e conclusões; nesse sentido, e dadas as intenções pedagógicas da obra, cada capítulo oferece um pequeno curso de síntese sobre o subtema que lhe compete desenvolver.

Para além da introdução, escrita pelo organizador, Almerindo Afonso, os oito capítulos seguintes mobilizam no seu conjunto treze académicos com obra reconhecida na área de estudo.

José Machado Pais, no capítulo 1, “Jovens, rumos sociais e desafios educacionais”, desafia-nos a “olhar para o lado”, a olhar para fora da escola para compreender a realidade escolar; a ver as culturas juvenis modernas como interconectadas, onde perdem sentido as fronteiras e particularmente a fronteira que separa a escola e a vida, o conhecimento escolar e o extraescolar. A escola lança mais um conjunto de pontes entre outras pontes que são não escolares, e todas elas unem espaços de uma rede através da qual os jovens constroem o seu mundo.

“Vicissitudes do ofício de aluno: de novo, o insucesso escolar em questão”, é o capítulo 2 onde o autor, Manuel Sarmiento, começa por fazer uma síntese sobre o estado atual das teorias explicativas do insucesso escolar e em seguida apresenta as propostas mais relevantes que têm surgido para superar esse problema, da parte de estudiosos académicos e de organizações internacionais. O trabalho de síntese resulta útil e prático para aqueles que, por necessidade de estudo do tema ou de intervenção no terreno, se encontrem motivados para fazer uso desse conhecimento.

Leonor Torres no capítulo 3, “A narrativa da excelência na escola e no trabalho: ilusões e paradoxos da cultura meritocrática”, apresenta uma síntese sobre a expressão da ideologia da excelência meritocrática na escola portuguesa atual. Passamos, nas últimas décadas, de uma meritocracia envergonhada ou encapotada, para uma meritocracia exibicionista, feita de quadros de honra e prémios de mérito e isto enquanto a escola deve, ao mesmo tempo, lutar pela integração de todos os estudantes, pela igualdade de oportunidades e contra o insucesso escolar. Como a escola procura gerir estas duas exigências em simultâneo é assunto complexo que este texto ajuda a esclarecer.

No capítulo 4, “As elites nas universidades chilenas: perfis dos alunos e projetos formativos institucionais”, Maria Luísa Quaresma, mostra como no Chile, do mesmo modo que em outros países com os quais desenvolve comparação, o sistema de ensino superior mantém em funcionamento mecanismos para a manutenção dos privilégios dos grupos mais favorecidos da sociedade. É o sistema das “universidades de elite”, cuja estrutura está bem identificada em vários países, que é aqui objeto de estudo analítico e comparativo. As universidades de elite permitem aos governos fazer o discurso da democratização do ensino superior, ao mesmo tempo que asseguram a reprodução das desigualdades.

José Manuel Resende, David Beirante e Luís Gouveia, redigem o capítulo 5, “A democracia ajuizada através das experiências escolares: dilemas e desafios na sua perscrutação”, no qual discutem as condições possíveis para a realização do ideal político e pedagógico da “escola democrática”. Ao ler ficamos cientes que, se do ponto de vista ideológico e até filosófico, a escola

democrática e inclusiva é algo que se pode visualizar com alguma nitidez, já do ponto de vista concreto, das condições reais da vida escolar, isso não é assim tão simples. E os autores explicam porquê...

Teresa Sarmento e Fernanda Martins escrevem o capítulo 6, “Pais crianças-alunos e sucesso educativo: fragmentos da política educativa de um município”, que apresenta as novas responsabilidades dos municípios nesta temática complexa e multifacetada da promoção do sucesso educativo e igualdade de oportunidades. O texto entra nas várias dimensões desta questão através da leitura da Carta Educativa de um município.

“Rede local de parceiros garantia jovem: tensões e obstáculos às políticas de proximidade”, por Maria Manuel Vieira, Tatiana Ferreira e Lia Pappámikail, é o título do capítulo 7, que deixa o leitor esclarecido quanto às dificuldades e limitações com que se deparam os programas estatais de proximidade, para acompanhamento dos jovens em risco. Seguindo os resultados dos estudos e as circunstâncias concretas que são apresentadas, parece quase uma inevitabilidade que a eficácia dos referidos programas de proximidade se revele reduzida.

Por último, José Palhares, no capítulo 8, “Educação e aprendizagens não formais e informais de jovens no ensino secundário: contributos críticos à compartimentação educativa”, chama a atenção para a importância das aprendizagens não escolares na construção do perfil cultural dos jovens e também no sucesso educativo. O texto mostra como os programas de promoção do sucesso escolar – centrados na escola – estão condenados a ter um sucesso limitado, dada a importância das aprendizagens não escolares e a possibilidade da sua maior ou menor mobilização no território escolar.

No final da leitura fica-se com a convicção de que é possível condensar, num livro acessível, a síntese do conhecimento fundamental e da produção teórica que resulta do trabalho de pesquisa, sobre a problemática relação dos jovens com a escola e com o espaço extraescolar, as questões de igualdade e justiça no processo de escolarização, e as dificuldades que tendem a surgir na fase de inserção no mundo do trabalho e na transição para a vida adulta. Mas também com a sensação de que as medidas facilitadoras e de justiça social estão a produzir um efeito positivo, ainda que relativo, e que não é possível resolver os problemas de uma forma inequívoca e definitiva, mas que apenas podemos gerir esses problemas e procurar minimizar as situações mais urgentes.

O discurso lógico do livro, leva-nos a ter confiança em que a realidade está bem caracterizada e que as melhores medidas estão a ser aplicadas para obter os resultados possíveis.

Mesmo perante o conhecimento que temos já reunido, constata-se que não conseguimos resolver finalmente os problemas de democraticidade, justiça, igualdade de oportunidades, insucesso escolar, integração dos jovens em contextos de trabalho. Conscientes das limitações da nossa capacidade de intervenção, mesmo na posse do mais sólido conhecimento, temos que perseverar na ação que objetivamente esteja a produzir resultados visíveis.

Guilherme Rego da Silva. Professor Auxiliar do Instituto de Educação da Universidade do Minho, Departamento de Ciências Sociais da Educação. Endereço de correspondência: Instituto de Educação, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga (Portugal). Email: grs@ie.uminho.pt

Recensão recebida em 20 de fevereiro de 2022. Aprovada para publicação em 29 de abril de 2022.

Recensão

ZAQUEU-HIGINO, Paulo Victor *et al.* (2021), *Catolicismo, Quo vadis? Os rumos da Igreja Católica*, Juiz de Fora, Brasil: Editora Resistência Acadêmica.

Davi Arão Elias Cardoso

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Apesar de enfrentar uma dura queda no número de fiéis no Brasil, a Igreja Católica ainda detém importante capital simbólico na cultura brasileira. Na intenção de compreender melhor suas facetas, foi criado o Núcleo de Estudos do Catolicismo (NEC), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil. O livro a que damos atenção nessa recensão é fruto do primeiro Simpósio Internacional de Estudos do Catolicismo, promovido virtualmente pelo NEC em outubro de 2020, com o tema “Catolicismo: *Quo vadis?*”. Dessa forma, a obra nos traz textos com diferentes lastros teóricos e epistemológicos, advindos de pesquisadores de diversas instituições da América e da Europa.

No primeiro capítulo, Maria Clara Lucchetti Bingemer¹ pretende uma discussão sobre o *ethos* católico. Passados quase 60 anos do Concílio Vaticano II, e num momento em que a Igreja busca ser uma “via de comunhão com as outras confissões cristãs e mesmo com as outras religiões não cristãs” (Bingemer in Zaqueu-Higino *et al.*, 2021: 21), entender o que significa ser católico passa a ser uma questão pertinente. Para atingir seu objetivo, a autora analisa a etimologia das palavras *ethos* e *katholikos* para então apresentar o catolicismo como um cristianismo de mediações que possibilitam

¹ Maria Clara Lucchetti Bingemer é doutora em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana e professora titular na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

o acesso a Deus, tais como: os sacramentos, a transmissão dos testemunhos, o culto aos santos, a devoção à Maria, a mística e o cuidado com os mais pobres e desfavorecidos. O texto culmina na compreensão que a Igreja tem de si mesma, impactada pelo Concílio Vaticano II e suas reformulações, postas em curso pelos papas desde aquele evento até o papado atual.

O segundo capítulo, de autoria de João Manuel Duque², trata da relação do catolicismo com a modernidade e a pós-modernidade, sem deixar de levar em conta o contexto pandémico. Segundo o autor, se no passado a Igreja Católica foi a grande influenciadora da sociedade ocidental, na modernidade é a ciência que pretende assumir esse papel, buscando ser a única chave de leitura da realidade. Durante a pandemia foi possível identificar como a ciência, muitas vezes, se apresentou como suprema instância de orientação. Assim, Duque discute as configurações do catolicismo e suas possibilidades de existência no mundo atual, dando centralidade ao conceito de fraternidade aberta, exposto pelo Papa Francisco na encíclica “Fratelli Tutti”, que, diferente das narrativas modernas e pós-modernas, promoveria universalidade em tempos de profundas fragmentações.

No terceiro capítulo, Helena Vilaça³ nos propõe a indagação que dá título ao livro: *Catolicismo: Quo vadis?* Vilaça nos apresenta uma análise histórica do contato da Igreja com o mundo, partindo de sua relação com o Império Romano, passando pelos principais momentos e pontos de tensão, como sua fase hegemónica na Alta Idade Média, o grande cisma do Oriente e a Reforma Protestante, até chegar à sociedade moderna, em pleno processo de secularização. Ao final, a autora reflete sobre os próximos passos e o futuro do catolicismo, ou catolicismos, uma vez que vê neste, três correntes cada vez mais individualizadas: conservadora, liberal e carismática.

No próximo capítulo, João Décio Passos⁴ também lança mão de um itinerário histórico para analisar as mudanças e continuidades do catolicismo. Fugindo da impressão de que somente o catolicismo atual vive uma relação de conservação e renovação, analisa que esta correlação de forças é parte da própria Igreja Católica, que é, na verdade, “resultado de uma fusão de elementos distintos disponíveis em diversas épocas históricas e que foram sendo assimilados em direções e em doses diferenciadas, vindo a resultar em uma identidade de visões e práticas, de sistema de crença e organização institucional” (Passos in Zaqueu-Higino *et al.*, 2021: 84). Após traçar sua lógica de

² João Manuel Duque é doutor em Teologia pela *Hochschule Sankt Georgen* e professor catedrático na Universidade Católica Portuguesa.

³ Helena Vilaça é doutora em Sociologia pela Universidade do Porto e professora associada na mesma universidade.

⁴ João Décio Passos é doutor em Ciências Sociais pela Universidade Católica de São Paulo, e livre docente em Teologia na mesma universidade.

autoconstrução, o texto trata das tensões presentes que deverão moldar o futuro desta religião.

O ensaio apresentado no quinto capítulo por Carlos Alberto Steil⁵ e Rodrigo Toniol⁶ analisa as últimas mudanças na relação do catolicismo como tradição com a Igreja Católica como instituição. Para tal, relacionam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS). No decorrer do ensaio, os autores identificam a “perda das condições objetivas de reprodução e transmissão do catolicismo por via da tradição” (Steil; Toniol in Zaqueu-Higino *et al.*, 2021: 105), que resulta em uma grande queda no número de membros da Igreja Católica no Brasil. Porém, as estatísticas mostram um movimento inversamente proporcional quanto ao tamanho da instituição católica no país, que demonstra franco crescimento, visto principalmente no aumento de sacerdotes e paróquias.

Os temas envolvendo o catolicismo social e a moralização das relações de classe em Portugal dão forma ao sexto capítulo, de autoria de Joaquim Costa⁷. Nesse ensaio, Costa apresenta sua investigação focada em três organizações católicas portuguesas: a Juventude Operária Católica, a Liga Operária Católica e a Associação Cristã de Empresários e Gestores. Através do estudo da história de cada instituição, de análise documental e entrevistas, o autor identifica algumas transformações no catolicismo social português, como o declínio das instituições ligadas ao operariado, muito por conta do processo de moralização da política e da valorização de um catolicismo social de caráter assistencialista, mais ligado à entidade patronal estudada.

O sétimo e último capítulo, de autoria de Alzirinha Souza⁸, busca colher ensinamentos da pandemia para uma nova visão teológico-pastoral. Baseada no pensamento dos teólogos Bruno Forte e José Comblin, Souza apresenta duas percepções marcantes dos tempos de COVID-19: a prática da solidariedade e a provisoriedade histórica. Esses elementos são colocados como os balizadores na difícil missão de estabelecer novas práticas no catolicismo pós-pandemia, um momento em que a autorreferencialidade deve ser posta de lado em benefício do encontro com a realidade e aqueles que nela vivem, uma proposta que já havia sido colocada pelo Papa Francisco no início de seu pontificado.

⁵ Carlos Alberto Steil é doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor titular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁶ Rodrigo Toniol é doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor adjunto na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁷ Joaquim Costa é doutor em Sociologia pela Universidade do Minho e professor auxiliar na mesma universidade.

⁸ Alzirinha Souza é doutora em Teologia pela *Université Catholique de Louvain* e professor assistente na Universidade Católica de Pernambuco.

Recensão: ZAQUEU-HIGINO, Paulo Victor *et al.* (2021), *Catolicismo, Quo vadis? Os rumos da Igreja Católica*, Juiz de Fora, Brasil: Editora Resistência Acadêmica. CARDOSO, Davi Arão Elias (2022), *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLIII, pp. 129-132

Bibliografia

ZAQUEU-HIGINO, Paulo Victor *et al.* (2021), *Catolicismo, Quo vadis? Os rumos da Igreja Católica*, Juiz de Fora, Brasil: Editora Resistência Acadêmica.

Davi Arão Elias Cardoso. Internacionalista. Mestre em História e Relações Internacionais. Doutorando em Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto (Portugal). E-mail: daviaecardoso@gmail.com

Recensão recebida em 10 de março de 2022. Aprovado para publicação em 2 de maio de 2022.

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

N.º XXV, JANEIRO-JUNHO 2013

EDITORIAL

ARTIGOS

A mudança em Portugal, nos romances de Lídia Jorge: esboço de interpretação sociológica de uma interpretação literária

Augusto Santos Silva

Trabalho, Qualificação, Poder e Precariedade: uma abordagem dinâmica à estruturação dos modelos produtivos, a partir de um estudo de caso da profissão científica

Alfredo Campos

Desigualdades sociais e ação coletiva nas sociedades contemporâneas: a fecundidade teórica de Pierre Bourdieu e de Nicos Mouzelis

Nuno Nunes

Uma proposta multidisciplinar para o entendimento da centralidade urbana como facto social total

Adriano Zilhão

Propagandas e blogues como narrativas de políticas urbanas na cidade de Almada

Roselane Gomes Bezerra

A celebridade pós-moderna da solidão plural e da banalidade pública

Paulo Barroso

A política de *classe* na economia do Estado Novo: a burguesia como classe beneficiária

João Valente Aguiar

A inovação social como utopia renovada: o caso da Associação Humanitária Habitat

Vera Diogo e Paula Guerra

Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participado

Lorena Sancho Querol

Incerteza e redefinições do trabalho médico: um estudo de caso sobre o aconselhamento genético no cancro hereditário

Hélder Raposo

RECENSÃO

Recensão crítica do livro *Des bons voisins. Enquête dans un quartier de la bourgeoisie progressiste*

Tiago Castro Lemos

N.º XXVI, JULHO-DEZEMBRO 2013

EDITORIAL

ARTIGOS

Toward a Sociology of Wealth: definitions and historical comparisons

Richard Lachmann

Principais estádios evolutivos da sociologia em Portugal

Hernâni Veloso Neto

Condomínios habitacionais fechados: (im)precisões conceptuais. Apontamentos para um debate sobre urbanidade e autonomia, segregação e qualidade de vida

Marta Martins

Análise comparativa dos divórcios em casais nacionais e binacionais em Portugal (2001-2010)

Sofia Gaspar, Madalena Ramos e Ana Cristina Ferreira

Carreira, arte feminista e mecenato: uma abordagem à dimensão económica do circuito artístico principal sob uma perspectiva de género

Rui Pedro Fonseca

Os movimentos sociais e a crítica epistemológica ao local de produção do conhecimento científico

Caetano De' Carli e Elizardo Scarpato Costa

As Paneleiras de Goiabeiras e a dinâmica da Cultura do Barro

Marcelo de Souza Marques e Vinicius de Aguiar Caloti

FÓRUM

The Vale do Amanhecer. Healing and spiritualism in a globalized brazilian new religious movement

Massimo Introvigne

Panoramas umbrais da modernidade: autoidentidade e o *dissensu* matrimonial em Anthony Giddens

Antônio Augusto Oliveira Gonçalves e Daniella Santos Alves

Implantação geográfica dos portugueses em França: evolução observada entre 1990 e 2009

Jorge Portugal Branco

RECENSÃO

Recensão crítica do livro *Portugal nas Transições – O Calendário Português desde 1950*

Miguel Quaresma Brandão

N.º XXVII, JANEIRO-JUNHO 2014

EDITORIAL

ARTIGOS

A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990

Ricardo Antunes

Trabalho e processos de marginalização social no século XXI: aproximações teóricas e dados estatísticos

Agostinho Rodrigues Silvestre e Luís Fernandes

Diplomados do ensino superior e posicionamentos avaliativos

Luísa Pinheiro

Participação associativa dos investigadores científicos em Portugal

Luís Junqueira, Ana Delicado, Raquel Rego e Cristina Palma Conceição

A economia social como setor empregador nos distritos de Viseu e da Guarda

Maria Teresa de Sousa e Ilona Kovács

Autonomia, autoridade e confiança em tempo de novas TIC: atitudes e práticas diferenciadas entre os alunos do secundário

Nuno Ferreira

Deambulações exploratórias no Centro Histórico de Guimarães – pontos de chegada sociológicos num estudo multidisciplinar

Nátalia Azevedo e Raquel Cadilhe Pereira

N.º XXVIII, JULHO-DEZEMBRO 2014

EDITORIAL

ARTIGOS

Política e Administração: em que medida a atividade política conta para o exercício de um cargo administrativo

João Bilhim

Para uma história operária do capital: classe, valor e conflito social

Ricardo Noronha

Da Geração à Rasca ao *Que se Lixe a Troika*. Portugal no novo ciclo internacional de protesto

José Soeiro

Rituais Familiares: Práticas e Representações Sociais na Construção da Família Contemporânea

Rosalina Costa

Padrões de mudança de casa e eventos de vida: uma análise das carreiras habitacionais

Magda Nico

A fotografia como retrato da sociedade

Ana Rita Bastos

Narrativas das relações entre o Estado e as organizações do terceiro setor: algumas pistas de análise

Paula Guerra e Mónica Santos

A Socialização Antecipatória para a Profissão Docente: estudo com Estudantes de Educação Física

Patrícia Gomes, Paula Queirós e Paula Batista

Fundos de conhecimento e egoredes: traduzindo uma abordagem teórico-metodológica

Filipa Ribeiro

TEXTOS

Contributos para a definição de uma visão estratégica na construção de um percurso profissional de sucesso

Rui Santos

N.º XIX, JANEIRO-JUNHO 2015

EDITORIAL

ARTIGOS

Uma etnografia das práticas e dos processos de produção de conhecimento em empresas e laboratórios

Luísa Veloso, Joana Lucas e Paula Rocha

Reverberações da medicalização: paisagens e trajetórias informacionais em consumos de performance

Telmo Costa Clamote

Pressupostos para a construção de uma sociologia das redes sociais

Joaquim Fialho

Redes sociais no recrutamento de imigrantes: fundamentos teóricos de uma proposta de explicação

Filipa Pinho

Das tensões entre desmistificar e reconhecer os discursos ao repensar o “social”: manifesto por uma sociologia eclética

Pedro dos Santos Boia

Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos

Luciana Teixeira de Andrade e Luís Vicente Baptista

RSI, tolerância zero: o embrutecimento do estado

Ricardo Sá Ferreira

Os menores estrangeiros isolados ou não acompanhados em França e Portugal: a “batata quente”

Vítor Rosa

RECENSÃO

Recensão crítica da obra *De l'artification. Enquêtes sur le passage à l'art*

Natália Azevedo

N.º XXX, JULHO-DEZEMBRO 2015

EDITORIAL

ARTIGOS

Texturas, ou sobre os efeitos sociais das artes

Sara Melo

Palcos de inovação social: atores em movimento(s)

Ana Alves da Silva e Joana Almeida

O ensino público no olhar das elites escolares: representações sociais dos agentes educativos de dois colégios privados

Maria Luísa Quaresma

Da saúde e bem-estar/mal-estar ao termalismo

Maria Engrácia Leandro e Ana Sofia da Silva Leandro

Governança, participação e desenvolvimento local

Isabel Ferreira

Acidentes com tratores agrícolas e florestais: aprender para prevenir

Carlos Montemor, Luísa Veloso e João Areosa

A insustentável sustentabilidade das previsões económicas: reflexividade, etnoeconomia e neoliberalismo

Fernando Ampudia de Haro

N.º XXXI, JANEIRO - JUNHO 2016

EDITORIAL

ARTIGOS

Précarités: les effets de la rupture du lien social

Augusto Santos Silva

Políticas de reabilitação urbana e recomposição do tecido social no centro histórico do Porto: representações e discursos de moradores sobre a respetiva evolução recente

João Queirós

Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas

Mauro Serapioni

Diferenças nas perceções dos valores organizacionais dos candidatos a cargos de direção superior na Administração Central do Estado

João Abreu de Faria Bilhim, Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

O Catolicismo nos Contextos e Circunstâncias da Modernidade em Cabo Verde

Adilson Filomeno Carvalho Smedo

Comment les psychiatres se représentent-ils aujourd'hui "la" maladie mentale?

Caroline Guibet Lafaye

ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

Notas sobre a dominação social em António Gramsci e Pierre Bourdieu

Marcello Felisberto Moraes de Assunção

N.º XXXII, JULHO - DEZEMBRO DE 2016

Carreiras e circuitos de músicos brasileiros: uma exploração etnográfica no Bairro Alto, Lisboa

Ricardo Bento, Graça Índias Cordeiro, Lígia Ferro

Consumo sustentável e ambiente: o papel do Estado e das políticas públicas na inculcação de disposições ambientalistas

Isabel Silva Cruz

A gestão de recursos humanos nas Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento portuguesas: uma análise interpretativa exploratória

Vanessa Marcos

Modèles de représentation sur la parentalité sociale du point de vue des jeunes portugais

Cristina Cunha Mocetão

Inserção profissional dos licenciados em Direito: da formação académica ao acesso às profissões reguladas

Mónica Santos

Narrativas acerca da formação de professores de Educação Física em contexto de prática supervisionada

Inês Cardoso, Paula Batista, Amândio Graça

A Ciência Biomédica e o Processo Civilizador

Bruna de Farias, Mari Cleise Sandalowski

RECENSÃO

Recensão da obra de FREIRE, André (Org.), (2015), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Nova Vega.

Carolina Pimentel Corrêa

N.º XXXIII, JANEIRO – JUNHO DE 2017

Dulce Magalhães: marcas de um percurso

Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra
(I Parte)

Jordi Estivill

A typology of professional situations in the analysis of graduate transition from higher education
to the labor market

Madalena Ramos, Cristina Parente, Mónica Santos, Miguel Chaves

Atitudes sociais face ao trabalho por conta própria em tempos de crise: da valorização do trabalho
por conta própria a um retraimento da iniciativa empresarial

Ana Isabel Couto

Proposta de modelo explicativo das perceções sobre gestão e políticas públicas em matéria de
cibersegurança e cibercrime

*Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Susana Isabel da Silva Santos,
João Abreu de Faria Bilhim*

A Vigilância Lateral e Participativa na Web 2.0

Rita Espanha, Tiago Estêvão

O Projeto *Orquestra Geração*. A duplicidade de um evento musical/social

Jorge Alexandre Costa, Graça Mota, Ana Isabel Cruz

Ciências sociais, arquivos e memórias: considerações a propósito das culturas musicais urbanas
contemporâneas

Pedro Quintela, Paula Guerra

N.º XXXIV, JULHO – DEZEMBRO DE 2017

EDITORIAL

ARTIGOS

Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra (II Parte)

Jordi Estivill

Proletários ou profissionais? A condição do jornalista durante o Estado Novo (1934-1958)

José Nuno Matos

Comunicação interna e comprometimento organizacional: o caso da Autoridade para as Condições do Trabalho

Cátia Filipa Neto, Sofia Alexandra Cruz

As camadas internas da secularização: proposta de sistematização de um conceito essencialmente contestado

Jorge Botelho Moniz

O bem-estar das crianças e dos jovens em Portugal: contributos de uma pesquisa qualitativa

Magda Nico, Nuno de Almeida Alves

The Sámi Library, North of the North: colonialism, resistance and reading in a public library

Paula Sequeiros

RECENSÃO

MOTA, Graça e TEIXEIRA LOPES, João (Orgs.), (2017) *Crescer e tocar na Orquestra Geração*, Vila do Conde, Verso da História.

Irene Serafino

N.º XXXV, JANEIRO – JUNHO DE 2018

EDITORIAL

ARTIGOS

Perfis sociodemográficos da população sénior de Vila Nova de Gaia: de privilegiados, a remediados e excluídos

Hélder Alves; Idalina Machado; Sidalina Almeida; Joana Guedes; Adriano Zilhão; Óscar Ribeiro

Famílias em tempos de crise: a regulação judicial do exercício das responsabilidades parentais

Paula Casaleiro; Andreia Santos

As implicações dos indicadores de desempenho contratualizados na prática clínica da Medicina Geral e Familiar: um modelo profissional em mutação?

Hélder Raposo

A Composição Sociopolítica do Legislativo Brasileiro: uma análise da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2004-2015)

Carolina Pimentel Corrêa

O impacto dos determinantes da inovação na geração de ideias no Ensino Superior: a percepção dos estudantes como evidência

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia; Ireneu de Oliveira Mendes

Nas teias da construção identitária socioprofissional: práticas profissionais de trabalhadores sociais pós-graduados inseridos em organizações da economia social

Vera Diogo

Mundo do trabalho e pluralidade epistemológica: uma contribuição para o estudo da precariedade

Elizardo Scarpati Costa; Pablo Almada

N.º XXXV, JULHO-DEZEMBRO - 2018

EDITORIAL

ARTIGOS

Desvendando a praxe: desafios de uma incursão etnográfica

Inês Maia

Trabalho e educação de adultos em Portugal: uma perspetiva histórica de 1945 à Revolução dos Cravos

Rui Canário

A Igreja Universal do Reino de Deus no espaço público religioso global

Ari Pedro Oro e Marcelo Tadvald

Papel da Sociedade Civil em prol da Boa Governação – o caso de Moçambique

Pedrito Carlos Chiposse Cambrão

Ciência à medida: conflitos de interesse e interferência na investigação científica financiada

Rita Faria

Conhecer doença: os doentes em primeiro lugar

Paula Silva

Alianças e conflitos nos segmentos artísticos relativamente especializados: o caso do rock independente de Teresina no início do século XXI

Thiago Meneses Alves

Nº XXXVII, JANEIRO-JUNHO 2019

EDITORIAL

ARTIGOS

Quando nem a palavra é de prata, nem o silêncio é de ouro. Análise de conflitos sobre mineração em Portugal

Ana Raquel Matos e Lúcia Fernandes

A percepção de justiça na avaliação do desempenho na Administração Pública e a produtividade

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Ireneu de Oliveira Mendes e Sara Raquel dos Santos Rodrigues Manaia da Silva

Ser (um) expatriado, numa empresa: uma obrigação, uma distinção, um parêntese

João Vasco Coelho

A Bandeira Vermelha em números: uma análise sobre o semanário da Federação Maximalista Portuguesa (1919-1920)

André Costa Pina

A intolerância religiosa à brasileira: estudo de caso na cidade de Londrina / Paraná

Cláudia Neves da Silva e Fábio Lanza

EDITORIAL

ARTIGOS

Descodificar as paredes da cidade: da crítica à gentrificação ao direito da habitação no Porto

Inês Barbosa e João Teixeira Lopes

The concept of us and them: communitarianism and the rise of populist politics

Ihsan Cetin

Processos de criação artística comunitária: questões metodológicas

Irene Serafino

Madonna, “sex” e o fetichismo pós-moderno

Roney Gusmão

Trabalho de equipa em saúde como processo de relação formal potenciador da satisfação e motivação laboral

Ana Teresa Nogueira Jeremias e Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

Motivações e repercussões da formação em agricultura biológica em contexto urbano: uma abordagem sociológica

Cristina Parente, Rui Santos e Madalena Ramos

NÚMERO TEMÁTICO | 2016 - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO

ARTIGOS

Conceptual foundations of qualitative life course research

Walter R. Heinz

A pluralização limitada de trajetórias familiares em Portugal

Vasco Ramos

O mundo aos nossos olhos: socialização familiar e reflexividade

Ana Caetano

A seu tempo: um estudo sobre transições familiares precoces em Portugal no contexto Europeu

Diana Carvalho

A família conta: ilustrações a partir do fado

Ana Gonçalves

Quantas vidas cabem numa vida? Da autobiografia de 52 trabalhadores ao caso de um funcionário administrativo

Pedro Abrantes

Redes pessoais em Portugal numa perspetiva do percurso de vida

Rita Gouveia

NÚMERO TEMÁTICO | 2017 - Processos sociais e questões sociológicas

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Bruno Monteiro, Ester Silva e Idalina Machado

ARTIGOS

A religião na cidade: territórios, materialidades e comunicação

Helena Vilaça

Artes e inclusão social: projetos e ações enquanto experiências metodológicas

Natália Azevedo

Diplomados universitários e sobre-educação

Carlos Manuel Gonçalves

Ensino politécnico, empreendedorismo e transição para o trabalho

Luís Nuno Sousa

“Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório
por excelência de inovação social

Naldeir dos Santos Vieira, Cristina Parente, Allan Claudius Queiroz Barbosa

Perfis de profissionalização: um contributo sociológico para
a compreensão das ONGD portuguesas

Vanessa Marcos

NÚMERO TEMÁTICO | 2018 - Cidade, cultura e turismo: novos cruzamentos

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO. A ambivalência do turismo na transformação das cidades

João Teixeira Lopes; Helena Vilaça; Natália Azevedo

ARTIGOS

Mobilidade, Cidade e Turismo: pistas para analisar as transformações em curso
no centro histórico de Lisboa

Luís Vicente Baptista; Jordi Nofre; Maria do Rosário Jorge

A cidade imaginável: elementos para uma viagem visual e sensorial na cidade do Porto

Diogo Guedes Vidal

La ciudad y el turismo. Experiencias desde la gestión del *street art*

Ricardo Klein

The touristic Porto – gazing over the city

Tiago Miranda

Entre o fazer etnográfico e o fazer psicanalítico: reflexões sobre a “escuta” da população
sem-abrigo na rua de Cimo de Vila da Cidade do Porto

Julio Cesar Nicodemos; Lúgia Ferro

**NÚMERO TEMÁTICO | 2019 - A construção civil numa perspetiva sociológica:
enquadramento e análise**

EDITORIAL

**NOTA DE APRESENTAÇÃO. A construção civil numa perspetiva sociológica:
enquadramento e análise**

Virgílio Borges Pereira

ARTIGOS

**Estrutura económico-produtiva, sistema de emprego e qualificações na Construção:
uma breve leitura sobre tendências e mudanças recentes**

*José Madureira Pinto, Vanessa Rodrigues e
Maria Inês Coelho*

**O campo das grandes empresas da construção civil. Perspetiva teórica e análise
relacional sobre o caso português (em 2012)**

Virgílio Borges Pereira

**A crise da construção civil sob múltiplos pontos de vista: (des)regulação da atividade
económica e recomposição do trabalho na perspetiva dos atores institucionais do setor da
construção civil no período posterior a 2008**

João Queirós, Laura Galhano e Virgílio Borges Pereira

**Azares, riscos e culpas: representações sobre os acidentes de trabalho da construção
civil na imprensa portuguesa (1996-2017)**

Bruno Monteiro e Carla Aurélia de Almeida

O Estado à beira-mar. Estratégias burocráticas na formação do mercado imobiliário em *Matosinhos Sul* - o exemplo da *Comissão* de 1 de março de 1996

Tiago Lemos

Social policy and labour mobility in Europe - the gap between law and enforcement

Jan Cremers

Comment étudier les classes populaires contemporaines? De l'analyse statistique d'un espace social à une enquête par monographies de ménages

Thomas Amossé, Lise Bernard, Marie Cartier, Marie-Hélène Lechien,

Olivier Masclet, Olivier Schwartz, Yasmine Siblot

NÚMERO TEMÁTICO | 2020 - Direitos das crianças: abordagens críticas a partir das ciências sociais

NOTA DE APRESENTAÇÃO. Direitos das crianças: abordagens críticas a partir das ciências sociais

Inês Barbosa, João Teixeira Lopes, Lúcia Ferro, Eunice Castro Seixas

ARTIGOS

A infância é um direito?

Manuel Jacinto Sarmento e Catarina Tomás

O Direito das Crianças à Cidade apropriada como lugar de Liberdade e de (inter)Ação

Frederico Lopes, Rosa Madeira e Carlos Neto

Para uma definição de tempo livre tendo as crianças por medida e referente. *O que diz a língua dos pássaros?*

Maria José Araújo e Hugo Monteiro

Direitos cívicos e políticos na infância e adolescência: da retórica da participação ao protagonismo infantil

Inês Barbosa

NÚMERO TEMÁTICO 2020 - Instituições e atores religiosos: contextos de diversificação

Nota de apresentação - Instituições e atores religiosos: contextos de diversificação

Helena Vilaça e Alfredo Teixeira

Artigos

Masculinidades, yoga y espiritualidad en la cárcel. Un estudio cualitativo sobre la práctica del yoga en centros penitenciarios masculinos

Mar Griera

Territorialidade das Comunidades Católicas em contexto pandémico. Estudo de caso na cidade de Coimbra

Margarida Franca e Clara Almeida Santos

“Eu não quero palmas, eu quero almas”: crenças e pertenças no *rap* evangélico da Grande Lisboa

Cátia Tuna

A secularidade organizacional pública e o campo religioso português: reorientações e poderes entre Estado e religião (2001-2012)

Luís Pais Bernardo

Um programa religioso num contexto secular: os professores de Educação Moral e Religiosa Católica no concelho do Porto

Tiago Pinto

ESTATUTO EDITORIAL

A Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

A Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto está empenhada em assegurar a qualidade dos textos que publica e o cumprimento pelos intervenientes de uma postura que siga os princípios éticos exigidos para a edição de textos científicos. Serão respeitadas as normas do Committee on Publication Ethics (COPE) e da Associação Portuguesa de Sociologia (APS).

Responsabilidade dos autores:

- deverão garantir que os textos que submetem são originais, assumindo que não foram publicados – qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação – e que não foram submetidos simultaneamente noutra publicação;
- deverão assegurar que o texto apresentado não é o resultado de uma prática de plágio ou de uma apropriação de criações intelectuais de outros autores sem o seu

consentimento legal, sendo que ambos se constituem como práticas eticamente inaceitáveis;

- deverão assegurar previamente a permissão para a utilização de conteúdos provenientes de outras fontes;
- sempre que os artigos surjam como resultado de investigações, a metodologia deverá ser descrita de forma clara e inequívoca, para que as conclusões obtidas possam ser objeto de avaliação. Igualmente deverão indicar as referências usadas e os suportes de financiamento;
- nenhum dos dados ou resultados apresentados deverá ser alvo de falsificação ou distorção intencional, de forma a ir ao encontro de uma determinada linha orientadora do trabalho ou às hipóteses de investigação previamente delineadas;
- deverão indicar possíveis conflitos de interesses que poderão ocorrer no processo de avaliação;
- deverão participar ativamente no processo de revisão em colaboração com o editor;
- todas as informações curriculares prestadas deverão ser verdadeiras. Na autoria deverão ser incluídas todas as pessoas que deram o seu contributo tanto na conceção e planificação do trabalho, como na interpretação dos resultados e na elaboração do texto;
- no caso dos artigos escritos em coautoria, o autor de correspondência deverá garantir um consenso pleno na aprovação da versão final do texto e na sua submissão para publicação.

Responsabilidade dos avaliadores:

- assumir o compromisso de empreender uma avaliação crítica, construtiva, justa e imparcial, contribuindo para a qualidade científica do texto;
- não aceitar elaborar um parecer sobre um texto cujo tema ultrapassa as suas competências ou se verificar a existência de um conflito de interesses que impeça de realizar a avaliação;
- nos casos em que o avaliador considere que o texto deverá ser modificado, todas as alterações a implementar deverão ser devidamente apresentadas e justificadas;
- sempre que o avaliador detetar a existência de um texto que já tenha sido publicado, na íntegra ou em parte, ou que tenha sido submetido em simultâneo

noutra publicação, ou então que não esteja de acordo com as normas éticas de publicação deverá comunicá-lo à Direção da revista.

Responsabilidade do editor:

- garantir uma posição de isenção e objetiva na avaliação dos textos, atendendo unicamente ao seu mérito científico. Respeitar a liberdade científica dos autores;
- garantir que todos os textos serão tratados de forma confidencial e que serão selecionados avaliadores o mais idóneos possível, que empreendam uma avaliação crítica e especializada dos textos submetidos para publicação;
- assegurar que o processo de avaliação decorrerá em regime de duplo anonimato e que os nomes e endereços apresentados na revista serão exclusivamente utilizados para os serviços por esta prestados, não sendo utilizados para outras finalidades ou fornecidos a terceiros;
- as alegações de plágio ou de uso indevido de textos publicados serão devidamente investigadas. Todos os textos submetidos para publicação serão sujeitos a uma verificação minuciosa para deteção de plágio. Nos casos em que o mesmo seja detetado ou em que se verifique a utilização de textos de outros autores sem autorização prévia dos mesmos, reserva-se o direito de tomar as medidas em conformidade.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

– INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES –

1. Os autores devem indicar a natureza do seu texto: artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos.
2. Os textos devem incluir as respectivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrónico; contacto telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).
3. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11.
4. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.
5. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.
6. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco ou em tons de cinzento. Estes elementos não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.

7. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.
8. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima *et al.* (2004).
9. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.
10. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.
11. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.
12. Apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:
 - a) Livro com um autor: LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, New York, Columbia University Press.
 - b) Livro com mais de um autor: BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.
 - c) Livro com mais de quatro autores: ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
 - d) Capítulo em livro: GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (org.), *Os momentos e seus homens*, Lisboa, Relógio d’Água, pp. 99-107.
 - e) Artigo em publicação periódica: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66.
 - f) Artigo em publicação periódica online: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>>.

g) Publicações *online*: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional português*, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf>.

h) Comunicações em eventos científicos: QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos para referência teórica e conceptual”, in *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, Universidade do Minho, 12-15 Maio 2004.

i) Teses: CARVALHO, Paula (2006), *Percursos da construção em Lisboa. Do Cine-Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de caso*, Tese de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

j) Legislação: Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*.

13. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.

14. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

15. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para:
revistasociologia@letras.up.pt